



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLII — Nº 22

SÁBADO, 09 DE MAIO DE 1987

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Humberto Lucena, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 52, parágrafo único, do Regimento Comum, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 1, de 1987-CN

Introduz disposições especiais no Regimento Comum a vigorarem durante o período de funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte.

Art. 1º O Regimento Comum, durante o período de funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte, passa a vigorar acrescido das disposições especiais estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2º São arquivadas as Propostas de Emenda à Constituição com tramitação iniciada ou que aguardam leitura, salvo as que contarem com o apoio de, pelo menos, 2/3 dos Congressistas, e que forem apresentadas na atual Sessão Legislativa.

Parágrafo único. A Mesa do Senado Federal encaminhará cópias das Propostas referidas neste artigo à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, a fim de servirem de subsídio à elaboração do Projeto de Constituição.

Art. 3º Na sessão em que se der a leitura da Mensagem Presidencial submetendo ao Congresso Nacional Projeto de Lei, Decreto-lei ou razões de veto, o Presidente designará relator para a matéria dispensada a constituição de Comissão Mista.

§ 1º As emendas a Projeto de Lei serão apresentadas ao Presidente do Senado, através da Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional, até a sessão convocada para a disposição da matéria.

§ 2º O Relator, na sessão de discussão, deverá proferir o parecer, ou relatório, podendo lhe ser concedido, em virtude da complexidade da matéria, o prazo de até 2 horas.

§ 3º Aplicam-se à instrução da matéria, no que couber, as normas estabelecidas no Regimento Comum para as Comissões Mistas.

Art. 4º Exclui-se do disposto nesta Resolução o Projeto de Lei Orçamentária.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 4 de maio de 1987. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

EXPEDIENTE CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÓRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Administrativo
JOSECLER GOMES MOREIRA
Diretor Industrial
LINDOMAR PEREIRA DA SILVA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral	Cz\$ 264,00
Despesa c/ postagem	Cz\$ 66,00
(Via Terrestre)	330,00
TOTAL	
Exemplar Avulso	Cz\$ 2,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 21ª SESSÃO, EM 8 DE MAIO DE 1987

- 1.1 — ABERTURA
1.2 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei da Câmara nº 5/87 (nº 78/87, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre gratificação a ser concedida a engenheiros agrônomos e dá outras providências. **Aprovado**, após parecer proferido pelo Senador Dirceu Carneiro. À sanção.

— Projeto de Lei da Câmara nº 6/87 (nº 82/87, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que altera a redação do art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico residente e dá outras providências. **Aprovado**, após parecer proferido pelo Senador Lourenberg Nunes Rocha. À sanção.

— Projeto de Lei da Câmara nº 7/87 (nº 79/87, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que altera dispositivo da Lei nº 7.194, de 11 de junho de 1984, que autoriza a inclusão de recurso da União, e dá outras providências. **Aprovado**, após parecer proferido pelo Senador Almir Gabriel, tendo usado da palavra os Senadores Edison Lobão, Lourenberg Nunes Rocha, Chagas Rodrigues e João Menezes. À sanção.

1.2.1 — Discursos após a Ordem do Dia
SENADOR DIVALDO SURUAGY — Boatos visando a desestabilização do Governo.

SENADOR JARBAS PASSARINHO — Duração do mandato do Presidente José Sarney. Dívida externa.

SENADOR LEITE CHAVES — Boatos visando a desestabilização do governo. Sistema parlamentarista de Governo.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Política agrícola.

1.2.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão.

1.3 — ENCERRAMENTO
2 — DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

— Do Sr. João Menezes, proferido na sessão de 4-5-87.

3 — ATO DA COMISSÃO DIRETORA
— Nº 26, de 1987

4 — ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL
— Nº 128, de 1987

5 — ATO DO 1º SECRETÁRIO
— Nº 7, de 1987

6 — MESA DIRETORA

7 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDO

Ata da 21ª Sessão, em 8 de maio de 1987

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

EXTRAORDINÁRIA

Presidência dos Srs. Humberto Lucena, Jutahy Magalhães e Francisco Rollemberg

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Mário Maia — Aluizio Bezerra — Nabor Júnior — Leopoldo Perez — Carlos De'Carli — Odacir Soares — Ronaldo Aragão — Olavo Pires — João Menezes — Almir Gabriel — Jarbas Passarinho — João Castelo — Alexandre Costa — Edison Lobão — João Lobo — Chagas Rodrigues — Hugo Napoleão — Virgílio Távora — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — Carlos Alberto — José Agripino — Lavoisier Maia — Marcondes Gadelha — Humberto Lucena — Raimun-

do Lira — Marco Maciel — Antonio Farias — Mansueto de Lavor — Guilherme Palmeira — Divaldo Suruagy — Teotônio Vilela Filho — Albano Franco — Francisco Rollemberg — Lourival Baptista — Luiz Viana — Jutahy Magalhães — Ruy Bacelar — José Ignácio Ferreira — Gerson Camata — João Calmon — Jamil Haddad — Afonso Arinos — Nelson Carneiro — Alfredo Campos — Ronan Tito — Severo Gomes — Fernando Henrique Cardoso — Mário Covas — Mauro Borges — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — Pompeu de Souza — Maurício Corrêa — Meira

Filho — Lourenberg Nunes Rocha — Márcio Lacerda — Rachid Saldanha Derzi — Wilson Martins — Leite Chaves — Affonso Camargo — José Richa — Ivan Bonato — Dirceu Carneiro — Nelson Wedekin — Carlos Chiarelli — José Paulo Bisol — José Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — A lista de presença acusa o comparecimento de 68 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Não há expediente a ser lido.
Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Divaldo Suruagy, por delegação da Liderança do PFL. (Pausa.)

S. Ex.^a não está presente.

Esgotada a lista de oradores, passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1987 (nº 78/87, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre gratificação a ser concedida a engenheiros agrônomos, e dá outras providências. (Dependendo de parecer.)

A Presidência esclarece ao plenário que, com a inclusão da matéria na Ordem do Dia, tirou a oportunidade de os Srs. Senadores apresentarem emendas, nos termos do art. 141, II, b do Regimento Interno. Assim sendo, fica facultada ao plenário, nesta oportunidade, apresentar emendas.

Nos termos do art. 6º da Resolução nº 1, de 1987, designo o nobre Senador Dirceu Carneiro para proferir parecer sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1987.

O SR. DIRCEU CARNEIRO (PMDB — SC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Exmº Sr. Presidente da República, nos termos do art. 51 da Constituição Federal, submete à apreciação do Congresso Nacional, acompanhado de exposição de motivos dos Srs. Ministros da Agricultura e da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República, o presente Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1987 (nº 78-B, de 1987, na origem), Mensagem nº 102, de 1987 — do Poder Executivo, que dispõe sobre gratificação a ser concedida a engenheiros agrônomos, e dá outras providências.

Ao justificar a proposição, os Srs. Ministros de Estado, signatários da exposição de motivos, salientam que "a gratificação ora proposta, além de corresponder aos ônus decorrentes da natureza específica das atividades desempenhadas pelos servidores contemplados — exigidos que são deles permanentes deslocamentos às regiões rurais do País —, representa mecanismo capaz de assegurar idêntico tratamento salarial entre veterinários e agrônomos, atendendo à afinidade das atribuições desses profissionais, quando dedicados intensamente ao seu mister".

Destaca-se, no art. 1º do projeto, ora sob exame, que a gratificação criada não conflita com as gratificações já existentes.

Em seu art. 2º, o projeto determina as normas de escalonamento dos valores das gratificações, objeto da proposição, que proceder-se-á por ato do Ministro de Estado competente, ouvida a Secretaria de Administração Pública da Presidência da República.

Saliente-se que, o art. 3º, especifica que farão jus à mencionada gratificação, os servidores no

efetivo exercício ou em afastamentos previstos em lei.

Após examinar as intenções contidas no bojo do projeto, ora em apreciação, acordamos com o exposto na exposição de motivos dos Srs. Ministros, quando destacam que:

"A gratificação que se pretende instituir atende ao princípio de isonomia e à necessidade de assegurar equilíbrio entre o salário e os encargos dos profissionais em causa."

A atentamos para os aspectos sociais da proposição, no que diz respeito ao mérito, nada temos a opor.

Quanto à constitucionalidade e juridicidade, nada encontramos que possa impedir a aprovação do projeto.

Finalmente, em seu art. 5º, é explicitado que a despesa correrá à conta das dotações orçamentárias próprias.

Pelo exposto, somos favoráveis à aprovação do presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Passa-se à discussão do projeto em turno único.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção presidencial.

— É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 1987

(Nº 78/87, na Casa de origem)

De iniciativa do Sr. Presidente da República

Dispõe sobre gratificação a ser concedida a engenheiros agrônomos, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Sem prejuízo das gratificações existentes, será atribuída aos servidores integrantes da Categoria Funcional de Engenheiro Agrônomo, Código NS-912 ou LT-NS-912, do Grupo-Outras Atividades de Nível Superior, uma gratificação escalonada em valores que deverão corresponder a percentuais de 95% (noventa e cinco por cento) a 120% (cento e vinte por cento), incidentes sobre o vencimento ou salário da referência em que estiver posicionado o servidor.

Art. 2º O escalonamento dos valores da gratificação de que trata esta lei efetivar-se-á por ato do Ministro de Estado competente, ouvida a Secretaria de Administração Pública da Presidência da República, em ordem crescente, a partir do limite percentual mínimo fixado no art. 1º, o qual incidirá sobre o vencimento ou salário da referência NS-5.

Parágrafo único. Nas referências subsequentes, o escalonamento far-se-á, sucessivamente, na ordem diretamente proporcional aos respectivos valores de vencimento ou salário, de modo que o limite percentual máximo estabelecido no art. 1º desta lei incida sobre o valor do vencimento ou salário da referência NS-25.

Art. 3º Somente farão jus à gratificação de que trata esta lei os servidores no efetivo exercício.

§ 1º Considerar-se-ão como de efetivo exercício, para os fins deste artigo, exclusivamente os afastamentos em virtude de:

a) férias;
b) casamento;
c) luto;
d) licença especial;
e) licença para tratamento da própria saúde, à gestante ou em decorrência de acidente em serviço;

f) serviço obrigatório por lei e deslocamento em objeto de serviço;

g) requisição para órgãos integrantes da Presidência da República;

h) indicação para ministrar aulas ou submeter-se a treinamento ou aperfeiçoamento relacionados com o cargo ou emprego;

i) missão no estrangeiro, quando o afastamento houver sido autorizado pelo Presidente da República ou Ministro de Estado;

j) investidura, na Administração Direta ou Autárquica da União ou do Distrito Federal, em cargos, em comissão ou funções de confiança do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS-100 ou LT-DAS-100), de funções de nível superior do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias (DAI-100 ou LT-110) ou, ainda, em Função de Assessoramento Superior (FAS) a que se refere o art. 122 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, com a redação dada pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969.

§ 2º Nas hipóteses de que trata a alínea j do § 1º deste artigo, exigir-se-á direta correlação entre as atribuições do cargo ou função de confiança e as de engenheiro agrônomo.

Art. 4º A gratificação instituída nesta lei, sobre a qual incidirá a contribuição previdenciária, incorpora-se aos proventos da inatividade.

Art. 5º A despesa decorrente da aplicação desta lei correrá à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 1987 (nº 82/87, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que altera a redação do art. 4º, da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico residente e dá outras providências. (Dependendo de parecer.)

Nos termos do art. 6º da Resolução nº 1, de 1987, designo o nobre Senador Lourenberg Nunes Rocha para proferir o parecer.

O SR. LOUREMBERG NUNES ROCHA (PMDB — MT. Para proferir parecer.) — Trata o projeto de lei, aprovado pela Câmara dos Deputados, de introduzir modificações no artigo 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que regula as atividades do médico residente.

Especificamente, a iniciativa do Poder Executivo, além de alterar o citado artigo 4º, acrescenta cinco parágrafos ao originalmente existente. As-

sim, a remuneração do médico residente, antes baseada numa bolsa de estudos equivalente ao vencimento inicial da carreira de médico, de vinte horas semanais, do DASP, passa a corresponder, com a nova redação, a uma bolsa de estudos no valor de 70% do salário do Professor Auxiliar, Nível 1, em regime de dedicação exclusiva, das Instituições de Ensino Superior;

O novo texto mantém a filiação do médico residente ao Sistema Previdenciário, na qualidade de segurado autônomo, concedendo-se um acréscimo de 10% sobre o salário-base ao qual está vinculada a contribuição, compatibilizando-se o valor do recolhimento com a proibição de desconto previdenciário — a maior do teto estatuído na Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1980.

Com isso, ficam assegurados aos médicos residentes todos os direitos constantes da Lei Orgânica da Previdência Social, bem como o amparo devido em caso de acidente do trabalho.

Finalmente, fica assegurada a manutenção da bolsa à médica residente, pelo período de quatro meses, quando gestante, prorrogando-se, nesse caso, por igual período, a bolsa de estudos.

Voto

A simples exposição do Relatório induz à constatação de que o projeto aperfeiçoa substancialmente a lei alterada, acrescentando benefícios efetivos aos exercentes da residência médica.

De validade incontestável, portanto, quanto ao mérito, a proposição vence por igual as exigências da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa. Voto pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) —

Passa-se à discussão do projeto em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovarem queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção presidencial.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, de 1987

(Nº 82/87, na Casa de Origem)

De iniciativa do Sr. Presidente da República

Altera a redação do art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico residente e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 4º Ao médico residente, será assegurado bolsa de estudo no valor de 70% (setenta por cento) do salário do Professor Auxiliar, Nível 1, em regime de dedicação exclusiva, das Instituições Federais de Ensino Superior.

§ 1º O médico residente é filiado ao Sistema Previdenciário na qualidade de segurado autônomo.

§ 2º Para efeito do reembolso previsto no § 1º do artigo 69 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, na redação dada pela Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, combinada com o § 1º do art. 1º do Decreto-lei nº 1.910, de 29 de dezembro de 1981, o valor da bolsa referida neste artigo será acrescido de 10% (dez por cento) sobre o salário-base ao qual está vinculada a contribuição do médico residente, em sua qualidade de segurado autônomo do Sistema Previdenciário.

§ 3º Para fazer jus ao acréscimo de que trata o § 2º deste artigo, o médico residente deverá comprovar, mensalmente, os recolhimentos efetivados para a Previdência Social.

§ 4º As instituições de saúde responsáveis por programa de residência médica oferecerão aos residentes alimentação e alojamento no decorrer do período da residência.

§ 5º Ao médico residente filiado ao Sistema Previdenciário na reforma do § 1º deste Artigo, são assegurados os direitos previstos na Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, e suas alterações posteriores, bem como os decorrentes de acidentes do trabalho.

§ 6º A médica residente será assegurada a continuidade da bolsa de estudo durante o período de 4 (quatro) meses, quando gestante, devendo, porém, o período da bolsa ser prorrogado por igual tempo para fins de cumprimento das exigências constantes do art. 7º desta lei."

Art. 2º Os efeitos financeiros do disposto na presente lei ocorrerão a partir do dia primeiro de abril do corrente ano.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) —
Item 3:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1987 (nº 79/87, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que altera dispositivo da Lei nº 7.194, de 11 de junho de 1984, que autoriza a inclusão de recurso da União, e dá outras providências. (Dependendo de parecer.)

Nos termos do art. 6º, da Resolução nº 1, de 1987, designo o nobre Senador Almir Gabriel para proferir parecer sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1987.

O SR. ALMIR GABRIEL (PMDB — PA. Para proferir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Originário da Câmara dos Deputados, o projeto sob exame dispõe sobre a prorrogação até 31 de dezembro de 1987 do prazo previsto no art. 3º da Lei nº 7.194, de 11 de junho de 1984.

Convém recordar que a lei alteranda estabeleceu, entre outras disposições, a delimitação de uma área de 100 hectares em Serra Pelada, Pará, destinada ao aproveitamento de substâncias minerais, exclusivamente por trabalhos de garimpagem. Estabeleceu, outrossim, uma segunda área

de 750 hectares, envolvendo a primeira para apoio logístico à extração do minério, além de ter estipulado o prazo de três anos para o exercício da atividade de garimpagem, findo o qual os trabalhos seriam definitivamente encerrados.

Aproximando-se o término do prazo legal estipulado para os trabalhos de garimpagem, um clima de inquietação com profundas repercussões sociais grassa na região.

Visando a suavizar a situação, o Poder Executivo remeteu à Câmara dos Deputados projeto de lei prorrogando o prazo permitido até 31 de dezembro de 1987, adotando, outrossim, outras medidas que se fizerem necessárias, como profundidade em níveis de segurança.

Na Casa de origem, o projeto recebeu substitutivo de Plenário, cujo texto ora é oferecido a esta Casa.

Basicamente, o substitutivo introduziu alterações visando a dilatação do prazo, a maior segurança na garimpagem, utilização dos recursos das sobras do ouro, além de dispor sobre a criação de Grupo de Trabalho com a finalidade de estudar e propor ações que orientem o Poder Executivo, na busca de solução definitiva para o cruciente problema de Serra Pelada.

No tocante ao mérito, embora se lamente a inexistência de uma solução mais objetiva para o caso, resta-nos admitir a medida procrastinatória, calçada na dramática situação de 70.000 habitantes de Serra Pelada.

Quanto aos aspectos financeiros, jurídicos e constitucionais, que nos cumpre ainda apreciar em Plenário, não vislumbramos nenhum obstáculo à livre tramitação da lei projetada, razão pela qual, opinamos pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) —
Passa-se à discussão do projeto, em turno único.

O Sr. Edison Lobão — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) —
Tem a palavra o nobre Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL — MA. Para discutir, sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Nos últimos anos poucos brasileiros têm sofrido tanto neste País quanto os garimpeiros. Temos hoje, na Serra Pelada, cerca de cem mil garimpeiros e suas famílias. Esses homens para lá foram em busca de uma melhor situação de vida, trabalhando intensa e penosamente na procura de ouro. A assistência que o Governo lhes tem dado, e é de seu dever dar-lhes esta assistência, é sempre a menor e a mais precária que se pode imaginar. A todo instante os garimpeiros passam pelo sobressalto de ter a Serra Pelada impedida aos seus trabalhos. É que a área é de propriedade hoje da Companhia Vale do Rio Doce, que insiste em tomá-la dos garimpeiros, para fazer a sua própria lavra. E o que tem feito o Governo? O Governo tem indenizado a Companhia Vale do Rio Doce com quantias vultuosíssimas, para que ali fiquem os garimpeiros na situação em que se encontram hoje.

A lei que permite a permanência deles em Serra Pelada está por vencer-se. E esta lei, que hoje estamos votando, permite que os garimpeiros ali fiquem por mais um período de um ano e tanto. A proposta governamental é de que os garim-

peiros ali permanecessem por mais seis meses apenas. Mas o substitutivo da Câmara dos Deputados, de autoria do nobre Deputado Ademir Andrade, avança um pouco mais, e garante aos garimpeiros a sua permanência em Serra Pelada até 31 de dezembro de 1988.

Isto resolve o problema dos garimpeiros? Obviamente que não. Mas no instante parece que isto é tudo o que se pode conseguir.

Aqui estão os garimpeiros com seus líderes, o Presidente da Cooperativa e o Presidente do Sindicato dos Garimpeiros. Ainda há pouco fui procurado por um grupo de garimpeiros que me pedia ajuda, assim como ao Senador Alexandre Costa, como a diversos outros Senadores, e creio que também ao Senador Jarbas Passarinho, no sentido de que esta votação fosse adiada para segunda-feira, a fim de que se restaurasse aqui uma emenda que teria sido apresentada na Câmara dos Deputados e retirada em seguida pelo nobre Deputado José Fernandes. Esta emenda, segundo me diziam os garimpeiros, e o próprio Deputado Ademir Andrade concorda com isso, é bem mais ampla e aparentemente bem melhor para os interesses dos garimpeiros.

Sucede que o Líder do Governo, nobre Deputado Carlos Sant'Anna, assim como o Líder do PMDB, nobre Deputado Luiz Henrique, segundo testemunha do nobre Deputado Ademir Andrade, que aqui se encontra e autorizou-me a dizer isso, declararam a S. Ex^a que não aprovariam aquela emenda. E mais: há ainda o grande risco de ser ela, ainda que aprovada na Câmara dos Deputados de volta, vetada pelo Presidente da República, e com isto os garimpeiros não teriam mais tempo nenhum de permanência na Serra Pelada. Então, estamos diante de uma coisa muito boa para os garimpeiros, porém, aparentemente inválida ou uma solução intermediária, que é essa proposta no substitutivo da Câmara.

O diz o substitutivo? Declara que:

"Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, por proposta do Grupo de Trabalho previsto no § 2º, do art. 3º, desta lei, a área descrita no caput do art. 2º, adotando as medidas legais que se fizerem necessárias."

Portanto, permite a ampliação da área de exploração de Serra Pelada, o que já é um avanço naquilo que diz respeito à conquista dos legítimos interesses dos garimpeiros.

Diz mais:

"O Poder Executivo criará um grupo de trabalho, em regime de dedicação exclusiva, com a finalidade de estudar e propor ações que orientem o Executivo na busca de solução definitiva quanto a atividade garimpeira em Serra Pelada, Município de Marabá, Estado do Pará."

É uma outra inovação boa para os garimpeiros.

Mais adiante esclarece que o grupo de trabalho será criado e garante a participação do Governo do Pará, de representante da Cooperativa de Garimpeiros de Serra Pelada e do Sindicato dos Garimpeiros de Marabá.

Aqui está um misto do substitutivo, mas também com a proposta original do Governo. Sobre tudo aqui está a proposta original do Governo. Há algumas ligeiras alterações propostas pelo substitutivo do Deputado Ademir Andrade.

O projeto, portanto, é razoável para os garimpeiros, indica o caminho a ser seguido daqui por diante.

Sr. Presidente, eu tenho ido inúmeras vezes a Serra Pelada, tenho convivido com os garimpeiros. Lá estive recentemente com o Senador Jarbas Passarinho. Nós conhecemos a situação dos garimpeiros. Com eles estamos rigorosamente solidários e queremos encontrar uma solução que seja boa e final para os garimpeiros.

O Sr. Virgílio Távora — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO — Permito o aparte, com muito prazer.

O Sr. Virgílio Távora — Nós, Senador de outras paragens, que justamente não estamos bem familiarizados com a questão, não conseguimos encontrar, dentro do anexo que nos foi fornecido para a discussão das diferentes matérias aqui em Plenário, nenhum dos documentos a que V. Ex^a se refere, a não ser o projeto da Câmara dos Deputados, original do Governo. Quer dizer, aqui nós não temos em mãos o substitutivo a que V. Ex^a está se referindo. Podia-nos dar alguma explicação a respeito? V. Ex^a pode verificar na pág. 1 e na pág. 2, a assinatura final está aqui, José Sarney, que, salvo engano não temos, é o atual Presidente da República. Onde substitutivo da Câmara?

O SR. EDISON LOBÃO — Respondo a V. Ex^a dizendo que V. Ex^a também não se engana, o Senado também não se engana e a Nação brasileira não se engana: o Presidente é o Dr. José Sarney. Mas aqui está o substitutivo, em minhas mãos. V. Ex^a não o tem...

O Sr. Virgílio Távora — Perdão! Mas não, V. Ex^a, porque parece que o que foi distribuído no avulso para todos os Senadores foi a mesma documentação. Quer dizer, nós estamos discutindo — e no caso não estamos nos manifestando a favor nem contra o que V. Ex^a está dizendo uma matéria que no momento nós não estamos vendo. Vamos-nos louvar na palavra de V. Ex^a, mas aqui não há nas mãos dos Srs. Senadores. Pediria ao Sr. Presidente que pelo menos fizesse presente aos Srs. Senadores o documento a que se refere o eminente Senador pelo Maranhão. Nós discutiríamos e procederíamos à aprovação ou rejeição da matéria, mas de posse do documento.

O SR. EDISON LOBÃO — De algum modo, o Senador Virgílio Távora tem razão. Eu também não encontrei na documentação que me foi distribuída o substitutivo, mas recebi da Mesa um avulso, que é de origem da Câmara, mas que foi admitido pela Mesa do Senado como sendo substitutivo. Naturalmente pela pressa em que estamos votando esta matéria, para atender aos garimpeiros, a Mesa não teve tempo de elaborar o seu próprio trabalho. Mas a alteração fundamental que aqui se propõe é apenas o adiamento...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Atendendo as ponderações do Senador Virgílio Távora, e verificando que realmente o avulso está incompleto, determinei ao Sr. Secretário a distribuição aos Srs. Senadores de cópia do projeto

original, para que seja completada a instrução da matéria.

O Sr. Jarbas Passarinho — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO — Ouço o Senador Jarbas Passarinho.

O Sr. Jarbas Passarinho — Nobre Senador Edison Lobão, mesmo que falte aqui o documento citado pelo Senador Virgílio Távora, o que se verifica é que este Projeto de Lei da Câmara nº 7, que tem o nº 79/87, na Casa de origem, como está redigido exatamente atende aquilo a que o substitutivo a que V. Ex^a se refere produz, que é a prorrogação do prazo para dezembro de 1988. Mesmo que nós não tivéssemos aqui o substitutivo, e realmente há esta falta, votando o projeto como se encontra, nós já estamos aprovando a prorrogação do prazo para dezembro de 1988.

O SR. EDISON LOBÃO — Agradeço a V. Ex^a a contribuição. Devo dizer que aquilo que eu havia firmado no início, penso que está de pé. O que se deu com o substitutivo foram ligeiras alterações, o fundamental vem no projeto do Governo. Nós gostaríamos de ampliar o projeto do Governo, e gostaríamos muito, mas se o fizermos — volto ao ponto — corremos o risco de vê-lo rejeitado na Câmara pelos Líderes Carlos Sant'Anna que é do PMDB, e Luiz Henrique, também do PMDB. Esses dois Líderes já disseram ao Deputado Ademir Andrade que o rejeitarão, ou, então, haverá o próprio veto do Poder Executivo.

Confesso que me inclino por essa solução que está posta e que, embora não sendo a melhor, é um ponto de partida. Na verdade, um dos precursores dessa preservação dos garimpeiros na Serra Pelada, temos todos que admitir, foi o ex-Deputado Sebastião Curió, que tentou com uma lei resolver o problema; depois veio uma outra do Poder Executivo, que é sobre a qual estamos tratando da sua alteração.

Mas o que defendo é que se procure definitivamente resolver esse problema, e estou convencido de que todos nós estamos interessados na situação penosa de 100 mil brasileiros que ali se encontram e que são quase todos do Maranhão e do Pará: cerca de 65% dos garimpeiros são maranhenses, 30% do Pará — se me permite o Senador Jarbas Passarinho — e os demais, de outros Estados. Menciono a todo instante o Senador Jarbas Passarinho porque sei que S. Ex^a esteve lá diversas vezes. Mas o Senador João Meneses é outro político do Pará interessado na causa dos garimpeiros, pela qual tem lutado tanto, assim como o Relator que acaba de se manifestar sobre essa matéria.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que a causa dos garimpeiros é a minha causa, é a causa do Senador Alexandre Costa, com quem hoje estive também os garimpeiros, e que também está preocupado com o assunto e que sempre nos acompanhou nas ocasiões em que tivemos que procurar o Ministro das Minas e Energia, para defender os legítimos interesses desses brasileiros, lá abandonados por força de uma ação pertinaz da Vale do Rio Doce que, a todo custo, quer retirar os garimpeiros do seu local de trabalho. Como se também essa gente pobre do Maranhão, do Pará e do Brasil não tivesse o direito de lutar

por sua subsistência e pela subsistência de suas famílias.

O Sr. João Menezes — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO — Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. João Menezes — Estou ouvindo V. Ex^a com toda atenção. Concorde com o interesse que tem demonstrado e parabéns-o pelo conhecimento que tem da matéria, que interessa não só ao Pará, mas interessa hoje a todo o Brasil. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. EDISON LOBÃO — Muito obrigado a V. Ex^a.

Sr. Presidente, estou séguio de que o Senado entenderá bem a angústia em que vivem esses irmãos nossos, desvalidos da sorte, e que uma solução a favor deles contribuirá não apenas agora, mas, também no futuro, quando trouxermos aqui uma solução definitiva para os garimpeiros.

O Sr. Virgílio Távora — Concede-nos um aparte, nobre Senador?

O SR. EDISON LOBÃO — Ouço o Senador Virgílio Távora, que pede um aparte.

O Sr. Virgílio Távora — Antes que V. Ex^a termine sua lúcida oração, pode-nos explicar por que razão foi extinto esse grupo de trabalho que vinha constante do Projeto nº 798/87, da Casa de origem, e essas condições de segurança serem avaliadas pelo Ministério das Minas e Energia? Não era bem mais democrático como o próprio Executivo mandou?

O SR. EDISON LOBÃO — Nobre Senador Virgílio Távora, o substitutivo que tenho em mãos diz, no § 2º do art. 2º, o seguinte:

"... A garimpagem não será admitida além da profundidade em que seja possível garantir o trabalho dos garimpeiros em condições de segurança, cabendo ao grupo de trabalho, instituído no § 2º, do art. 3º, desta lei, avaliar estas condições."

O Sr. Virgílio Távora — Perdão Excelência! Por isso é que pedi calma! Queremos aprovar o projeto, mas vamos aprovar direito. Não vamos aprová-lo como a célebre reforma tributária feita aqui, nas caladas da noite, em dezembro de 1985, que gerou um mau resultado. E o que está escrito aqui é outra coisa...

O SR. EDISON LOBÃO — Pois bem! Temos papéis diferentes!

O Sr. Virgílio Távora — Mas este foi distribuído neste momento...

O SR. EDISON LOBÃO — Mas estou dizendo a V. Ex^a que o que tenho em mãos é um papel impresso, da Câmara...

O Sr. Virgílio Távora — Sr. Presidente, foi ou não mandado distribuir por V. Ex^a, este documento?

O SR. EDISON LOBÃO — Senador Virgílio Távora...

O Sr. Virgílio Távora — Tenha paciência! Vamos nos explicar. V. Ex^a está lendo uma coisa e a Mesa, neste momento, nos distribui um documento, não é mais o avulso...

O SR. EDISON LOBÃO — Sim, estou entendendo, mas estou preocupado...

O Sr. Virgílio Távora — Permita-nos ler o documento:

"Art. 2º A garimpagem não será admitida além da profundidade em que seja possível garantir o trabalho dos garimpeiros em condições de segurança..."

Exatamente o que V. Ex^a leu. Mas de agora em diante, enquanto V. Ex^a diz que cabe...

O SR. EDISON LOBÃO — Não digo, eu leio.

O Sr. Virgílio Távora — V. Ex^a lê que cabe ao Grupo de Trabalho atribuir essa função, exatamente: "...cabendo ao Ministério das Minas e Energia avaliar essas condições".

Gostaríamos apenas de ser cientificado do porquê dessa mudança? Ou, então, este documento que nos foi distribuído, assim como a todos os SRs. Senadores, não é a redação final que veio da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — A Presidência gostaria de esclarecer a V. Ex^a principalmente ao nobre apartante, que todos têm em mãos o projeto originário do Poder Executivo, e que o Senador Edison Lobão está lendo o substitutivo que foi votado pela Câmara dos Deputados.

O SR. EDISON LOBÃO — Que é que estamos examinando agora?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Então, são dois documentos diferentes. O que faltava no avulso, que a Mesa distribuiu, era o projeto originário do Poder Executivo, que é o que V. Ex^a está lendo.

O Sr. Virgílio Távora — Eminentíssimo Senador-Presidente, para que possamos deliberar com toda a calma, fica bem claro ao Plenário que justamente o que está distribuído aqui, e que aparece com a assinatura do Sr. José Sarney, por um equívoco de montagem gráfica, não é o Projeto da Câmara. Feito isso, já podemos discutir, mas com calma, para não cometermos os mesmos erros quanto, acodadamente, durante 5 horas, numa pressão colossal da Maioria, se voltou aqui a reforma tributária, que resultou nessa diminuição tão grande de Imposto de Renda, em 1987. Desculpem-nos a ironia, mas foi isso que aconteceu.

Cansamos de dizer, naquela época, e não nos deixaram discutir. Todos estão a favor que se vote o projeto, mas vamos votar direito, com todos os "efes" e "erres", com todas as explicações. Se V. Ex^a diz que realmente o que está aqui é a Redação Final da Câmara, e que houve apenas um engano de montagem no avulso, não há dúvida. Estamos explicados, satisfeitos e passemos à votação, se V. Ex^a assim o desejar.

O SR. EDISON LOBÃO — Bem, a intervenção do Senador Virgílio Távora demonstra duas coisas: primeiro, a sua profunda preocupação a que o Senado vote corretamente — e S. Ex^a tem os meus aplausos por isso. Mas, demonstra outra coisa: é que eu estou lendo o documento correto e que estou também com os meus argumentos absolutamente corretos.

Bem, Sr. Presidente, agradeço a tolerância de V. Ex^a...

O Sr. Alexandre Costa — Permite V. Ex^a um aparte?

O Sr. Virgílio Távora — "Eppur si muove" — Galileu Galilei.

O SR. EDISON LOBÃO — O Senador Alexandre Costa pede um aparte, que eu concedo com muito prazer.

O Sr. Alexandre Costa — Nobre Senador Edison Lobão, o importante nesse projeto é justamente o adiamento. O que se discute agora são detalhes que pouco interessam à causa dos garimpeiros, que é justamente o adiamento. O que se conseguiu na Câmara, com todas as Lideranças, entre os Parlamentares o Senador Edison Lobão que, em todas as horas e todos os momentos em que os garimpeiros precisaram do seu trabalho, S. Ex^a esteve presente, empregando toda a sua atividade para que os garimpeiros permanecessem durante muitos e muitos anos, em Serra Pelada, explorando o ouro para a sua subsistência. O que se conseguiu na Câmara foi um ano; e conseguiu-se mais, que o Governo, através desta lei, formasse uma comissão para estudar a solução definitiva para o caso dos cem mil habitantes de Serra Pelada. Os Senadores Jarbas Passarinho, Almir Gabriel, Edison Lobão, João Menezes, todos, estão interessados na causa dos garimpeiros do Pará que — entre eles há 60% do Maranhão — estarão aqui este ano. Quero dizer que estamos imbuídos da idéia de elaborar projeto de lei melhor para assegurar a permanência dos garimpeiros lá, no seu trabalho, que já é de muitos e muitos anos.

O SR. EDISON LOBÃO — Agradeço o aparte do Senador Alexandre Costa. Devo acrescentar que, embora a Serra Pelada esteja embutida em território do Pará, interessando quase que basicamente a nossa Região Norte do País, essa é uma questão que ganhou a solidariedade dos Deputados e Senadores. Tanto assim que o projeto está sendo votado em regime de urgência, embora os garimpeiros tenham tido alguns problemas em obtê-la, em razão da recusa de determinados líderes em conceder, porém, depois, concordaram em concedê-la.

O Deputado Amaral Netto, por exemplo, Líder da oposição na Câmara dos Deputados — é bom que se faça justiça, também, a S. Ex^a e ao Partido que S. Ex^a representa — que está obstruindo, tenazmente, obstinadamente, os trabalhos da Câmara, neste caso, resolveu não obstruir. S. Ex^a ouviu as ponderações do Presidente do PDS, o nobre Senador Jarbas Passarinho, ouviu os garimpeiros, comoveu-se com a situação deles e concedeu a urgência, desistindo da obstrução que vinha fazendo, já há bastante tempo, para retomá-la no passo seguinte. Faça-se justiça, por igual, ao Presidente José Sarney, que, como Senador da República, sempre nos acompanhou nas nossas idas ao Ministério das Minas e Energia e ao Presidente da República, pedindo pelos garimpeiros. Agora, Sua Excelência envia-nos esta Mensagem, sem a qual não teríamos sobre o que decidir. Se o Presidente não nos envia esta Mensagem, nós não poderíamos aprovar o Substitutivo que hoje temos, e os garimpeiros teriam que sair de Serra Pelada ou não sairiam e teríamos uma

comoção nacional. Portanto, faça-se justiça a Sua Excelência, o Presidente José Sarney, que concordou em que os garimpeiros permanecessem por mais tempo na Serra Pelada.

Sr. Presidente, muito obrigado a V. Exª (Muito bem! Palmas.)

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho (PMDB — CE) — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Louremberg Nunes Rocha. S. Exª já havia solicitado a palavra anteriormente.

O SR. LOUREMBERG NUNES ROCHA (PMDB — MT. Para discutir, sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Quero trazer, neste momento, a palavra de Mato Grosso de apoio aos garimpeiros de Serra Pelada e que se distribuem pela divisão aqui já referida, entre o Pará e o Maranhão.

Quero dizer, principalmente, que sendo de uma área garimpeira do meu Estado de Mato Grosso, as minhas sugestões à Constituinte, no momento em que se fala em soluções definitivas para os problemas dos garimpeiros, têm sido em dois sentidos: a primeira delas é no sentido de se garantir cada vez mais para aqueles garimpeiros que desbravam regiões novas, que a partir de sua exploração se garantam a eles a declaração de áreas de livre garimpagem. Já em 1979, quando era Deputado Federal, enfrentamos na Câmara dos Deputados com a bancada inteira de Mato Grosso de então, uma luta muito grande que envolvia o município de Poxoréu, em Mato Grosso, que era, naquela época pretendido pela The Bears Intercontinental. Depois de uma luta de muitos meses, em que quase os garimpeiros daquela região foram às vias de fato, conseguimos que o Ministro das Minas e Energia de então declarasse aquela região como área de livre garimpagem. Entendo hoje, quando novamente venho a propor à Constituinte que considere essas situações, pois é importantíssimo que se dê aquelas regiões que os garimpeiros desbravam, colocando em risco a própria saúde, a própria família, um tratamento diferenciado, independente de incidir sobre elas qualquer pedido de pesquisa ou de lavra.

Outro ponto que gostaria de ressaltar, neste momento em que se buscam soluções definitivas para os garimpeiros, é o problema também objeto de sugestão da nossa parte de recriação da Fundação de Assistência ao Garimpeiro. Fala-se hoje no Estatuto do Garimpeiro. Mas, lembro-me dos benefícios que foram concedidos à classe garimpeira pela FAG. E me lembrava, ainda há poucos momentos, que, quando procurei o Senador Jarbas Passarinho, naquela época já Senador, ex-Ministro do Trabalho, quis saber de S. Exª quais as razões da extinção da FAG. S. Exª relatou-me, naquela época já há quase 10 anos — não sei se recorda — que existiam alguns coronéis que dirigem a FAG em Goiânia. E eles começaram a se desentender entre si e o Governo da Revolução de então entendeu melhor extinguir o órgão. É por isso que hoje os garimpeiros não têm esse órgão de fundamental importância para a sua proteção que é a Fundação de Amparo ao Garimpeiro.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, as minhas palavras hoje são principalmente para encaminhar a favor do projeto substitutivo da Câmara.

O Sr. Gerson Camata — Permite-me um aparte?

O SR. LOUREMBERG NUNES ROCHA — Pois não, nobre Senador Gerson Camata.

O Sr. Gerson Camata — Venho acompanhando a discussão do problema da parte de V. Exª e também do Senador Edison Lobão V. Exª a favor como era desejo do ilustre Senador Edison Lobão, de que se encontrem efetivamente soluções permanentes porque daqui a um ano os garimpeiros de Serra Pelada irão voltar novamente ao Congresso por mais uns 15 (quinze) dias pedindo-nos a prorrogação desse prazo. É um problema que, embora mais afeto ao Estado do Pará — e vemos interesse dos Senadores Jarbas Passarinho e Edison Lobão — S. Exª já militou na área e esteve lá várias vezes, e certamente vamos ouvir outros companheiros no Pará, ele interessa ao Brasil inteiro, não só porque hoje em Serra Pelada estão brasileiros de todos os Estados, inclusive do meu, o Espírito Santo, mas porque esse problema pode repetir-se frequentemente em outros Estados brasileiros. A Companhia Vale do Rio Doce é uma das estatais melhor estruturadas no Brasil. Tenho por ela um profundo respeito, pelo maravilhoso trabalho que realiza em favor do Brasil. Entretanto, é uma empresa de grande potencial — tem muito mais ouro que precisa ser descoberto por este Brasil afora. Ela podia partir para esses outros ouros que estão, ainda, escondidos pelo subsolo brasileiro e deixar este para os garimpeiros, para que eles fiquem lá enquanto tiverem oportunidade de lá sustentarem suas famílias e viverem, porque, na verdade, todo garimpeiro tem um pouco de profeta e de poeta. Ele vive da esperança, para que eles alimentem sua esperança, alimentem suas famílias e tenham a oportunidade de, até, enriquecer, crescer, desenvolver-se na região. Acho que V. Exª como o Senador Edison Lobão, coloca a necessidade de que, na Constituinte, até através das propostas que apresentou, encontre-se uma solução definitiva, para que não fiquemos só resolvendo um problema conjuntural e não tenhamos uma solução definitiva. Código de Mineração, no Brasil, precisa ser, efetivamente, revisto: pois ele permite que, hoje, uma empresa, uma multinacional, uma grande empresa possa requerer o subsolo inteiro, quase, de um Estado, para que tenha licença de prospecção, depois licença de mineração, sem que o Prefeito da cidade saiba, o Governador saiba, sem que o dono da terra saiba, sem que ninguém seja consultado. Ele até pune o dono da terra ao ficar futucando o seu solo. Então, acho que algumas modificações, como V. Exª adianta, devem ser propostas como fórmulas definitivas. E cumprimento V. Exª e também o Senador Edison Lobão, por essa posição que defende, da necessidade de soluções definitivas e não se ficar tapando o sol com a peneira, toda vez que o problema surge.

O SR. LOUREMBERG NUNES ROCHA — Agradeço a V. Exª esclareço que também é objeto de sugestão, da nossa parte, dispositivo colocando como certidão negativa, indispensável à con-

cessão de pesquisa, uma certidão da prefeitura local, porque será o prefeito a autoridade que vai declarar da importância da atividade naquele município, do que ele representa economicamente e do número de famílias que sobrevivem à custa da atividade garimpeira. Isso é importante, porque companhias internacionais vêm, de repente, tomar regiões que foram desbravadas por garimpeiros, tradicionalmente são objeto de atividade garimpeira e essas populações garimpeiras sobrevivem desse trabalho. Foi em função disso, principalmente, que conseguimos aquela grande vitória em Poxoréu; foi o primeiro caso, no Brasil, naquela época, em que se declarou, por ato normativo do Ministério das Minas e Energia, uma área de livre garimpagem.

Agradeço ao Senador Gerson Camata e deixo, como filho de área garimpeira, nascida em região garimpeira, em Mato Grosso, a minha solidariedade, e o meu voto encaminhando a favor desse projeto.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Chagas Rodrigues.

O SR. CHAGAS RODRIGUES (PMDB — PI. Para discutir, sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Este projeto vem tendo tramitação rápida nas duas Casas do Congresso. Trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1987, de iniciativa do Senhor Presidente da República, que altera dispositivo da Lei nº 7.194, de 11 de junho de 1984, que autoriza a inclusão de recursos da União, e dá outras providências.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Senhor Presidente da República encaminhou o projeto à Câmara no dia 24 de abril de 1987, com a Mensagem nº 106, de 1987.

A exposição de motivos, que justificou a Mensagem Presidencial, tomou o nº 36 e é também de 24 de abril de 1987. É uma exposição do Ministro de Estado das Minas e Energia e do Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

O Sr. Ministro de Estado das Minas e Energia que encaminhou a exposição de motivos ao Senhor Presidente, é o honrado Sr. Antônio Aureliano Chaves de Mendonça, eminente homem público e um dos grandes líderes do PFL neste País.

Acontece, Sr. Presidente, que o projeto — tal como foi encaminhado pelo Sr. Presidente da República e que passou também pela Chefia do Gabinete Civil, sendo titular o eminente homem público Marco Maciel, também do PFL, — não teve oportunidade de ser aprimorado pelo Gabinete Civil dada a pressa. E o que o Sr. Ministro das Minas e Energia propôs foi não apenas aceitar mas aprimorado pela Câmara dos Deputados.

Consta da exposição de motivos do eminente Ministro ao Presidente da República que o prazo permitido à atividade garimpeira seria prorrogado até 31 de dezembro de 1987. Nós íamos prorrogar — por esta mensagem presidencial, de acordo com o projeto de lei — só até o fim deste ano.

Ora, Sr. Presidente, é lamentável que a Chefia da Casa Civil, tão atarefada, não tenha compreendido que esta prorrogação não podia ser somente até o fim deste ano.

Andou muito bem a Câmara dos Deputados quando permitiu a prorrogação até 31 de dezembro de 1988, podendo, ainda, este prazo ser prorrogado por ato do Poder Executivo.

Veja V. Ex^a que o art. 3º do projeto primitivo também permitia que o prazo fosse prorrogado, mas limitava o prazo inicial até 31 de dezembro de 1987.

A Câmara dos Deputados também aprimorou o projeto do Governo, e fez muito bem, porque, de acordo com o § 2º do art. 2º:

"A garimpagem não será admitida além da profundidade em que seja possível garantir o trabalho dos garimpeiros em condições de segurança, cabendo ao Ministério das Minas e Energia avaliar essas condições.

O projeto da Câmara determina, alterando o art. 3º, o seguinte:

"Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, por proposta do grupo de trabalho, previsto no § 2º do art. 3º desta lei, a área descrita no **caput** do art. 2º, adotando as medidas legais que se fizerem necessárias."

E se o projeto do Governo, Sr. Presidente, trazia apenas um parágrafo ao art. 3º, o projeto da Câmara dos Deputados chega a esta Casa com cinco parágrafos, sendo que um deles, o § 2º, assim dispõe:

"O Poder Executivo criará Grupo de Trabalho, em regime de dedicação exclusiva, com a finalidade de estudar e propor ações que orientem o Poder Executivo na busca de solução definitiva quanto à atividade garimpeira em Serra Pelada, Município de Marabá, Estado do Pará."

E diz mais, no § 3º:

§ 3º O Grupo de Trabalho será criado dentro de 30 (trinta) dias a partir da vigência desta lei e terá 180 (cento e oitenta) dias para concluir suas atividades, garantindo-se a participação de representantes do Governo do Estado do Pará, da Cooperativa de Garimpeiros de Serra Pelada e do Sindicato dos Garimpeiros de Marabá.

O § 4º, Sr. Presidente, introduzido pela Câmara dos Deputados, estabelece que:

O Banco Central do Brasil, através da Caixa Econômica Federal, aplicará os recursos pendentes e caucionados, resultantes das sobras de ouro, paládio e prata dos primeiros 400 (quatrocentos) lotes, em obras destinadas a melhorar a produtividade da garimpagem manual em Serra Pelada, durante o prazo previsto nesta lei.

Prazo que, como se viu, pode ser prorrogado, porque o Congresso Nacional está dando poderes ao Poder Executivo de prorrogar o prazo. E mais do que isso, o Congresso Nacional está criando o grupo de trabalho para propor solução definitiva.

Sr. Presidente, como se vê, o Poder Executivo, Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, o Sr. Ministro Aureliano Chaves, e, posteriormente, a Câmara dos Deputados estão atendendo aos garimpeiros. Lamento que o projeto não seja ainda mais benéfico. Mas já que os garimpeiros estão interessados na aprovação do projeto, e

já que ele realmente melhora a proposta governamental, não tenho dúvidas em dar-lhe o meu apoio.

Sr. Presidente, dou o meu apoio como brasileiro, não pelo fato de muitos piauienses estarem também em Serra Pelada e serem garimpeiros em vários outros garimpos do País; dou o meu apoio, antes e acima de tudo, porque trata-se de uma medida humana e que vai atender interesses legítimos dos garimpeiros, especialmente os de Serra Pelada.

Por isso, estou inteiramente de acordo com o projeto e o meu voto será favorável.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Senador João Menezes.

O SR. JOÃO MENEZES (PFL — PA.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Em nome da Liderança do Partido da Frente Liberal, temos que dar alguns esclarecimentos aos Srs. Senadores em torno desta discussão.

Acho que realmente os trabalhos da Constituinte têm criado uma certa dificuldade aos Srs. Constituintes, de acompanharem a variedade enorme de projetos de lei que aí estão. Esse, por exemplo, dos garimpeiros não é projeto novo. Existe um anterior, que não é o referido pelo nosso companheiro, Senador Chagas Rodrigues. O projeto anterior, originário da Câmara, propunha enormes mudanças como, por exemplo, a alteração da área do garimpo, além de outras medidas. Era um projeto muito extenso que alterava completamente a política de minérios. Então, esse projeto chegou, se não engano, a vir ao Senado, e não pôde ser votado por esta ou aquela circunstância, ou melhor, tendo em vista o novo Regimento de Constituinte, porque diversos Líderes não concordaram em colocá-lo na Ordem do Dia. Assinaram dois ou três Líderes o pedido de urgência para o projeto anterior, se não me engano o Senador Jarbas Passarinho foi um dos signatários desse pedido anterior para vir a plenário.

O Sr. Jarbas Passarinho — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOÃO MENEZES — Pois não.

O Sr. Jarbas Passarinho — O problema não foi de recusa por parte de Líderes de assinar o documento, foi uma colocação do Presidente Humberto Lucena, a quem cumprimento pela solução dada, porque S. Ex^a fez cumprir o nosso Projeto de Resolução, que faz sobrestar qualquer tramitação de projeto de origem parlamentar. A Câmara aprovou um projeto nessas circunstâncias, violando o seu próprio Projeto de Resolução e, aqui, o Presidente da Casa decidiu não violar. De maneira que, no fim, tivemos uma solução hábil e boa, porque veio um projeto do Executivo que, em grande parte, foi forçado por todos nós, melhorado na Câmara e estamos votando uma solução boa. Eu só me permiti pedir o aparte a V. Ex^a para não dar a impressão de que nós não votamos porque os Líderes não se puseram de acordo; bastava o Líder do PMDB com a Frente Liberal se porem de acordo, porque tem aqui mais de dois terços. Agora, a assinatura que faltou foi exatamente a do Líder do PMDB e a minha, porque eu insisti, inclusive, com o Presidente da

Cooperativa, mostrei e falei com o Deputado Ademir Andrade, que era o autor do projeto original, de que nós não deveríamos fazer rompendo e violando o Projeto de Resolução, mas podíamos ao bem; é o que estamos fazendo hoje. De maneira que V. Ex^a me dá uma oportunidade de fazer, com isso, uma louvação ao nosso Presidente.

O SR. JOÃO MENEZES — Muito grato a V. Ex^a pelo aparte.

Então, como vêem os Srs. Senadores, realmente existiu o projeto de lei, originário da Câmara, que esteve em minha mão com o requerimento de urgência para que esse projeto viesse para o Senado. Aconselhei ao Presidente da Sociedade Cooperativa, que está aqui presente, na galeria e depois falei, também, com o Presidente dos Sindicatos dos Garimpeiros, e mostrei a eles que aquele projeto não podia ter curso aqui no Congresso, e que se fizesse um outro projeto, que se conseguisse uma mensagem do Governo para que pudesse tramitar nesta Casa. Então, ficaram muito aborrecidos comigo, porque acharam que eu estava criando dificuldades, quando eu estava querendo procurar para eles um caminho de solução para o problema. Pode até ter chegado, lá, em Serra Pelada, a notícia de que eu impedi que o projeto entrasse para ser discutido no Senado.

E o que se fez depois? Foi um trabalho muito grande, um esforço muito grande. Quero, prestar uma homenagem ao Líder do meu Partido, Senador Carlos Chiarelli, porque ele tomou a frente, com a colaboração do Senador Fernando Henrique Cardoso, e também com a anuência do Senador Jarbas Passarinho, e se começou a percorrer os caminhos, inclusive do Ministério de Minas e Energia, e o Ministro Aureliano Chaves foi muito sensível a este problema, e chegamos à conclusão que o Governo mandaria uma mensagem para cá para ser discutida.

É esta a razão desta mensagem que ora se discute. Então, quando se fala que foi de afogadilho que o Ministro Marco Maciel deu parecer, não consentou o projeto, não há razão para isso. O meu eminente colega Chagas Rodrigues, neste ponto, não tem razão. O que o Sr. Ministro Marco Maciel fez foi dar andamento nesta mensagem, porque se o Governo, se o Presidente José Sarney, se o Chefe da Casa Civil, se o Ministro Aureliano Chaves não tivesse dando andamento a essa Mensagem do Presidente Sarney, o assunto não estaria sendo discutido hoje.

O Sr. Chagas Rodrigues — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOÃO MENEZES — Pois não.

O Sr. Chagas Rodrigues — Veja V. Ex^a, meu nobre colega, que louvei a pressa, a boa vontade, mas o que eu quis dizer é que a exposição de motivos é de 24 de abril, e o nobre Ministro Marco Maciel no mesmo dia recebeu uma mensagem, e no mesmo dia a encaminhou. Veja V. Ex^a que houve a idéia de não interromper, mas não se pôde realizar nenhum trabalho que aprimorasse, e ainda no mesmo dia — louvo o Senhor Presidente da República — ele mandou. Então, no mesmo dia 24 houve a chegada, a exposição de motivos é de 24 de abril a Mensagem do Senhor Presidente da República também é de 24 de abril. Agora, veja V. Ex^a: se o Sr. Ministro tivesse tempo

ele teria acrescentado os benefícios que a Câmara dos Deputados deu; não é negar que a Câmara dos Deputados aprimorou o projeto; aprimorou, e muito. Então, o que vamos votar resulta da boa vontade do Ministro-Chefe do Gabinete Civil e do ilustre General de Divisão Rubens Bayma Denys, que é Ministro de Estado, que assinou — e vejo aqui também a exposição de motivos. De modo que V. Ex^a há de convir que o projeto foi aprimorado. Se foi aprimorado é porque o Sr. Ministro das Minas e Energia não teve o tempo necessário para fazer aquilo que o Congresso fez.

O SR. JOÃO MENEZES — Quando nós falamos que houve uma grande boa vontade, e até interesse do Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, que foi a chave desse negócio — não fazendo um trocadilho com seu nome — ele deu todas as facilidades para que essa mensagem fosse encaminhada pelo Palácio do Governo. Por isso a Mensagem veio para cá e não se teve tempo de aprimorá-la. Sabe por quê? Porque estavam os garimpeiros com 40 mil assinaturas achando que ele devia ter feito a Mensagem para ontem, porque o prazo terminava dia 6 de junho. Havia realmente pressa para fazer-se isso. Então, o Presidente José Sarney, o Ministro Aureliano Chaves, o Ministro Marco Maciel e os Líderes Carlos Chiarelli, Fernando Henrique Cardoso e Jarbas Passarinho tiveram a sensibilidade para o problema e tudo fizeram para que hoje nós pudéssemos estar discutindo esse projeto de lei.

O Sr. Edison Lobão — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOÃO MENEZES — Com prazer.

O Sr. Edison Lobão — Nobre Senador João Menezes, V. Ex^a tem toda a razão. Em primeiro lugar, aprimoramos um projeto que nos foi enviado, isto é, se ele não estivesse aqui não havia o que aprimorar. Em segundo lugar, há que repetir que foi uma iniciativa realmente do Presidente da República. Quero me lembrar aqui — sempre recorde exemplos do Senador Jarbas Passarinho — que quando o Senador Jarbas Passarinho era Ministro da Educação, eu era um modesto jornalista fazendo cobertura dos trabalhos do Congresso Nacional. E lembro-me de que, certa vez, o Senador Jarbas Passarinho sugeriu ao Presidente da República, que encaminhou ao Congresso Nacional, uma Mensagem propondo uma determinada lei importante, e S. Ex^a veio a uma das Comissões da Câmara dos Deputados, para debater o assunto com os Srs. Deputados, verificando que o seu projeto havia sido bastante alterado. O Senador Jarbas Passarinho, lembro-me como se fosse hoje, disse: "O Congresso sempre melhora as iniciativas do Poder Executivo". Mas este é um dever do Congresso. Estamos aqui para aprimorar mesmo as propostas que nos são enviadas pelo Poder Executivo. De modo que, o que fez a Câmara, e agora o Senado, é exatamente cumprir o seu dever de melhorar aquilo que já era bom, mas podia ser melhor. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. JOÃO MENEZES — Agradeço a V. Ex^a

O Sr. Chagas Rodrigues — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOÃO MENEZES — V. Ex^a tem o aparte.

O Sr. Chagas Rodrigues — Agradecendo a oportunidade, e não querendo abusar, queria congratular-me com V. Ex^a. V. Ex^a elogiou o Sr. Ministro, elogiou o Senhor Presidente da República...

O SR. JOÃO MENEZES — Não elogiei, fiz justiça. É diferente.

O Sr. Chagas Rodrigues — É um elogio justo.

O SR. JOÃO MENEZES — É diferente.

O Sr. Chagas Rodrigues — V. Ex^a está sendo modesto. Além de fazer referência ao Sr. Ministro das Minas e Energia, além do Senhor Presidente da República, além da Câmara, além do Senado — dos Srs. Senadores, do nobre Relator —, quero consignar nos Anais o seu esforço extraordinário, a dedicação que V. Ex^a sempre teve para com este assunto, a sua sensibilidade política. Quero assumir desde já com V. Ex^a um compromisso: quando tivermos votado a nova Constituição da República, e os projetos puderem tramitar normalmente, o seu projeto de lei em favor dos garimpeiros que, certamente, será renovado, terá a minha total solidariedade.

O Sr. Jarbas Passarinho — Nobre Senador, já que estamos de acordo, vamos votar! Estamos todos de acordo!

O SR. JOÃO MENEZES — Estamos, mas tenho que esclarecer algumas dúvidas. Precisamos botar os pingos nos "i".

O Sr. Leopoldo Peres — Senador, não retardemos esse pleito justo dos garimpeiros. Vamos votar.

O SR. JOÃO MENEZES — V. Ex^a pede, também e eu quero votar, por isto estou, em nome da Liderança, para votar. Se não quisesse votar não estaria aqui, ou pediria verificação e, talvez, não se votaria a Mensagem. Mas estou aqui para votar, só que tenho que esclarecer algumas dúvidas.

Vejam V. Ex^a, o Presidente da República mandou a Mensagem para cá dizendo no seu § 2º o seguinte:

"A garimpagem não será admitida além da profundidade em que seja possível garantir o trabalho dos garimpeiros em condições de segurança, cabendo ao Ministério das Minas e Energia avaliar essas condições."

O que se fez no substitutivo? Retirou-se essa parte. Quer dizer, se fosse nossa intenção, poderíamos dizer que está alterado. Voto contra. Peço verificação e voto contra, pelo PFL.

O Sr. Chagas Rodrigues — Mas está no parágrafo...

O SR. JOÃO MENEZES — Não. No 2º está diferente. Diz o seguinte:

"A garimpagem não será admitida além da profundidade em que seja possível garantir o trabalho dos garimpeiros em condições de segurança, cabendo ao grupo de trabalho, instituído no § 2º do art. 3º, desta Lei... etc."

Tiraram o Ministério das Minas e Energia. Então, é preciso esclarecer, mostrar que o Governo está interessado no andamento da mensagem de sua autoria.

O Sr. Almir Gabriel — Senador, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOÃO MENEZES — Pois não.

O Sr. Almir Gabriel — Participamos, junto com os Srs. Deputados Ademir Andrade e Asdrubal Bentes, das negociações com S. Ex^a, o General Bayma Denys. Colocamos e cotejamos a proposta do Poder Executivo e a emenda que se tinha feito por parte do Deputado Ademir Andrade. Desse cotejo resultou exatamente a redação do documento que depois serviu de base para que os Líderes do PMDB, e de outros partidos da Câmara, pudessem encaminhar, como forma de substitutivo, a proposta apresentada pelo Poder Executivo originalmente. Quando se estabeleceu que essa Comissão teria condições de acompanhar o trabalho e verificar a segurança, procedeu-se de acordo com o que era uma representação da maior dignidade e seriedade em relação ao problema, que é, sem dúvida, o Conselho de Segurança Nacional. Não seria nenhum obstáculo no nosso entendimento, compreender que o que está sendo proposto aqui aperfeiçoa, porque ao invés de colocar, de maneira genérica, dentro do Ministério das Minas e Energia, passa a fazê-lo diretamente ligado a um grupo executivo, que tem, inclusive, prazo para acompanhar. Sim, certamente, gostaríamos de, também, fazer um discurso sobre a questão de Serra Pelada. Certamente, não o faríamos com o mesmo brilho de V. Ex^a. No entanto, é desejável que possamos aprovar com a maior celeridade possível, esse projeto, na mesma medida em que tantos garimpeiros, há tantos dias, labutam aqui em Brasília, com a maior de todas as dificuldades para ver o Parlamento Nacional aprovando um projeto que, embora não seja a satisfação de todas as suas necessidades atuais, responde, sem dúvida, a uma condição razoável e que permite, mais ainda, a negociação posterior, até fazer com que Serra Pelada seja exclusivamente dos garimpeiros.

O SR. JOÃO MENEZES — Muito grato, eminente companheiro de Bancada, pelo seu aparte. Ele reforça o que acabei de dizer. V. Ex^a declara que foi ao General Bayma Denys que é também do Governo, e ele concordou. Então, o Governo tem dado todas as facilidades. É o que estou afirmando.

Tenho mais coisas a esclarecer. Não sou, digamos, o mais interessado, o mais conhecedor, mas tenho tido contato com essa gente do interior, com a gente da nossa terra. Sinto esse problema que vou mostrar no curso desta discussão. Por ora, estou vendo a Mensagem, mas há outro ponto da maior importância no Substitutivo, que, talvez, passe despercebido. Está aqui, no § 4º:

"O Banco Central do Brasil, através da Caixa Econômica Federal, aplicará os recursos pendentes e caucionados resultantes das sobras de ouro, paládio e prata dos primeiros 400 lotes em obras destinadas a melhorar a produtividade da garimpagem manual em

Serra Pelada durante o prazo previsto nesta Lei."

Este é, talvez, o dispositivo de maior profundidade que se discute nesta mensagem, porque é uma recuperação do dinheiro que lá existe, que foi arrecadado e agora será empregado na melhoria de Serra Pelada. Este artigo foi integrado na mensagem recebida do Governo.

O Sr. Jarbas Passarinho — Muito bem!

O SR. JOÃO MENEZES — Se pudéssemos, deveríamos, realmente, melhorar a situação do garimpeiro, porque é quem leva menos vantagem. Perguntei, há pouco, como se chamava o que pensei fossem bolsões, barrancos, e me foi dito que o nome técnico é cata. Os donos do garimpo, os donos do ouro e os donos desses barrancos, geralmente, não são do Pará, nem do Maranhão; moram em São Paulo, vêm do Rio de Janeiro, vêm de outros Estados, vêm até do estrangeiro, e lá exploram o trabalho do garimpeiro. Esta é a verdade.

Temos que olhar este assunto como brasileiros, porque os nossos irmãos do Maranhão, do Piauí, do Pará, ou do Rio de Janeiro, que trabalham no garimpo, esses, os menos beneficiados, são os que mais sofrem.

O Sr. Jarbas Passarinho — V. Ex^a tem razão.

O SR. JOÃO MENEZES — Os homens que saem ricos são aqueles donos dos barrancos ou da cata, como disse o Presidente da Cooperativa. Esses são os grandes exploradores e, talvez, através deles que se faz o contrabando de ouro, porque se o ouro de Serra Pelada fosse comprado corretamente, estaria dando muito mais resultado ao Governo brasileiro. Mas, talvez, uns 30 ou 40% — não sei bem ao certo — saem indiretamente de Serra Pelada. O nosso ouro se esvai indiretamente. E o que o garimpeiro ganha com isto? E o homem que trabalha lá, aquele que tem a sua vida lá dentro do garimpo? É para isto que nós devemos olhar. É este o fato fundamental nesse programa da garimpagem. O Governo, agora, está dando, e nós vamos aceitar, a prorrogação desse projeto de lei por dois anos. Vamos aceitar. Não é, também, uma situação boa, porque não é só aceitar isto. Nós teríamos é que fazer uma lei que estabelecesse uma proteção a quem trabalha no garimpo e não uma proteção a quem enriquece no garimpo. Isto é que seria o essencial e fundamental, porque não é levar aqui uma resolução que se prorrogou por mais dois anos e que vai fazer com que continuem sendo explorados os garimpeiros daquela região.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, eu não poderia deixar de dar este esclarecimento à Casa, porque é um esclarecimento que me parece e, pelo menos, eu o tenho como verdadeiro e absoluto. E o faço como homem do Pará, o faço como brasileiro, porque sei e conheço o sofrimento daquela gente. Até há bem pouco tempo, viviam como párias e ainda vivem. Agora, de pouco tempo para cá, é que se conseguiu a entrada de mulheres e outras pessoas lá em Serra Pelada, porque até há pouco tempo não entravam e eles viviam todos como bichos e só serviam para quê? Para movimentos eleitorais e eleitores ou para enriquecer os exploradores. Esta que é a grande verdade.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, perdoem-me a veemência, mas eu sinto, como brasileiro, que é da maior importância esse programa e estou satisfeito, porque vi o Partido da Frente Liberal, vi o nobre Líder Fernando Henrique Cardoso, vi o nobre Líder Jarbas Passarinho, vi o Sr. Ministro Aureliano Chaves, vi o Sr. Ministro Marco Maciel e vi o Presidente José Sarney darem toda a cobertura para que hoje se possa votar essa mensagem.

Pego desculpas aos meus pares e fico grato, declarando, de antemão que, em nome da Bancada do Partido da Frente Liberal, votaremos a favor desse substitutivo, que não é o originário da Mensagem.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

A matéria vai à sanção presidencial.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, de 1987 (Nº 79/87, na Casa de origem)

De iniciativa do Sr. Presidente da República

Altera dispositivo da Lei nº 7.194, de 11 de junho de 1984, que autoriza a inclusão de recurso da União, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A lei nº 7.194, de 11 de junho de 1984, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º

§ 1º

§ 2º A garimpagem não será admitida além da profundidade em que seja possível garantir o trabalho dos garimpeiros em condições de segurança, cabendo ao Grupo de Trabalho instituído no § 2º do art. 3º desta lei avaliar essas condições.

Art. 3º A garimpagem será permitida até 31 de dezembro de 1988, podendo esse prazo ser prorrogado por ato do Poder Executivo.

§ 1º Fica o Poder Executivo autorizado a alterar por proposta do Grupo de Trabalho previsto no § 2º do art. 3º desta lei, a área descrita no caput do art. 2º, adotando as medidas legais que se fizerem necessárias.

§ 2º O Poder Executivo criará Grupo de Trabalho, em regime de dedicação exclusiva, com a finalidade de estudar e propor ações que orientem o Executivo na busca de solução definitiva quanto à atividade garimpeira em Serra Pelada, Município de Marabá, Estado do Pará.

§ 3º O Grupo de Trabalho será criado dentro de 30 (trinta) dias a partir da vigência desta lei e terá 180 (cento e oitenta) dias para concluir suas atividades, garantindo-se a participação de representantes do Governo do Estado do Pará, da Cooperativa de Garim-

peiro de Serra Pelada e do Sindicato dos Garimpeiros de Marabá.

§ 4º O Banco Central do Brasil, através da Caixa Econômica Federal, aplicará os recursos pendentes e caucionados, resultantes das sobras de ouro, paládio e prata dos primeiros 400 (quatrocentos) lotes, em obras destinadas a melhorar a produtividade da garimpagem manual em Serra Pelada, durante o prazo previsto nesta lei.

§ 5º O montante dos recursos a serem aplicados em novas obras estará limitado aos recursos disponíveis no Banco Central para esse fim e deverá ser aplicado integralmente durante a vigência desta lei, sob a supervisão do Grupo de Trabalho por ela criado."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Divaldo Suraagy, previamente inscrito e que não se encontrava presente, quando convocado.

O SR. DIVALDO SURAGY (PFL — AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O País foi surpreendido no dia de ontem por uma série de boatos que inquietaram a população brasileira. A amplitude foi de tal porte que ficou em muitos a convicção de que era algo orquestrado para desestabilizar o Governo. É à medida em que esta convicção dominava um número enorme de pessoas responsáveis na atividade política, começava a se perguntar: a quem interessa a desestabilização do Governo? Porque o Presidente José Sarney, a quem esta Nação tanto deve, que assumiu os destinos da Pátria num momento de reconhecida dificuldade, teve o equilíbrio, teve a serenidade, teve a postura e teve a firmeza de conduzir o Brasil no rumo da consolidação de um processo democrático.

Bem sabemos, e a história da humanidade registra, que todo período de transição de uma fase revolucionária para um estado de direito, esta fase transitória sempre é conturbada e sempre é palco de conflitos violentos, em alguns casos ou na maioria das vezes, provocando guerras civis nesses países que viveram essa fase de transição.

O Presidente José Sarney, com sua longa experiência política, Deputado Federal que foi em várias legislaturas, Governador do seu Estado natal, o Estado do Maranhão, Presidente de Agremiação Partidária, tem o seu mandato discutido na sua legitimidade por alguns que jamais ousariam discutir, se o Presidente Tancredo Neves, não tivesse falecido, o que lamentamos.

Mas a mesma legitimidade que foi concedida ao Presidente Tancredo Neves foi concedida ao Presidente José Sarney. Daí, a nossa surpresa, a nossa preocupação e o nosso desejo de, em nome daqueles que fazem o Partido da Frente Liberal, neste Senado, trazer a solidariedade, o apoio, o estímulo a um homem que vem oferecendo o melhor da sua inteligência, o melhor da sua capacidade de trabalho, do seu espírito público, para vencer esses obstáculos de uma

Nação que deseja transpor a barreira do subdesenvolvimento.

O Sr. João Lobo — V. Ex^a permite-me um aparte?

O SR. DIVALDO SURUAGY — Pois não, é uma honra, para mim, ser apartado pelo Senador João Lobo.

O Sr. João Lobo — Nobre Senador Divaldo Suruagy, quero me solidarizar com V. Ex^a, neste momento em que levanta a sua voz, voz digna e respeitada nesta Casa e no Estado de V. Ex^a, pela compostura e pela inteligência com que tem sempre se posicionado. Quero me solidarizar, também, com o Presidente José Sarney, que tem sido vítima de verdadeiras injustiças, de más interpretações; confunde-se a sua sensibilidade de artista, que fica sempre em dúvida se está procedendo do melhor modo possível para o Brasil ou se está procedendo sem a verdadeira assertiva de determinadas situações. Só os artistas, os homens sensíveis e inteligentes, como é o Presidente José Sarney, ficam tolhidos, quase, pela dúvida dos procedimentos. A arrogância, a prepotência, o autoritarismo, são características das mentes embotadas, das mentes atropeladoras, longe do feito do Presidente José Sarney. Desde o começo de sua vida pública, Deputado Estadual, Deputado Federal, Governador, Senador nesta Casa, Sua Excelência sempre manteve essa linha de procedimento, que não está mudando enquanto Presidente. O seu procedimento de Presidente é o mesmo que ele tinha quando Senador, quando Governador do seu Estado. Sua Excelência simplesmente examina com cuidado, perscruta cuidadosamente todos os assuntos, para que ninguém saia ferido, para que a Pátria não saia diminuída das duas decisões. Mas, no momento preciso, o Presidente Sarney tem demonstrado que é capaz de assumir as maiores e mais graves responsabilidades. Temos certeza que a História julgará bem o procedimento do Presidente José Sarney. Queremos solidarizar-nos com o discurso de V. Ex^a, e através dele, com o Presidente José Sarney.

O SR. DIVALDO SURUAGY — Agradeço o aparte do nobre Senador João Lobo.

O Sr. Leopoldo Peres — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. DIVALDO SURUAGY — Pois não!

O Sr. Leopoldo Peres — Nobre Senador Divaldo Suruagy, a onda de boatos que ontem varreu esta República, a mim me parece que não tinha o objetivo de desestabilizar o Governo, mas sim favorecer certas especulações nas bolsas de valores de São Paulo e do Rio de Janeiro. E conseguiram muito mais. Conseguiram, na realidade, que milhões de lares de brasileiros, ontem, dormissem inquietos, temendo uma terrível crise social e econômica. Milhares de pequenos investidores de poupança passaram a noite sem dormir, preocupados com a série de boatos, que foram espalhados neste País. Esta indignidade, porque de indignidade se trata, não atingiu apenas o Presidente Sarney, o Governo da República, na realidade foi um ato de impatriotismo, que agrediu a toda esta Nação.

O SR. DIVALDO SURUAGY — Destacando as palavras do Senador Leopoldo Perez, concedo o aparte ao Senador Virgílio Távora.

O Sr. Virgílio Távora — Eminentíssimo Senador, permita-nos reduzir ao mínimo possível a nossa intervenção. Naturalmente ela vai ser objeto de um pronunciamento nosso, 2^a feira, quando a Liderança do seu Partido, quando a Liderança do PMDB, à qual já cobramos inutilmente, há bastante tempo, doará resposta a várias de nossas orações... Mas, digamos, não, não acredito que isto seja algo orquestrado contra Sua Excelência, partido de Oposições e aqui falará, pelo PDS, o Líder presente. No momento, estamos fazendo votos para que justamente seja bem sucedido o Senhor Presidente da República, nesta tarefa porque, em o sendo, seremos todos nós, livres de uma crise que, uma vez desafiada, não sabemos como terminará. Mas, prezado colega, algo precisa ser dito. Estão colhendo os srs. do Governo, principalmente os srs. do Palácio do Planalto, tempestade de ventos que semearam. Tenho dois Partidos me apoiando, a esses dois Partidos tenho dado todo o apoio necessário — deve raciocinar o Presidente Sarney — mas, nos momentos mais difíceis, dentro desses Partidos, tenho amigos que me defendem mas não tenho Partidos que corram para abraçar uma causa que, às vezes, pode não ser popular, mas que a moral política obriga a que, solidário com ele, nós nos mostremos. Então, vamos dizer, eminente Senador, V. Ex^a não estava presente quando aqui, por exemplo, há dias passados, chamávamos a atenção do PFL e do PMDB, depois, já como último orador da sessão, depois de eles terem se pronunciado sobre os mais diferentes assuntos, quanto à estranheza que a nós da Oposição causava não haver uma palavra sequer de retificação, de refutação ou mesmo de acolhimento em parte daquilo que constitui, a meu ver, até hoje, uma das maiores condenações já feitas na imprensa a um Governo da era republicana. Refiro-me ao depoimento do ex-Coordenador da Relações Públicas ou coisa semelhante, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o jornalista Carlos Alberto Sardenberg, participe, enquanto Sayad Ministro, do primeiro ao último dia de todo o processamento, de toda a montagem, de toda a direção e de toda a execução do Plano Cruzado. E V. Ex^a não viu uma pessoa que o defendesse, e aqueles poucos que no momento se pronunciaram, ignoravam o assunto, com exceção, fazemos justiça, ao Líder do PMDB que disse, confirmando vários pontos que sabia serem exatos, ou de seu dente de seu Partido a este Plenário, a que pertencia, a cúpula maior do Governo, para esclarecer. Estou dando esse exemplo, nobre Senador Divaldo Suruagy, porque chegou a hora da verdade, o que o Presidente não tem, não está tendo, é apoio político espontâneo dos Partidos; está tendo apoio político de amigos dentro dos Partidos, que lhe dão essa sustentação, mas não está tendo apoio político. Veja V. Ex^a — além do mais a que nos referimos — há espetáculo mais triste do que este, da substituição do Ministro da Fazenda? Aqui tocamos, e com certo pudor, porque a pessoa atingida é adversário político nosso porque é o Governador do nosso Estado, desculpe-me a brincadeira — é o Collor do Ceará. Mas, no entanto, como cearense, como nordestino, não

podemos deixar de levar a nossa voz e mostrar a estranheza daquilo que se nos afigura, realmente, uma afronta à Região, uma afronta ao Estado, mas, principalmente, um desrespeito profundo ao pleno exercício da função que o Primeiro Magistrado da Nação tem por obrigação fazer respeitar nos seus mínimos detalhes. Ninguém aqui veio, com exceção de pálidas explicações do Senador José Fogaça, levantar de lança em riste, na defesa deste homem, cuja apologia no momento V. Ex^a faz, do Presidente José Sarney. Desculpe-nos o alongado de meu aparte, mas é para deixar bem clara a nossa idéia.

O SR. DIVALDO SURUAGY — Conhecendo V. Ex^a, como eu conheço, Senador Virgílio Távora, sabendo do espírito público de que V. Ex^a é dotado, jamais teria dúvidas de que a posição de V. Ex^a e do Partido que V. Ex^a dignifica integrando-o, é pelo desejo do êxito do Presidente da República, porque o êxito de sua Excelência implica no êxito de toda a sociedade brasileira, e porque não dizer, no êxito da classe política e do poder civil. O que está em jogo, o que está sendo analisado neste instante é a competência, é a capacidade dos políticos para gerir os destinos da Pátria.

V. Ex^a dignificou o meu discurso, porque V. Ex^a pertence, neste colegiado, àquele grupo privilegiado de escol daqueles homens que são atores e autores da história brasileira, como o eminente mestre Afonso Arinos, V. Ex^a e o nobre Senador Jarbas Passarinho. V. Ex^a dignifica esse poder e tenho certeza que, acima das divisões partidárias, os interesses do País falam mais alto no coração e no sentimento de V. Ex^a.

O Sr. Jarbas Passarinho — Permite-me um aparte?

O SR. DIVALDO SURUAGY — Concedo, com muita alegria, o aparte ao nobre Senador Jarbas Passarinho.

O Sr. Jarbas Passarinho — Nota-se a dificuldade de um partido de Oposição quando deseja ser uma oposição consciente, responsável e, sobretudo, uma oposição leal a um regime como o regime democrático. Tivéssemos nós, o nobre Senador Virgílio Távora, uma das nossas figuras exponenciais do partido, a oportunidade de usar um tipo de oposição, desvairada estaríamos aqui utilizando argumentações que V. Ex^a, provavelmente, teria alguma dificuldade, até mesmo com o brilho e com a capacidade que tem, de refutar. Mas nós não estamos repetindo aquela velha vontade do Lorde inglês que ia num barco, que começava a fazer água e ele estava a bordo e a água começou a ser feita por horroeste, e ele chamava a atenção dos ocupantes de bordo: cuidado com o bordo de vocês, como se o dele não fosse para o fundo, quando a embarcação afundasse. Nós todos estamos na mesma embarcação. Há perguntava-me um jornalista se concordava que havia um processo de desestabilização do Governo do Presidente José Sarney. Eu disse: não entendo que haja, porque as discordâncias fundamentais parecem estar localizadas nas áreas de suporte, fundamentalmente, no principal partido, que é o PMDB. Estranho, e seria inconcebível que o partido que o apoiava fosse exatamente aquele que mais lhe desejasse criar problemas. Talvez, para poupar o discurso de V. Ex^a

e não fazer o que é hábito entre nós — vou ser breve e ser longo — eu me permitisse tratar do problema posteriormente. Mas gostaria de lhe dizer, por exemplo, coisas, desde logo, que nos causam espécie. Uma é verificar a desinteligência entre o principal Partido de suporte do Governo e a figura do Presidente da República em assuntos da maior importância, como, por exemplo, a fixação do seu mandato, que já poderia ter sido definida. O Presidente tem feito apelos e, nesse sentido, não temos correspondido; nós não; nós somos partidos de oposição, minoritários, mas, por que não decidir isto de uma vez? E há um caminho para se decidir, que é o Congresso Nacional. A qualquer momento em que o Presidente tornasse uma iniciativa, o Congresso Nacional poderia fazer, porque o PMDB, sozinho, tem, neste Congresso Nacional, 54,6% da sua composição. Quando verificamos um Ministro da Fazenda ser substituído da forma pela qual foi feita, todos saíram mal. Todos saíram mal, V. Exª há de convir. Saiu mal o Presidente da República, saiu mal o condestável, que é o nosso Deputado Ulysses Guimarães, saiu mal o pobre do Governador, apelidado de Collor do Ceará, pelo meu eminente colega de Bancada, e saiu mal a Nação, porque vejamos que, ainda agora mesmo, temos um Ministro há dez dias e ainda não temos um Secretário-Geral. Ainda não se conseguiu chegar a um Secretário-Geral, pelas supostas desinteligências internas do Partido principal de apoio ao Governo com o próprio governo do Presidente. O nosso desejo, nobre Senador Divaldo Suruagy coincide, precisamente, com o de V. Exª. Ahamos que desestabilizar o Governo do Presidente Sarney, hoje, é um ato não apenas impatriótico, como terrivelmente duvidoso quanto às suas consequências funestas; duvidoso apenas quanto à profundidade dessas consequências, mas nada de duvidoso quanto a consequências funestas. E o Presidente tem, no PDS, um pequeno Partido que o olha sem agravar sua posição, sem naturalmente ser um Partido tipo chapa branca, chapa oficial, que vive pedindo favores especiais ao Presidente, mas um Partido que deseja, acima de tudo, que tenhamos ordenamento econômico no País, sem o qual a situação permeia, imediata e inevitavelmente, o campo social e o campo político, e aí a razão dessa boataria. E, naturalmente, há por trás disso, aquilo que Getúlio Vargas consagrou, chamando de os pescadores das águas turvas. Era o que me permitiria acrescentar ao discurso de V. Exª

O SR. DIVALDO SURUAGY — A autoridade política e a autoridade moral e cultural de V. Exª engrandece o nosso discurso, e a sensatez e a lógica dos argumentos aqui apresentados por V. Exª são testemunhos eloquentes da necessidade de uma harmonia entre as forças vivas desta Nação.

Evidentemente, que não sou autoridade para falar, sou até suspeito para tentar analisar os conflitos existentes dentro do Partido majoritário aqui no Congresso. Na verdade, que há muito que ele deixou de ser um Partido para ser uma frente. Nós encontramos os mais diversos segmentos, as mais diversas tendências, os maiores desencontros dentro dessa agremiação que, talvez, esteja impedindo ao seu Presidente de dar aquela posição de apoio, sem estar secundado pela sua Bancada, ao Presidente José Sarney. Mas o PFL,

pela sua unidade, pela coerência de suas atitudes, tem a preocupação em dividir com o Presidente da República essa responsabilidade que não pode ficar limitada nunca ao Governo, mesmo porque nós sabemos muito bem — e aprendi isso com V. Exª — que Governo não é a figura isolada de um homem no Palácio, ou de um grupo de homens que compõem uma equipe ministerial, mas são todas as forças vivas da sociedade. Governo é, principalmente, a conjunção de esforços dos três Poderes do Estado. O Poder Legislativo tem co-responsabilidade com tudo o que aconteceu e com tudo o que está acontecendo nesta Nação. Então, temos que dividir esta responsabilidade com o Presidente, oferecendo-lhe orientação, as nossas idéias, as nossas sugestões, as nossas críticas e o nosso apoio, para que tenha condições de atravessar esse mar revoltoso, naquela imagem feliz com que V. Exª brindou o nosso discurso, para que cheguemos ao porto seguro, onde ele possa oferecer à posteridade o seu exemplo de dignidade, a este homem que merece, neste instante — repito — independentemente das paixões políticas, independentemente das divisões partidárias, o nosso apoio.

Bem sabemos a origem e a causa do endividamento externo brasileiro. Cinco grandes obras se faziam necessárias, cinco grandes obras eram imperiosas ao desenvolvimento desta Nação. E, naquela fase, todas eram aplaudíveis. Foram elas a construção de Itaipu — senão todo o processo de desenvolvimento industrial brasileiro estaria estrangulado no Sul e no Leste do País; Tucuruí — sem a sua construção todo o Norte, toda a Amazônia estaria sacrificada; o programa nuclear — o que se pode discutir é a amplitude do programa, mas nunca a necessidade pedagógica da formação de técnicos para enfrentar o Brasil do ano 2000 — o que se poderia discutir, na minha opinião, era a pressão popular dos dois metrô, para as duas maiores cidades deste País. O Brasil deu o exemplo de ter sido o único País do mundo a construir dois metrô ao mesmo tempo. Nem os Estados Unidos, nem a Alemanha, nem a França, nem a Inglaterra, que são os países mais ricos do mundo, tiveram a ousadia de construir dois metrô ao mesmo tempo; e a Ferrovia do Aço, ainda hoje tão discutida, tão criticada, tão desejada e tão cobrada.

Mas veio a alta do petróleo, a preocupação do saneamento da economia dos Estados Unidos através da alta taxa de juros. E tudo isso implicou, ao lado de outras consequências, ao lado de outros desencontros, nessa dívida que está esmagando a sociedade brasileira e que está nos preocupando e nos angustiando.

O Sr. João Menezes — Permite V. Exª um aparte?

O SR. DIVALDO SURUAGY — Ao conceder o aparte ao Senador João Menezes, eu gostaria, também, de privilegiar os Senadores Jarbas Passarinho, e Virgílio Távora com a inclusão dos seus nomes nestas elite do Senado, com que nós tanto nos orgulhamos de conviver.

O Sr. João Menezes — Eminente Senador Divaldo Suruagy, quero dizer a V. Exª, em nome da Liderança do nosso partido, que V. Exª está expressando o nosso pensamento. Então, o discurso de V. Exª é o nosso discurso. E eu o parab-

nizo pela justeza, pela capacidade e, sobretudo, pela oportunidade em pronunciá-lo. Meus parabéns, e faça como sua, a palavra da Liderança do Partido da Frente Liberal.

O SR. DIVALDO SURUAGY — Muito obrigado, Senador João Menezes.

O Sr. João Agripino — Permite V. Exª um aparte?

O SR. DIVALDO SURUAGY — Concedo, com muita alegria, o aparte ao Senador João Agripino.

O Sr. João Agripino — Senador Divaldo Suruagy, desejo, inicialmente, louvar o patriotismo contido nas palavras de V. Exª, quando, antes de aqui fazer a apologia do Governo, procura dar ou emprestar o apoio de V. Exª ao Presidente José Sarney, em quem está personificado o próprio poder civil; a quem todos nós, evidentemente, desejamos preservar, porque o poder civil, em última análise traduz a competência da classe política, a qual todos nós pertencemos. V. Exª, como eu, na sucessão presidencial recente, era Governador de Estado e pertencia aos quadros do PDS. Mas V. Exª, como eu, entendeu os reclamos de mudança desta Nação. V. Exª, como eu, desejava dar a sua contribuição pessoal, à transição pacífica para a plena democracia. E V. Exª como eu, não hesitou em romper laços tradicionais ou vinculações partidárias, para apoiar Tancredo e Sarney, a bem da transição democrática e a bem dos reclamos do povo. Fizemos ambos a vontade do povo ao recomendar o voto no Colégio Eleitoral, a Tancredo e Sarney. É verdade que nos movia o interesse de atender aquilo que estava escrito no documento chamado "Compromisso com a Nação", que ainda hoje guardo, e que preciso, a bem da verdade, registrar: não vem sendo cumprido na sua integralidade! Não diria, por culpa nossa, dos que com despreendimento tomaram uma atitude de coragem, no momento certo. Nós não tínhamos obrigação de votar no candidato que então era filiado ao PMDB, que era o nosso adversário nos nossos Estados. Adotamos aquela por visão de futuro, por patriotismo, e por desejar a transição. E V. Exª, como eu, sabe que o comando do atual Governo não nos está entregue, porque os Ministérios da área econômica são conduzidos por integrantes dos quadros do PMDB. E V. Exª, como eu, sabe que os Ministérios ocupados pelo PFL administram o dia-a-dia; e as consequências da política econômica não são administradas pelos Ministérios fundamentais do Governo, e até por isso estaríamos semidesobrigados de fazer defesa que, neste momento, fazemos por patriotismo.

Quero, portanto, a par de colocar estas palavras, fazer o registro, até como colocação em relação às muito lúcidas palavras do Senador Virgílio Távora, relativas à defesa por parte do PMDB, das acusações que ele recentemente fez. A Nação toda assistiu à recente reforma ministerial, que obrigou o Presidente a tomar atitudes que talvez não desejasse, mas a recente reforma ministerial deixou muito claro para a Nação que o Presidente está sendo obrigado — obrigado a, em primeiro lugar — administrar o seu mandato antes de administrar o próprio País, por falta de suporte parlamentar daqueles que deveriam dar apoio parlamentar, porque são os condutores do governo

e da política econômica. O PMDB, me desculpem os companheiros e colegas Senadores, está tentando conseguir o que nem Deus conseguiu: ser Governo e Oposição ao mesmo tempo, esquecendo que nesta hora de dificuldades, de crise econômica e social profunda, a hora é, em primeiro lugar, de pensar no Brasil dos nossos filhos e no futuro desta Pátria. É por isso que desejo louvar e aplaudir as palavras patrióticas de V. Exª, quando vem a esta tribuna defender, não apenas o Governo, mas a figura do Presidente que encara o poder civil e a classe política brasileira.

O SR. DIVALDO SURUAGY — Agradecendo ao aparte do Senador José Agripino, gostaria de, comungando com as colocações brilhantes que o Senador fez, afirmar o seguinte: é até uma ingenuidade daqueles que imaginam que possam tomar o poder do Presidente José Sarney, numa desobediência a um preceito legal. Simplesmente, tenho certeza — porque o Senador Virgílio Távora teria essa atitude, como também o Senador Jarbas Passarinho e todos os que aqui se encontram — que, se estivesse no lugar de Sua Excelência o Presidente da República, e algum Partido desejasse contestar a legitimidade do meu poder, apoiado em preceitos legais, convocava a Nação e pedia a esse Partido para me tirar do Palácio. Com que força, meu Deus? É uma ingenuidade, é uma bobagem, é uma colocação até ridícula na minha opinião.

O Sr. Ruy Bacelar — Permite V. Exª um aparte?

O SR. DIVALDO SURUAGY — Com muita alegria, concedo o aparte ao Senador Ruy Bacelar.

O Sr. Ruy Bacelar — Eminente Senador Divaldo Suruagy, cheguei um pouco atrasado e não ouvi todo o eloquente discurso de V. Exª. Entretanto, por algumas partes que me foram possível ouvir, chego à conclusão que V. Exª, os demais componentes da Bancada do PFL e também do PDS, são os maiores defensores, hoje, do Presidente Sarney; são os que mais defendem, inclusive, o mandato de seis anos. Agora, se não me engano, acho que V. Exªs não sei nem se votaram no Presidente José Sarney, uns defendiam a candidatura do Deputado Paulo Maluf, outros do Ministro Mário Andreazza, inclusive V. Exª era até candidato a Vice-Presidente da chapa do Ministro Andreazza...

O SR. DIVALDO SURUAGY — Exato, com muito orgulho para mim!

O Sr. Ruy Bacelar — ... depois, porque perderam — não sei se procederam bem deixando o Partido, o PDS na época eu era do PDS, mas não participei na convenção — apoiaram a chapa já vitoriosa de Tancredo e Sarney, essa é que é a verdade e, hoje, são os que mais defendem o mandato de 6 anos, sob o pressuposto de que o Presidente José Sarney e o ex-Presidente Tancredo foram ambos eleitos na atual Constituição vigente, pelo mandato de 6 anos, direito garantido. Mas isso, no meu entender, como alguns grandes juristas dizem, é uma heresia jurídica, contra a futura Constituição. Mas, acho em verdade, que nós, políticos, devemos vislumbrar o futuro, devemos sentir, auscultar os anseios do povo brasileiro. E o povo brasileiro, hoje, quer o quê? Quer votar! Quer exercer esse direito porque não o faz

há mais de 27 anos. São 45 anos! Aqueles que, hoje, têm 45 anos não tiveram o direito de votar. Muita gente já nasceu, já viveu e já morreu sem ter exercitado o seu direito de votar. Daí dizer a V. Exª, eminente Senador, que acho que cabe a todos nós convocar o mais breve possível essas eleições. Porque talvez seja, talvez não, o remédio para consertar o que está errado. Daí dizer a V. Exª: cabe a todos nós Senadores, Parlamentares, atendendo aos anseios do povo, tornarmos atitudes corajosas, porque o povo ainda acredita um pouco em nós, para que não haja, a pedido do povo, uma solução extralegal tomada por forças outras que não nós parlamentares, nós homens públicos. Obrigado a V. Exª

O SR. DIVALDO SURUAGY — Gostaria de agradecer ao Senador Ruy Bacelar a oportunidade que S. Exª me ofereceu de explicar a posição dos governadores do Nordeste, que aqui estão representados por três Senadores, naquela oportunidade, os Senadores Hugo Napoleão, José Agripino e Divaldo Suruagy, naquela fase tão importante da vida política nacional, quando foi viabilizada a eleição de Tancredo Neves e José Sarney.

Quando marchamos para uma convenção, anunciamos a toda a sociedade brasileira, através dos meios de comunicação, que o nosso conflito não era com o PDS, nem era com a pessoa física do Deputado Paulo Maluf — e tive a oportunidade de dizer isso pessoalmente a S. Exª — que naquele instante, naquele momento não tinha condições de governar o País, que ia provocar uma divisão dentro da nossa agremiação partidária, que ia dividir a sociedade brasileira.

O Sr. Gerson Camata — Permite V. Exª um aparte?

O SR. DIVALDO SURUAGY — Se o Senador Gerson Camata me permitir, gostaria de concluir o meu raciocínio, respondendo às colocações do Senador Ruy Bacelar e, depois, ficarei muito honrado com o aparte de V. Exª

O Ministro Mário Andreazza concordava em retirar a sua candidatura, a exemplo do que fez o Senador Marcos Maciel, a exemplo do que fez o Ministro Aureliano Chaves para se encontrar um denominador comum que evitasse uma cisão partidária e um conflito dentro da sociedade brasileira, mas o Deputado Paulo Maluf insistiu na sua candidatura. Então, nós que já havíamos anunciado através da televisão, de entrevistas em jornais e em rádio a nossa posição, os Governadores do Nordeste tiveram a dignidade, a coragem e a ombridade de viabilizarem a vitória do que hoje se chama Aliança Democrática...

O Sr. Ruy Bacelar — V. Exª transmitiu aqui que ajudou a vitória — a vitória já estava líquida e certa.

O SR. DIVALDO SURUAGY — V. Exª se me permitir, já concedi o aparte e gostaria de concluir o meu raciocínio em resposta às colocações de V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães fazendo soar a campainha.) — Pediria ao nobre Senador Divaldo Suruagy que procurasse não conceder mais apartes, V. Exª já ultrapassou o tempo em 10 minutos.

O SR. DIVALDO SURUAGY — Muito obrigado, Sr. Presidente. Gostaria apenas de encerrar o meu raciocínio em resposta às colocações do Senador Ruy Bacelar.

O Governador Tancredo Neves, para alegria nossa, era colega dos Governadores que aqui se encontram hoje no exercício do mandato de Senador. Era visível o desejo do Governador Tancredo Neves de postular a primeira magistratura do País, porque das 11 primeiras reuniões da SCDENE o Governador Tancredo Neves compareceu a 9. Reuniões em Parnaíba, no interior do Piauí — ali se encontrava o Governador Tancredo Neves; reunião em Paulo Afonso no sertão da Bahia e de Alagoas — ali se encontrava o Governador Tancredo Neves conquistando a afeição, conquistando a estima, porque o respeito e a admiração de todos nós ele já possuía. E ele, na reunião de Montes Claros, só tomou uma posição quando soube que jamais o acompanháramos, porque já havíamos anunciado à Nação, a ele e ao Presidente João Figueiredo que não marcharíamos com a candidatura do Deputado Paulo Maluf. Quando ele teve a consciência e a certeza de que contava com o apoio dos Governadores do Nordeste e dos Governadores do PFL, aí ele tomou a sua posição histórica, posição que levaria a essa mudança, integrada por essa Aliança que está sendo tão discutida e tão contestada.

A posição foi fundamental, o Presidente Tancredo Neves jamais escondeu. E com que carinho eu invoco o testemunho dos Senadores Hugo Napoleão e José Agripino, com que afeto que era também uma característica da sua personalidade, da sua maneira de ser e de proceder — ele conquistou todos nós em torno de sua candidatura. E nós marchamos, embora é bom que saiba, porque V. Exª ficou em dúvida, e eu não gostaria que assim permanecesse, todos nós conduzimos. Nós, pessoalmente, não votávamos, porque os Governadores não integravam o Colégio Eleitoral, mas todos nós conduzimos a unanimidade do voto das Assembleias Legislativas dos nossos Estados, para criar condições para que o PMDB seja hoje um Partido majoritário. No Estado de Alagoas, de dezessete votos, quatorze votaram em Tancredo Neves e José Sarney. Em termos proporcionais, foi a maior votação concedida a esses dois brilhantes homens públicos, e apenas três desses quatorze votos eram do PMDB.

Imagino que tenha respondido às dúvidas de V. Exª, mas quero acrescentar a elas que a nossa preocupação e o nosso temor não é com eleições. Sinto-me muito à vontade para fazer essa afirmativa, porque fui Deputado Estadual, fui Prefeito de Maceió, eleito Deputado Federal, fui o único Governador eleito pelo processo indireto que votou pelas eleições diretas, fui Governador de Estado duas vezes e, hoje, para alegria minha, sou o Senador mais votado da história de Alagoas. Jamais temi eleições, jamais tive receio de eleições diretas. E V. Exª aqui se encontra com o voto ilustre do povo baiano, quando, é bom que se explique há 25 anos não se vota em eleições para Presidente da República; porque todos nós que aqui nos encontramos, para orgulho — imagino eu — de todos os Senadores, fomos eleitos diretamente pela confiança das bases populares dos nossos Estados.

Quero deixar bem claro que é preocupação nossa e que estamos desejando eleição. Não podemos concordar com eleições em janeiro, em fevereiro, em março ou em abril, porque esvaziaria a Constituinte, que foi uma grande bandeira, uma grande tese, inclusive uma tese eleitoral de vários Companheiros de Partido de V. Ex^a; fomos Deputados juntos, naquela oportunidade integrávamos a mesma agremiação partidária, éramos do PDS, o que nos levou a mudar de Partido, o que nos levou a fundar o PFL, o que nos levou a criar condições para essa aliança, que possibilitou essas mudanças ocorridas no Brasil; foi porque acreditamos num homem que seria capaz de ser o instrumento da aspiração da maioria do povo brasileiro, daí a dificuldade do Presidente...

O Sr. José Fogaça — Permite um aparte, nobre Senador?

O SR. DIVALDO SURUAGY — Nobres Senadores José Fogaça e Gerson Camata, que primeiro estava incluído para me apartear, se o Presidente condescendesse, ficaria muito honrado com os apartes de S. Ex^{as}, e também com o aparte do Senador Hugo Napoleão.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Solicitarei apenas que os apartes sejam breves, porque existem outros oradores que desejam também fazer uso da palavra.

O SR. DIVALDO SURUAGY — Concedo o aparte ao nobre Senador Gerson Camata.

O Sr. Gerson Camata — Nobre Senador Divaldo Suruagy, venho acompanhando desde o início, e com a atenção que V. Ex^a merece, e pelo tema que V. Ex^a enfoca, a sua fala. Primeiro, é necessário que reconheçamos todos nós que os Governadores do Nordeste foram fundamentais, foram essenciais; e que o Governador Tancredo Neves, num determinado momento, me disse que se não tivesse tido o aceno dos Governadores não renunciaria ao Governo de Minas para se candidatar a Presidente. Tive, durante aquele período, muitos contatos, com uns três Senadores, que estão aqui hoje, Governadores, e sei a dificuldade que enfrentaram a nível regional, de terem que abraçar a causa dos seus adversários políticos, contrariando, muitas vezes, companheiros mais radicais que não aceitavam. Os Governadores do Nordeste, junto com o PMDB, que já abraçava a candidatura de Tancredo Neves, evitaram uma crise no Brasil, porque — V. Ex^a reconhece — o caminho da candidatura que vinha levaria, indubitavelmente, o País a um conflito; e os Governadores, na época, tiveram uma posição corajosa, patriótica naquele momento. Isso, digo apenas para testemunhar quem acompanhou aqueles fatos que vinham acontecendo e que antecederam a eleição do Presidente Tancredo Neves. Vou agora ao ponto sobre o que desejo apartear V. Ex^a Solidarizo-me também, nos termos em que V. Ex^a coloca o seu pronunciamento, com o Presidente José Sarney. Digo a V. Ex^a que tenho refletido, pensado, tenho conversado muito e tenho me preocupado, não só eu, mas muitos companheiros do PMDB, diante dos rumos que o Partido está tomando. Observa-se, e disse isso num discurso, e repito agora, talvez até no dia do meu discurso na Constituinte eu tivesse sido um pouco duro com a cúpula do PMDB. Mas o nosso Partido fez, do dia em que

nós chegamos aqui até hoje, 5 reuniões, uma para eleger o Dr. Ulysses Guimarães, a outra para eleger de novo o Dr. Ulysses, a outra para eleger o Luiz Henrique, a outra para eleger o Fernando Henrique Cardoso, e a outra para eleger o Mário Covas. Não tivemos uma reunião para colocarmos a posição do Partido diante de problemas nacionais tão candantes que estão aí. O Partido que tem essa grande responsabilidade só faz reuniões para eleger o pessoal dele, ou só convocam — esses líderes partidários, que têm inúmeros méritos perante a Nação brasileira, e por quem eu nutro uma profunda admiração — reuniões para se auto-elegerem. Mas acho que este Partido está devendo ao País e ao Presidente José Sarney, e vou aí a um ponto que o Senador José Fogaça focalizou aqui outro dia, em um discurso muito lúcido, que antecipava até esses fatos que estão acontecendo hoje, a necessidade de que o PMDB se reúna, para dizer ao Presidente José Sarney até onde o Partido vai com ele nas medidas que ele precisa tomar. Porque a crise política que nós estamos vivendo é decorrência do econômico, e aí, se nós não resolvermos o problema da inflação, o problema dos juros, o problema do custo de vida, não adianta convocar eleição para abril, e não chegamos nem lá; e discordo, em parte, e agora, da posição do Senador Ruy Bacelar. O povo brasileiro não está querendo votar agora não, está querendo que se estabilize o preço, está querendo que o juro abaixe, está querendo que acabe essa inflação que está arrasando e desorganizando a economia.

O Sr. Ruy Bacelar — V. Ex^a não tem ouvido o povo!

O Sr. Gerson Camata — Se eleição resolvesse o problema da inflação e do juro, na semana que vem, eu renunciava ao meu mandato — e acho que todos nós — para entrarmos, efetivamente, em uma economia estabilizada, e estaríamos dando uma grande contribuição ao Brasil. O meu medo é que se houver uma eleição agora — pode ser no mês que vem — o próximo Presidente vai encontrar um País ainda com mais problema, e será que o PMDB, se ganhar eleição, vai enfrentar os problemas com o Presidente, ou vai querer outra eleição logo no mês de dezembro, achando que a eleição vai resolver o problema? Acredito que agora está chegando a hora do sim ou do não. O PMDB, o PFL, e até os demais Partidos que estão aqui — porque ouvi a palavra dos Senadores Virgílio Távora e Jarbas Passarinho — precisam, até se for possível, sentarmos juntos, e darmos ao Presidente, e aos Ministros dele, também, a força de que ele precisa, porque a inflação não se combate com mel, só com fel. Os remédios são amargos, temos que ter a coragem de assumi-los, discutindo essas medidas, que são necessárias, com toda a sociedade brasileira, via Congresso, que é o grande veículo dessa discussão. Muito obrigado a V. Ex^a e cumprimento-o pelas suas palavras.

O SR. DIVALDO SURUAGY — Agradeço o aparte do Senador Gerson Camata, que teve características de depoimento histórico, porque, inclusive, V. Ex^a me fez lembrar — e é fácil, basta consultar os Anais do Conselho Deliberativo da Sudene — quando em abril de 1984, nós, os Governadores, do Nordeste, lançávamos o nome

de Tancredo Neves como ponto de encontro, como o grande interlocutor da sociedade brasileira. E a ironia é que fui o primeiro orador a defender essa tese, logo depois secundada por todos os companheiros, e a ironia, às reuniões da Sudene, como costuma acontecer, são realizadas na última sexta-feira de cada mês, e no domingo seguinte, o PMDB de Alagoas me dava nota oficial criticando-me, por estar me intrometendo na vida interna do Partido, como se eu estivesse defendendo uma candidatura. Apenas em maio, daquele mesmo ano, de 1984, o Governador Franco Montoro convidava os Governadores do PMDB para uma reunião na cidade de São Paulo e formalizava-se o apoio à candidatura de Tancredo Neves. Então, apenas para reavivar a memória do Senador Ruy Bacelar, os Governadores do Nordeste, anteciparam-se inclusive aos do PMDB, porque tomamos essa posição em abril de 1984 e, somente em meados de maio, o Governador Franco Montoro convidou os Governadores do PMDB para anunciar publicamente o apoio à candidatura de Tancredo Neves.

O Sr. Ruy Bacelar — V. Ex^a foi candidato.

O SR. DIVALDO SURUAGY — Refiro-me à posição dos Governadores em abril de 1984. Ficou bem claro que sempre foi a mesma, Senador Ruy Bacelar. Ficou enfatizada que a nossa posição sempre foi em torno dos interesses maiores do País.

O Sr. Ruy Bacelar — O Ministro Andreazza é quem representava esses interesses maiores do País.

O SR. DIVALDO SURUAGY — Naquele momento, ele era o candidato do nosso Partido.

O Sr. Ruy Bacelar — E o candidato Paulo Maluf não o era?

O SR. DIVALDO SURUAGY — Não simbolizava. Não estamos discutindo nomes.

O Sr. José Fogaça — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. DIVALDO SURUAGY — Vou conceder o aparte a V. Ex^a. Lamento ter que descer a um nível...

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Permita-me, nobre Senador, insistir que V. Ex^a tinha vinte minutos para o seu pronunciamento e já está há cinquenta minutos na tribuna.

O SR. DIVALDO SURUAGY — Sr. Presidente, somente a benevolência de V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Não é questão de benevolência da Presidência, mas existem outros oradores inscritos que também têm o direito de falar. Pediria aos apartes que não prestassem depoimentos, mas fizessem, de acordo com o Regimento, apartes, curtos, breves, e objetivos.

O SR. DIVALDO SURUAGY — Ouvirei agora, o Senador José Fogaça e, logo depois, o Senador Hugo Napoleão.

O Sr. José Fogaça — O Presidente desta sessão, nobre Senador Jutahy Magalhães, tem inteira razão. Eu estou dispensado de fazer um depoimento, até porque o depoimento do Senador Gerson Camata foi suficientemente alentado

e suficientemente fundamentado para que eu aqui me dispusesse a tal. Apenas, como já fui capaz de fazer autocrítica neste plenário, em relação ao comportamento do meu Partido, e concordo com o que tem dito também o Senador Gerson Camata a esse respeito, acho que nós que compusemos a Aliança Democrática, não sabemos montar aquilo que seria realisticamente uma estratégia de transição. Não a tivemos, não elaboramos essa estratégia e, hoje, não é só o PMDB que está no comando da política econômica, é também o PFL que tem essa responsabilidade; porque quando assumimos a condição de Governo, no início da Nova República, passamos a agir, na ocupação do poder, como se tivéssemos um Governo igual a qualquer outro, um Governo dentro de uma situação de normalidade, em que até houve um loteamento na ocupação do poder. No entanto, passamos a exigir da sociedade brasileira que ela tratasse esse Governo como um Governo de transição. Ora, as duas coisas não podem acontecer senão em absoluta contradição. Ou o Governo era realmente um Governo de transição e incluía na estratégia de transição outras políticas, abrindo-se para a sociedade e para outros Partidos, para montar um verdadeiro pacto social, democrático, popular, com objetivos definidos, ou então ocorria aqui que está ocorrendo agora: o PMDB e o PFL encontram-se numa situação, em que têm que fazer a transição e não conseguem dos outros partidos apoio para essa transição. A realidade, que agora nos aparece, que agora se nos afigura é a de que nós temos que garantir a autoridade do Presidente da República, nós temos que garantir o processo democrático, nós demos que conduzi-lo até o fim. Mas não permitir que a condução venha também a minar o processo Constituinte, porque diretas queremos e, aliás, diretas já estão na Constituição, graças a uma Mensagem do Presidente José Sarney; o seu nome irá para a história por essa conquista. Diretas já existem, mas não podemos minar o processo Constituinte; diretas, sim, mas Constituição antes. É por isso que nós estamos hoje a braços com uma crise que não temos perspectivas para a sua solução, não obtemos o apoio da sociedade brasileira para as nossas propostas de transição. O Ministro Furlan declarou a moratória e foi demorado; o Ministro Furlan enfrenta os banqueiros internacionais e caiu, pelas próprias pressões internas. Em função disso, quero dizer a V. Exª que, muitas vezes, temos recebido críticas do PFL, por sermos responsáveis pela política econômica e gerarmos consequências nocivas aos outros Ministérios. Mas o PFL também age no interior desse Governo, em busca apenas da ocupação do poder e não a partir de uma visão ampla do processo de transição democrática. É tão responsável por essas dificuldades, pela fragilidade política que o próprio Presidente da República encontra, neste momento, o quanto somos nós, reconhecemos sim, do PMDB. Mas, não é possível aceitar que se queiram dividir as responsabilidades, ou seja, quando está dando errado é o PMDB, quando está dando certo é de todos. Para isso é preciso, neste momento, chamar a atenção. Há um grau de dificuldades que atingimos por causa da nossa inconsciência e da falta de estratégia para a transição democrática e é nesse sentido que temos que assumir, com coragem, os dois partidos que têm o dever

de sustentar o governo, essa responsabilidade, igualmente repartida.

O SR. DIVALDO SURUAGY — Senador José Fogaça, concordo em gênero, número e grau com os argumentos de V. Exª, aliás eu estava defendendo esses argumentos e, inclusive, fui mais longe do que V. Exª — fiz um apelo para os outros partidos, estão aqui testemunhas, os eminentes Líderes Jarbas Passarinho e Virgílio Távora.

Dizia eu que a responsabilidade não é do Presidente da República, a responsabilidade é da sociedade na qual se encontra inserido o Congresso Nacional.

O Senador Rui Bacelar honrando o meu discurso, tentou fazer uma divisão entre o PFL e o PMDB que em momento algum, nas minhas colocações, destaquei esse ponto. S. Exª deve ter-me interpretado mal, porque, em momento algum fiz uma colocação de crítica a um partido.

Em um dos apêndices, com que fui brindado, eu dizia que não tinha autoridade para falar em nome do PMDB; todos que aqui se encontram se lembram disso. V. Exª, lamentavelmente, já chegou no meio do discurso, talvez não tenha ouvido essa fala. Então, dizia eu, não que tinha autoridade para falar em nome do PMDB, mas o que quero, talvez, diminuindo a responsabilidade da ausência de uma estratégia Senador José Fogaça, é que toda a Nação, e particularmente esses dois Partidos, foram surpreendidos com a morte de Tancredo Neves. Então, fomos surpreendidos com a morte de Tancredo, e ficamos tontos, ficamos atônitos, daí a ausência de uma estratégia. Mas eu quero deixar bem claro que a responsabilidade não é do PMDB, como não é do Presidente da República, nem é do PFL. A responsabilidade é de toda a sociedade brasileira; daí a importância de juntarmos todos os nossos esforços numa preocupação comum de caracterizar a necessidade da competência do poder político, do poder civil, na figura do Presidente José Sarney.

O Sr. Hugo Napoleão (PFL — PI) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. DIVALDO SURUAGY — Concedo o aparte ao nobre Senador Hugo Napoleão.

O Sr. Hugo Napoleão — Senador Divaldo Suruay, V. Exª lembra, e lembra bem, que nós, governadores do Nordeste, na época da sucessão presidencial, tivemos uma posição fundamental, até decisiva mesmo, até o Senador Gerson Camata, que foi ilustre Governador do Estado do Espírito Santo, depôs neste sentido, depôs favoravelmente, como eram difíceis aqueles dias, aqueles momentos. Nós fomos perseguidos, sim, no Palácio de Karak em Teresina, eu cheguei a receber a visita de ilustre militar, com ameaças dizendo que eu devesse tomar cuidado com a volta do Partido Comunista, que aquilo era uma decisão precipitada, e mais, o Governo Federal cortou as verbas dos Estados, sobretudo do carente Estado do Piauí. Eu fui, inclusive, obrigado a paralisar, durante vários meses, as obras que estava empreendendo, inclusive a "menina dos olhos" das obras, que era a nova sede da Assembleia Legislativa, felizmente concluída, Palácio Petrônio Portella. Até os funcionários públicos foram me procurar, naquela ocasião, para dizer que quando fui, o único de todos nós a ir ao Presidente Figuei-

redo comunicar-lhe minha decisão, que não havia sido fácil. Eu indagava a mim mesmo se estávamos diante daquelas circunstâncias, em face daqueles problemas se estávamos, por acaso, num gesto de loucura ou de amor à liberdade e foi, realmente, o segundo.

E, concluo meu aparte, para dizer que, em face disto tudo, nós fomos e somos co-responsáveis, PMDB e PFL, e temos a obrigação, para não aparecermos diante da Nação, como se fôssemos subalternos, de demonstrarmos grandeza e de entendermos que a co-responsabilidade existe e que haveremos de enfrentar os problemas que são o grande desafio que temos a nossa frente.

O SR. DIVALDO SURUAGY — Muito obrigado, Senador Hugo Napoleão. V. Exª esclarece pontos que vêm confirmar a tese que eu estava tentando defender, da Tribuna desta Casa, e é óbvio que a origem, a causa, a semente de toda crise são as dificuldades econômicas.

Sabemos que as grandes transformações da História — e como o Senador Jarbas Passarinho me ensinou, através de seus escritos e de seus discursos — todas elas têm uma origem, uma causa econômica.

Fiquemos apenas na História do Brasil. A primeira grande encruzilhada deste País foi quando os holandeses foram expulsos do Nordeste e fixaram-se nas Antilhas. O Brasil perdeu a liderança na produção mundial de açúcar, em favor para as Antilhas, e a Nação se desencontrava.

Descobre-se ouro no Brasil Central. Transfere-se a sede do Poder da Cidade de Salvador para o Rio de Janeiro, não porque, como alguns imaginam, o Rio de Janeiro seja mais bonito do que Salvador, mas porque era o Porto do Rio de Janeiro a saída de todo o ouro do Brasil Central canalizado para as capitais da Europa.

Tivemos o declínio do ouro e, como consequência, a Independência do Brasil. A solução independia de homens. Dom Pedro I não conseguiu solucionar, abdicava do trono 9 anos depois. Tivemos o período mais difícil desta Nação que foi o período regencial, Regência Trina, Regência Única, onde várias regiões deste País imaginavam se transformar em países independentes. Tivemos a Farroupilha, tivemos a Sabinada, tivemos a Balaiada, tivemos a Inconfidência Baiana, todos esses movimentos separatistas. Depois veio a estabilidade, através do domínio do café e veio a consolidação do domínio econômico do Sul sobre o Norte, sobre o Nordeste, com a chegada da revolução industrial, na região do Vale do Paraíba, que era mais rica, graças à presença do café. A crise toda está na causa econômica. Ao longo da História do Brasil, as suas soluções sempre transformaram os rumos da sociedade. Queira Deus que esta crise não traga uma solução radical para a sociedade brasileira, mas para que isso não aconteça, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é imprescindível, é fundamental que tenhamos a coragem cívica. A coragem partidária, a coragem de homens públicos de cerrar fileiras em torno do Presidente José Sarney, por que S. Exª encarna, neste momento, a estabilidade; encarna, neste instante, a ordem; encarna, neste instante, a segurança, para que a classe política dê uma demons-

tração a toda a sociedade brasileira de que ela tem condições de gerir os destinos desta Pátria.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores. (Muito bem! Palmas.) (Muito bem!)

Durante o discurso do Senador Divaldo Suruagy, o Senador Humberto Lucena deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Senador Jutahy Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra, como Líder do PDS, ao nobre Senador Jarbas Passarinho.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Nesta Legislatura tenho visto que, de modo geral, os Senadores têm evitado falar desta tribuna, o que nos acaba causando torcicolos ou dores nos rins para evitar cometer a grosseria de voltas as costas para V. Ex^a, Sr. Presidente. Por isso, saio da minha cadeira e falo desta posição para continuar o tema.

O que diria, em primeiro lugar, é: Aleluia! Aleluia! Apareceu um Senador do PMDB para trazer ao debate o brilho da sua interferência e o fez de modo polêmico. De maneira que, com isso, levanta, naturalmente, aqui, o contraditório, o nobre Senador Ruy Bacelar.

S. Ex^a disse ainda há pouco que nós, do PDS, junto com a Frente Liberal, só fazemos elogiar o Presidente Sarney. Eu dizia antes, exatamente quando eu dei o primeiro aparte ao Senador Divaldo Suruagy, que a dificuldade de um partido de oposição consciente, de oposição responsável, de oposição não sistemática e não raivosa, estava exatamente neste tipo de interpretação. Quando nós dissemos ao Senador Divaldo Suruagy — que estava iniciando o seu discurso e falando em desestabilização do Governo — que também teríamos uma atitude de desestabilização do Governo, é porque somos brasileiros. Como oposicionistas, nós estamos dentro do mesmo barco, e, dentro desse barco, nós desejamos especialmente que ele seja bem conduzido, porque se ele não for bem conduzido, nós também seremos vítimas do naufrágio. Então esta é a primeira posição.

Não somos, portanto, ao contrário de que me pareceu colher do aparte do Senador Ruy Bacelar, um partido de adesão e até me antecipei a dizer isso, no momento em que disse que nós não éramos um Partido "chapa branca". Somos um partido pequeno, mas um partido que tem consciência das suas posições. Não têm faltado, pela palavra de companheiros nossos, e inclusive hoje, aqui, pela presença do Senador Virgílio Távora, as críticas que sempre fizemos à política econômica do Governo. Não tem faltado crítica também até mesmo àquilo que nos parece como uma deficiência de autoridade praticada, e que se requer, cada vez mais, seja enérgica, embora sem ser violenta, que seja afirmativa, sem ser abusiva.

Aqui se fez história, nesta tarde, neste fim-de-semana, e, em parte, também provocada pelas posições do Senador da Bahia. Houve, no meu entender, uma tentativa de S. Ex^a, a qual fica por conta dos membros da Frente Liberal, de esclarecer, como foi tentado — como foi tentado, não — como foi esclarecido pelo Senador Divaldo Suruagy e pelos apartantes, antigos Governadores do PDS que depois foram para a Frente Liberal.

O Sr. Virgílio Távora — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Pois não.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — V. Ex^a tem toda razão, permita-me sinteticamente afirmar. Não! Tem havido, sim talvez, pelo eminente Senador pela Bahia porque frequentar o Plenário e não tenha ouvido críticas, e bastante, por parte do PDS, à condução da política econômico-financeira. Tem havido críticas, e bastante, do PDS, a essa dicotomia de Poder, entre o Palácio do Planalto e o Gabinete do tri-Presidente que hoje dirige o PMDB. Tem havido, sim, uma crítica serena, uma crítica baseada em números, baseada em fatos e em atos que achamos que estão levando a economia brasileira a uma situação de verdadeiro caos. O que não tem havido, eminente Líder, — e isto os Anais desta Casa estão a registrar — são respostas às nossas críticas, às nossas indagações, ao convite...

O SR. JARBAS PASSARINHO — Apesar das provocações contínuas que V. Ex^a tem feito até às pessoas em Plenário. Por isso que eu comecei dizendo: Aleluia! Que aparece alguém do PMDB, para começar a falar em nome do seu partido. Aleluia!

O Sr. Virgílio Távora — E, concluindo o aparte a V. Ex^a, o que não tem havido é, justamente, a defesa do Governo, principalmente pelo PMDB. Mas confundir o desejo que temos de que chegue este Governo no ponto a que todos nós temos almejado, todos os brasileiros, que é o da recomposição da economia brasileira, que desejamos apenas está defendendo Sua Excelência, o Senhor Presidente da República é um símile que nós não achamos nenhum motivo racional para que seja enunciado. Não existe isso.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Ainda há pouco, por exemplo, ouvimos aqui o Líder do PMDB que não pôde permanecer na sessão, fazer duas afirmativas que convêm, desde logo, rebater. Duas afirmativas. A primeira, quando S. Ex^a declarou que apenas ao Presidente Sarney caberá a honra histórica de ter proposto as eleições diretas para Presidente da República, segunda, quando S. Ex^a também afirma que a queda do Ministro Funaro se deveu às pressões dos banqueiros estrangeiros. Vamos aos dois temas.

Em primeiro lugar, a proposta do Presidente João Figueiredo foi exatamente para a retomada e a restauração das eleições diretas para Presidente da República; para a retomada e a restauração das eleições diretas para as capitais dos Estados. Por que isso não vingou? Porque, naquela altura, e eu não sei o Senador Ruy Bacelar, naquela ocasião, ainda era membro do meu Partido ou não, naquela altura, uma área mais exagerada da Oposição do PMDB exigia que as eleições fossem "Diretas Já," tirando do Colégio Eleitoral — que houvera sido ganho por escassa maioria, e com que dificuldades; pelo Governo de então, e pelo Partido que o apoiava — tirando, repito, a oportunidade de fazer o Presidente da República. Apesar de ferina, vale a pena repetir a frase de outro dia do Deputado Roberto Cardoso Alves, quando lhe perguntaram sobre Dante de Oliveira, que ia ser Ministro da Reforma Agrária. Perguntaram-lhe se conhecia o Ministro. Ele disse: "quan-

do o conheci, não passava de uma emenda; e uma emenda sem grandes possibilidades".

Então, era esse o momento em que poderíamos ter, desde logo, restaurado as eleições. Coube ainda ao PDS, coube ainda ao Presidente Figueiredo a iniciativa de fazê-lo e retirou a mensagem, na iminência de ver essa mensagem transformada demagogicamente numa manobra hábil, sem dúvida nenhuma, por parte do PMDB, da época, para fazer eleições "Diretas já". Mas, foi o mesmo Colégio Eleitoral, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que serviu, para guindar à Presidência da República esse saudoso companheiro que aqui comigo conviveu, ou eu convivi com ele, que foi Tancredo Neves. Valeu a pena esse Colégio Eleitoral, quando se elegeu o Dr. Tancredo Neves. Mas, se fosse um dos membros do PDS, seria naturalmente um insulto, um profundo insulto nacional.

O segundo episódio. Todos nós sabemos, não se pode esconder o sol com a peneira, é um absurdo ficar buscando bodes expiatórios, tentar fazer com que se mobilizem determinadas consciências que ainda não estão com a capacidade crítica para inventar explicações, Sr. Presidente.

O Ministro Funaro foi profundamente infeliz na condução dos negócios econômicos deste País. Foram 8 bilhões de dólares que foram encontrados pela Nova República, colocados à disposição da Nova República, livres de qualquer tipo de gravame, para o início deste Governo, e começou com o Ministro Dorneles. Note-se, ainda, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que estava estabelecido um princípio de renegociar a nossa dívida externa em 16 anos, com 7 anos de carência, com redução do prazo do *spread* e do risco; só nisso perdidos 2 anos, nós já perdemos cerca de 2 bilhões de dólares por não o termos feito. Então, o que se fez foi uma jogada de natureza nacionalista, que eu chamo epidêmica, mostrar que havia condições de soberania afetada se se discutisse ainda aquele problema a nível de FMI, popularmente com grandes dividendos, mas estamos todos nós pagando essas consequências. Ainda hoje aqui trazia, com esse zelo e essa aplicação que tem o Senador Virgílio Távora aos assuntos que merecem o seu estudo, trazia S. Ex^a aqui um recorte de uma revista com uma entrevista do ex-Ministro Mário Henrique Simonsen, e lá estava dito por ele exatamente isso: "O que é que se fez? Fez-se o Plano Cruzado. Veio a euforia; pensou-se que era possível fazer por decreto a eliminação da inflação. Pensou-se que por decreto podia-se fazer a desindexação da inflação". Pode, mas não uma inflação e não as consequências. E, em seguida, ele deu um exemplo didático, ele mostrou. "Eis aqui o exemplo do leite. Como se fixou o valor do preço para o leite abaixo daquele preço do mercado, abaixo do preço que permitisse ao produtor de leite vender com algum lucro, o leite desapareceu do mercado. E a partir daí o que se fez? Investiu-se através de subsídios ou se foi comprar leite até com suspeita de afetação de raios de Chernobyl?"

Não foi só o leite. Foi leite, foi carne, foi milho, foi café, foi tampinha de cerveja; foi tudo isso jogado para manter uma aparência e fazer o quê? Fazer com que o PMDB fosse vitorioso nas eleições, como foi vitorioso nas eleições, exatamente porque toda a população brasileira estava como que anestesiada diante daqueles efeitos causados.

Mas, quando a realidade surgiu, Sr. Presidente, todos nós estamos hoje, aqui, sofrendo as suas consequências. Porque hoje mesmo se diz, com autocrítica feita pelo próprio Governo, que deveriam ter feito correções de rumo antes das eleições, mas não podiam fazer antes das eleições pelas razões óbvias de que era preciso ganhar as eleições e o PMDB fazer 22 dos 23 Governadores.

Isso não se diz, Sr. Presidente. E quando o nosso Partido tenta, aqui, uma posição coerente, firme, lúcida, translúcida, transparente, é acusado de estar fazendo apoio indefinido e até intransigente em torno do Presidente da República.

O Sr. Ruy Bacelar — Permite V. Ex^a um aparte? V. Ex^a citou o meu nome...

O SR. JARBAS PASSARINHO — Darei o aparte a V. Ex^a e, até, terei muito prazer, pois V. Ex^a me deu oportunidade de falar. Eu vou dar a oportunidade de falar para V. Ex^a. Eu não ia falar, eu falei, exatamente, pelo aparte de V. Ex^a. E antes de dar a V. Ex^a que, hoje, é um integrante do PMDB, dos mais ardorosos, velho companheiro que eu tive no meu Partido, no passado, V. Ex^a que talvez tenha, por motivos políticos regionais, se afastado do nosso Partido, V. Ex^a há de saber que convive com pessoas no Partido de V. Ex^a que, como anteontem, eu ouvia de um membro do PMDB dizer apenas esta frase: "Passem os Srs. Senadores!" Esta frase e aí é que a minha posição não se coaduna. Dizia um membro ilustre do PMDB: "O Senhor José Sarney não passa de uma infecção intestinal do Senhor Tancredo Neves". E em seguida disse: "Ele é produto do Divertículo de Merckel". Dito por quem? Pelo PDS, por mais raivosos que houvesse? Não, dito por um membro do PMDB.

A única coisa que me parece que ouvi aqui, no discurso do Senador Divaldo Suruagy ou num aparte que foi dado, talvez pelo Senador José Agripino — melhor ainda — foi que o PMDB ainda não se convenceu de que ele não é Oposição, ele é Governo. Ele tem que assumir a responsabilidade de Governo. Ele tem que ter a coragem que nós tivemos na ARENA, tivemos no PDS, de ser impopulares. Mas defender as condições que um Líder de Governo é obrigado a defender, quando ele aceita a posição de Liderança. E não ficar apenas recebendo os ônus das vantagens momentâneas, eufóricas, do Plano Cruzado 1, do Plano Cruzado 2, e, talvez, agora, do Plano Cruzado 3.

Ouçó, com muito prazer, o nobre Senador pela Bahia.

O Sr. Ruy Bacelar — Eminentíssimo Senador Jarbas Passarinho, é uma satisfação muito grande apartear V. Ex^a. E, além do mais honrado fui em ser citado por V. Ex^a e pelo eminentíssimo Senador Virgílio Távora.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Eu lhe fiz justiça porque foi a primeira voz que ouvi aqui, do Partido de V. Ex^a, defendendo o PMDB.

O Sr. Virgílio Távora — Merece nossos encômios.

O Sr. Ruy Bacelar — Eu não tenho credencial e nem delegação para defender o Governo.

O Sr. Virgílio Távora — Táí, já começou...

O Sr. Ruy Bacelar — Sou do PMDB, elegi-me pelo PMDB, devo a eleição ao povo da Bahia que, por sinal, deu-me uma votação consagrada, muito mais do que mereço...

O SR. JARBAS PASSARINHO — Não apoiado.

O Sr. Virgílio Távora — Aí é modéstia do orador.

O Sr. Ruy Bacelar — Mas, o que afirmei aqui, contradizendo algumas críticas do eminentíssimo Senador Divaldo Suruagy, em relação ao PMDB...

O SR. JARBAS PASSARINHO — E que eu lastimo que, por motivos imperiosos, tenha deixado o plenário.

O Sr. Ruy Bacelar — ... foi de que a Frente Liberal, como também o PDS, através de V. Ex^a, são os que mais defendem o mandato de 6 anos para o Presidente Sarney. Foram palavras minhas e que defendem também, parece-me, em algumas ocasiões...

O SR. JARBAS PASSARINHO — Se V. Ex^a me permite lembrar, V. Ex^a não falou no mandato; falou mas defendem o Presidente Sarney.

O Sr. Ruy Bacelar — O meu aparte foi em relação ao mandato, mas defendem também, em parte, o Governo do Presidente Sarney. Eu sei que o eminentíssimo Senador tem feito críticas à política econômica, mas todos nós sabemos que hoje há uma dívida de mais de 110 bilhões de dólares, dívida essa que não foi feita pelo atual Governo, pelo Governo da Nova República. Esses...

O SR. JARBAS PASSARINHO — Uma parte dela já foi feita.

O Sr. Ruy Bacelar — Um momento, V. Ex^a me permitiu o aparte.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Sim, mas o contra-aparte é perfeitamente parlamentar.

O Sr. Ruy Bacelar — Pois não, a palavra é de V. Ex^a.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Agora, eu sou breve no contra-aparte, V. Ex^a pode não ser breve no aparte que não há problema, eu ouço V. Ex^a.

O Sr. Ruy Bacelar — Então esse débito é de mais de 110 bilhões de dólares. Foi feito pelos Governos que não o Governo do Presidente Sarney, débito esse que o povo brasileiro deve, não nega, mas empréstimos que vieram, não para melhorar a vida do povo brasileiro.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Aí é que nós discordamos.

O Sr. Ruy Bacelar — O povo brasileiro, hoje, não tem escolas, não tem educação, não tem saúde, não tem nada. Passa fome, passa miséria,...

O SR. JARBAS PASSARINHO — Eu vou me conter.

O Sr. Ruy Bacelar — ... e continuamos pagando um débito com a pobreza, com a fome, com a lágrima do povo brasileiro. Pagávamos o débito exportando o quê? A carne de um povo que vive com fome, roupa de um povo que vive nu. O Governo do Presidente Sarney, no meu entender,

não quer calotear ninguém, quer é pagar a dívida, contanto que esse pagamento não venha piorar a situação do povo brasileiro. O meu ponto de vista é dizer que a responsabilidade é de todos nós brasileiros. Nós não somos também contra a moratória que foi formulada pelo Governo, achamos, sim, que devemos todos nós unir neste momento difícil da Nação, para que encontremos uma solução, uma solução até extrapartido, contanto que seja uma solução que venha ao encontro das aspirações do povo brasileiro. Obrigado a V. Ex^a pelo aparte que me concedeu.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Eu me contive, porque vi que V. Ex^a não gosta do contra-aparte. O contra-aparte enriquece o debate.

O Sr. Ruy Bacelar — Não! Eu gosto.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Então, tenho que memorizar o que V. Ex^a disse, porque parece que o meu silêncio, no momento em que V. Ex^a afirma certas coisas, seria comprometedor, por aquiescência, e não o é.

Por exemplo, eu, honestamente, digo que, se tivémos de analisar a origem da dívida externa brasileira — eu me lembro de quando estudante secundarista, ainda, quando os integralistas e os comunistas disputavam a nossa liderança estudantil — já a dívida externa brasileira era discutida. Já se falava exatamente nisso; quanto mais paga, mais deve. O imperialismo daquela época era inglês; a moeda citada era a libra esterlina. Já começamos na Independência do Brasil com a dívida externa, tendo de pagar à Inglaterra aquilo que era devido por Portugal. Tivémos dívida externa no Governo do Dr. João Goulart; tivémos dívida externa em todos os governos. Mas o governo de que participei, eu tive o prazer de verificar, quando Ministro da Educação, terminando o mandato do Presidente Médici — e V. Ex^a era membro do nosso partido — que tivémos o momento mais brilhante da economia brasileira. Em 1973, tivémos 12 bilhões de dívida externa; seis bilhões de dólares de reservas e seis bilhões e trezentos milhões de exportações. Isso dava, como índice de solvência da economia nacional, 0,9. Em nenhum momento da história econômica do Brasil tivémos resultado tão brilhante.

Mas V. Ex^a, que, naquela altura, integrava o meu Partido, naturalmente ouvia as queixas do MDB, na época, quando dizíamos que tinham sido os ataques à economia capitalista no mundo causados pelos dois choques do petróleo. É sempre o petróleo o culpado. Agora, sempre os culpados são os Governos anteriores. Nós citamos, ainda há pouco, no discurso do nobre Senador Divaldo Suruagy, que não é do PDS, S. Ex^a teve a correção e a dignidade de citar onde está a dívida externa brasileira. Eu me pergunto, em relação às declarações do Sr. Volcker, às declarações de outras pessoas responsáveis pela comunidade financeira internacional, se eles fazem ou não uma separação entre a dívida externa brasileira e a dívida externa de outros países do mundo? Como, por exemplo, a do México, a da Venezuela, a terceira exportadora de petróleo do mundo, todos eles atingidos, a partir do segundo choque do petróleo. Toda a economia capitalista foi abalada. No entanto, fomos o País que conseguimos resistir. Ou apostávamos no nosso futuro ou estagnávamos o País desde logo. E na hora de estagnar o País, era a mesma coisa que ter a coragem, como ainda

há pouco o Ministro Aureliano Chaves chamou a atenção, em relação à possibilidade de moratória, que vamos começar a reaprender a andar de bicicleta, porque, na hora em que tivéssemos que fazer um tipo de denúncia unilateral desta natureza, não teríamos como pagar sequer a conta de petróleo em **cash**. Pois aí estão as obras do Governo. Algumas não foram felizes, concordo plenamente. Não foram. E aqui, como Líder do Governo, tive oportunidade de fazer esta declaração. Mas V. Ex^a dizer que essa dívida veio do Governo imediatamente anterior...

O Sr. Ruy Bacelar — Não disse isto a V. Ex^a nem disse que essa dívida não é de agora, vem de muito tempo atrás.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Agradeço a V. Ex^a Porque, agora mesmo V. Ex^a fez a mesma coisa que fiz ainda há pouco, e que irritou V. Ex^a

O Sr. Ruy Bacelar — Não me irritou, de maneira alguma.

O SR. JARBAS PASSARINHO — V. Ex^a deu um sorriso simpático, mas, por dentro, estava como o Comendador Pacheco — por dentro é uma coisa e por fora é outra.

O Sr. Ruy Bacelar — Foi impressão de V. Ex^a Sou um apreciador de V. Ex^a e aprendi muito com V. Ex^a

O Sr. Leite Chaves — Permite um aparte, nobre Senador?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Aliás, nisso eu nada devo a V. Ex^a, porque esta apreciação é mútua. De maneira que, quanto a isto, não fico em débito. Já que estamos falando em dívida externa, eu não devo esta.

O Sr. Ruy Bacelar — Participou dela.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Vamos ouvir, daqui a pouco, um velho debatedor desta Casa, que chamo de "o detonador de crises", que é o nosso prezado Senador Leite Chaves. S. Ex^a já está ali pronto para me apartear, e eu já conheço o discurso dele há muito tempo.

Antes, ouvirei, se me permite o Senador Leite Chaves, para que dê uma achega ao meu discurso, e porque pediu antes, o aparte do Senador Virgílio Távora.

O Sr. Virgílio Távora — Eminentíssimo Senador Jarbas Passarinho, serei bem rápido. Primeiro: a dívida externa. Agiu muito bem este Senado, e com o apoio irrestrito da bancada do PDS, fazer a montagem dessa Comissão de averiguação da dívida externa brasileira, dos seus pródromos, dos seus porquês e de como enfrentá-la. E lá como representante do Partido, designado por V. Ex^a, já tivemos ocasião de ouvir o Ministro Funaro, divergindo, claro, de muitas de suas colocações, ensejo tivemos de fazer-lhe a pergunta: se a dívida externa que nós contraímos poderia deixar de ser o contributo fundamental para o desenvolvimento do País, à altura em que ele se encontra? E a resposta foi negativa, como não poderia deixar de ser. A resposta foi o reconhecimento de que pode haver aplicações A, B, ou C que não deram a rentabilidade suficiente àquela prioridade que a racionalidade indicava não ter sido a seguida na aplicação de um ou outro recurso, mas que, indubitavelmente, o acúmulo de poupança externa era absolutamente necessário para o Brasil

passar da 48ª potência para a 8ª potência, como é. O número dois — me permita, sem levar na brincadeira, vamos fazer um plágio, coisa que raramente deve o homem fazer na vida, mesmo brincando — palavras de Mário Henrique Simonsen — para justamente o eminente Senador pela Bahia ver que nós não só fazemos apoiar as medidas governamentais. Ao contrário, criticamo-las e muito, e nisso estamos certos que temos o apoio do eminente Presidente do PDS. O Governo — referia-se ele ao Plano Cruzado, e que endossamos em gênero, número e pessoa — agiu como o trapezista delirante, começou a voar de uma corda para outra e, ao ver que a platéia acreditava que ele voava, passou a acreditar também. Foi o suficiente para cair do trapézio, pois o segredo do espetáculo é a platéia achar que o trapezista voa, desde que ele nunca acredite nisso. E o Governo atual acreditou; caiu.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Com o trapezista, no caso.

Ouçô o nobre Senador Leite Chaves, que, me parece, pediu antes que o meu querido amigo Senador Hugo Napoleão.

O Sr. Hugo Napoleão — Muito grato. V. Ex^a é que determina o rumo do discurso.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Até porque, tenho certeza, que virão de lá balas de grosso calibre. Então, vou-me preparar para isso.

V. Ex^a lutou pela Bahia? Não? Quem lutou pela Bahia é homem afável, com o qual eu me ligo há algum tempo, sempre através dessa afabilidade. E o nosso paraibano, aculturado lá no Paraná, esse não, esse é risonho, mas as palavras dele são ácidas. Eu vou ouvi-las, preparado para receber essa acidez com bastante cal. Não apenas calma, mas cal, para neutralizar a acidez.

O Sr. Leite Chaves — V. Ex^a me acoima de "detonador de crises", mas eu nunca trouxe o fogo. Ele sempre existiu. Eu pude ter posto, no passado, um pouco de gasolina. Evidentemente, se V. Ex^a diz que eu detono a crise, ela já existe em latência, ela já existe latentemente. Senador Jarbas Passarinho, depois de alguns anos, de volta a esta Casa é sempre agradável ouvi-lo. V. Ex^a foi um dos brilhantes oradores, desta Casa. E V. Ex^a, com o seu debate, mesmo no Partido do Governo, deu-lhe tamanha elevação que permitiu que nós, democraticamente, restabelecêssemos isso que julgamos ser o começo de um regime democrático para o País. Mas, Senador, quero que esta Casa conheça a verdade na sua inteireza. V. Ex^a, acolitado pelo seu ilustre companheiro de Senado e de caserna, estão procurando mostrar que o Governo atual está perdido e que ele encontrou um paraíso. Só queria lembrar a V. Ex^a fatos passados, mas que estão no bojo da discussão que se forma...

O SR. JARBAS PASSARINHO — Paraíso, não. Não dissemos que ele recebeu um paraíso.

O Sr. Leite Chaves — Quando eclodiu o Movimento de 64, — antes eu o chamava golpe, mas quero dizer o movimento de 64...

O SR. JARBAS PASSARINHO — É bom, é prudente, no período que estamos vivendo.

O Sr. Leite Chaves — Lembra-se V. Ex^a que o Presidente Castelo Branco encontrou em depósito, nos armazéns do IBC, 60 milhões de sacas

de café que, ao preço de hoje, chegariam a atingir 600 bilhões de cruzeiros. Isso, vale dizer, é uma fábula. havia uma reserva de ouro que vinha desde o Império, que o Presidente Castelo Branco mandou para os Estados Unidos, e esse depósito nunca voltou para obtenção de empréstimos. Na época, o débito era apenas de 2 bilhões de dólares, ou menos. Extinguiu-se a estabilidade, que era o maior direito que o trabalhador tinha, o de não ser despedido no entardecer da vida por qualquer outro motivo. E, em seu lugar, veio o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, para que as firmas externas comprassem as nacionais pelos preços que desejavam. Com isso, ainda veio um dinheiro supervalorizado que V. Ex^a conhece. Depois, somente uma parte do Brasil crescia, e chegou a um ponto que o Ministro Delfim Netto, não tendo mais justificativa para as proporções da injustiça que se estabeleceu no País, criou a filosofia do bolo: "É preciso juntar, e juntar bastante, para que dividamos depois". Essa a teoria do bolo que vai explicar hoje V. Ex^a cuja inteligência é muito maior do que a minha e que, na época, pertencia ao Governo e o defendia nesta Casa...

O SR. JARBAS PASSARINHO — V. Ex^a gosta dos homens sinceros justamente quando eles fazem uma diminuição da sua inteligência. Sócrates, certa vez disse a um dos sofistas: "Pelos buracos da sua túnica extravasa toda a imodéstia que o senhor parece desejar apresentar como modéstia." No caso de V. Ex^a dá-se o mesmo. Pobre de mim, a inteligência de V. Ex^a é muito maior do que a minha. V. Ex^a é um gigante.

O Sr. Leite Chaves — V. Ex^a sabe que não.

O SR. JARBAS PASSARINHO — V. Ex^a gosta é um gigante de tal ordem que acaba de provar, se não houvessem contraditórios aqui, que o Governo do Presidente Castelo Branco encontrou, esse sim, o paraíso a que V. Ex^a está se referindo agora. É V. Ex^a que o diz.

O Sr. Leite Chaves — Mas, em termos de equidade, de melhor distinção de justiça, desse acervo que não temos agora, eles encontraram uma situação muito mais interessante. Ex^a, faz vinte anos...

O SR. JARBAS PASSARINHO — Senador, assim fica difícil. Perdão, um momento. Vamos começar pelo discurso de V. Ex^a, a retroagindo a 1964. E o campo lhe é extremamente perigoso. Mesmo um homem brilhante como V. Ex^a, quero adverti-lo fraternalmente, até como amigo: não insista, porque vai sentir fogaça — fogaça não com relação ao nosso Líder. Fogaça é um termo que se utiliza em artilharia caracterizando o terreno fofo causado pela explosão de uma granada no interior daquela superfície. Então V. Ex^a vai pisar em terreno falso. Em 1964, nós passamos pela vergonha inédita neste País de ver um navio do Lloyd Brasileiro ser apresado no Porto de Hamburgo, descida a bandeira brasileira, e lá colocada a bandeira de um dos credores da pátria brasileira. O ouro a que V. Ex^a se refere estava no Forte Knox dos Estados Unidos, e foi imediatamente contido por todos os países credores não se podia mais mexer nele. E V. Ex^a tem a audácia de dizer que nós tínhamos lá 22 bilhões de dólares! Perdão, Senador, há afirmativas que só são válidas em palanque eleitoral. Mas nesta Casa, não! O

Senador tem compromisso com a verdade, e ele se arrisca demasiadamente quando afirma coisas estapafúrdias como esta. V. Ex^a me desculpe, mas voltar a 1964 lhe é extremamente perigoso.

O Sr. Leite Chaves — V. Ex^a está deturpando. O que é que eu disse? Que o Governo encontrou um estoque de 60 milhões de sacos de café nos armazéns do IBC que, aos preços de hoje atingiria a 30 bilhões de dólares, e a nossa dívida, na época, era de dois bilhões apenas — os registros testemunham. Agora, quero dizer a V. Ex^a que não me lembro bem desse evento do navio, mas vou dizer que a vergonha que eu senti maior nesse regime de 64, foi a falência do Banco do Brasil em New York — eu estava lá —, porque o Ministro da Fazenda de então mandou que o Banco do Brasil entregasse as suas reservas em pagamento da dívida, e não o socorreu. E eu vi o Banco do Brasil em New York, pela primeira vez na sua história, o Banco mais honrado do Ocidente, não poder pagar um cheque de mil dólares. Eu estava lá presente, e lhe dou o testemunho. Este caso sim, Sr. Presidente, está nos registros.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Eu não estava, como V. Ex^a em Nova Iorque, mas conheço o problema.

O Sr. Leite Chaves — Conhece o problema. Então, isso não foi antes de 64...

O SR. JARBAS PASSARINHO — Posso explicar a V. Ex^a com a maior facilidade, se V. Ex^a concluir o aparte.

O Sr. Leite Chaves — Vou concluí-lo. Sr. Senador, eu quero dizer a V. Ex^a que o País herdou uma dívida, nós herdamos dívidas. É muito fácil eu realizar uma meta com empréstimos fáceis, exagerados, altamente recompensáveis para os banqueiros e para os intermediários da época, que pertenciam ao Governo. É muito difícil, entretanto, tantos anos depois, receber um País com cem bilhões de dólares e se exigirem milagres, sobretudo quando o nosso Presidente morreu na caminhada. E V. Ex^a viu em que circunstâncias. Nós estamos aceitando participar desse Governo.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Se V. Ex^a me permite, V. Ex^a não é — me desculpem — inteiramente sincero quando faz esse grande elogio ao Sr. Tancredo Neves, que foi Senador nessa Casa. O destino é um só, não pode ser dois, ele não pode estar morto e estar vivo, ao mesmo tempo. Porque, então, eu estaria ouvindo provavelmente, hoje, membros do Partido de V. Ex^a dizendo dele quase o mesmo do que dizem hoje do Presidente José Sarney.

Eu me lembro, nesta Casa, de ter ouvido a expressão do Senador Tancredo Neves: "O meu MDB não é o MDB do Sr. Miguel Arraes", e lembro-me exatamente que V. Ex^a permaneceu coerente no seu MDB para o PMDB, enquanto V. Ex^a me ameaça de interromper a minha pequena explicação.

O Sr. Leite Chaves — V. Ex^a não faz o elogio do contra aparte? Só vale quando é contra a gente?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Não, ao contrário. Eu queria terminar a frase, apenas. Agora, depois que V. Ex^a levanta esse seu instrumento

de ataque, que é o microfone em sua mão, eu fico, desde logo até inibido, quem sabe.

Eu completava o trabalho, dizendo a V. Ex^a — e perdi o rumo original — que, quando V. Ex^a fala em café, é perigoso, Senador, pois o café, na altura de 63, na minha Amazônia, no meu Pará, era exatamente um instrumento do descaminho: o café, o contrabando do uísque e o contrabando dos automóveis não fabricados no Brasil.

Na política do Dr. Getúlio Vargas, queimou-se café para garantir o suprimento e, ao mesmo tempo, o mercado mundial. Então, V. Ex^a está tomando um dado completamente isolado.

Vou dar a palavra ao Senador Hugo Napoleão.

O Sr. Virgílio Távora — Pedimos só dois minutos, para retificar um dado, se V. Ex^a nos permite.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Peço permissão ao Senador Hugo Napoleão.

O Sr. Hugo Napoleão — Com muita honra, por todos os méritos, o Senador Virgílio Távora precede.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Veja como foi bonito o Senador Rui Bacelar dar ânimo a esta sessão.

O Sr. Virgílio Távora — Vamos terminar de vez com a enunciação de números sem comprovação. Quando assumiu o Governo a Nova República? Em março de 1985. De quanto era a nossa dívida em dezembro de 1984? Desafio qualquer contestação que o Banco Central não tenha, em seus arquivos, — é fornecido em documento oficial — o seguinte número: 91 bilhões de dólares. Estamos em que ano? Em 1987, sem falar naquilo que vem de acréscimo das inadimplências deste ano, deve, o Brasil, em dezembro de 1986, segundo também o Banco Central — quem vier discutir, vai fazê-lo com o Banco Central, 101 bilhões e 540 milhões de dólares. Então, houve um acréscimo de 10 bilhões de dólares em nossa dívida, sem que...

O SR. JARBAS PASSARINHO — Aplicados em que projeto?

O Sr. Virgílio Távora — ... projeto nenhum rentável justifique esse aumento. Era isto o que tínhamos a dizer.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Eu ouço o nobre Senador Hugo Napoleão que, com tanta paciência e o cavalheirismo que lhe é tão peculiar, esperou por este momento.

O Sr. Hugo Napoleão — Muito grato a V. Ex^a Eu gostaria de dizer, ilustre nobre Líder e Senador Jarbas Passarinho, que não jogo farpas sobre o passado. Primeiro porque não devo, segundo porque não posso. Eu fui Vice-Líder do PDS, do Governo, na Câmara dos Srs. Deputados. E lembro-me até que fui Relator da Comissão de Fundação do Programa Político do PDS, aliás, Comissão esta presidida, para muita honra minha, pelo Senador Jutahy Magalhães, à época, programa este que foi revisto e evidentemente aperfeiçoado por V. Ex^a portanto, não posso jogar farpas sobre o passado. É verdade o que V. Ex^a diz, sim, com relação a paralisação, — e eu já não diria nem dos preços ou da inflação por decreto — como

se fosse possível, por decreto paralisar e sustar a lei da oferta e da procura.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Dizem que o novo Governador de Minas pretendeu fazê-lo como primeiro decreto.

O Sr. Hugo Napoleão — É verdade, também, confirmo. Mas o fato é que, de qualquer sorte, temos que analisar que os produtos desapareceram das prateleiras, dos balcões comerciais. Alguns porque os comerciantes seguraram seus estoques, outros, porque efetivamente desapareceram. E aí começamos a importar tudo aquilo a que V. Ex^a se referiu, e as divisas acabaram. Mas, o ponto — para ser breve — ao qual eu gostaria de me cingir é o mea culpa. Eu que saí do PDS para fundar a Frente Liberal, naquele movimento histórico, sinto-me co-responsável. Acho que nós, do PMDB e do Partido da Frente Liberal, temos que, hoje, diante da situação terrivelmente caótica em que se encontra a economia nacional, a obrigação e o dever de fazer aquilo que diz o Senador Virgílio Távora, de defender. E é o que não está acontecendo; S. Ex^a tem razão.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Quão raro e belo é um gesto desta natureza.

O Sr. Hugo Napoleão — Muito grato a V. Ex^a Então, gostaria apenas de dizer que é verdade. Eu não posso tapar o sol com a peneira. Concluo as minhas palavras com este mea culpa. Nós, da Frente Liberal e do PMDB, temos que entender que somos co-responsáveis.

O Sr. João Menezes — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Concedo o aparte ao Senador João Menezes.

O Sr. João Menezes — Eminentíssimo Líder, estou tendo uma tarde magnífica hoje, onde se discutem os assuntos mais interessantes, na sua grande maioria, baseados no *O Capital de Marx*, pois todos sustentam que o econômico é que está comandando todo o resto da economia.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Sou marxiano, mas não marxista.

O Sr. João Menezes — Discute-se, também, hoje, muito a situação econômica do País, que é realmente terrível, a situação é grave. No meu entender, creio que o País todo está atravessando uma fase muito grave e delicada, e todos nós políticos, seja a que agremiação pertencamos, temos obrigação de ter uma definição nesta hora. Creio que a hora é de definição. Temos que definir, se é que realmente queremos trazer para este País um novo equilíbrio.

Provado está o fracasso da economia dirigida pelo PMDB. Não é preciso estarmos, toda hora, a retornar a esse assunto, porque é público e notório a quem vive dentro ou fora da política que o PMDB foi o dono, — e ainda o é — e Deus queira que o novo Ministro Bresser Pereira tire um pouco o que o prende, e faça uma política diferente...

O SR. JARBAS PASSARINHO — Tive a impressão de que V. Ex^a quis dizer cangalha, mas teve receio do termo.

O Sr. João Menezes — Não, porque cangalha é um termo muito pesado. Eu quis dizer camisa-de-força.

Realmente, é uma situação difícil. Espero que S. Ex^a modifique, um homem que foi imposto pelo PMDB. Esperamos que tudo não vá continuar no mesmo; que haja um programa diferente.

O fato é que há uma inquietação no País, inquietação terrível.

Todos reclamam, o PMDB, que é o Partido do Governo agora já não é mais do Governo, já é contra o Governo: existem grupos atacando a toda hora o Governo, tentando tirar mais um cargo aqui ou acolá. Então, estamos nessa luta e nessa disputa de cargos e de posição, feita pelo PMDB.

Mas tenho a impressão de que a situação vai melhorar. Não sei se estou errado...

O SR. JARBAS PASSARINHO — Deus o permita.

O Sr. João Menezes — ... mas tenho a impressão de que vai melhorar, V. Ex^a talvez possa até me ajudar de alguma forma, pois pode ser até que eu não esteja correto, que eu não esteja sentindo o problema, mas creio que vai melhorar. Vi uma nota, hoje no jornal das Forças Militares, bastante tranquilizadora. De maneira que tenho a impressão de que, diante dessa nota, a situação talvez se acalme e este País tome novos rumos e possamos alcançar o que todos queremos: a paz, a tranquilidade, a prosperidade e o trabalho. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. JARBAS PASSARINHO — Muito obrigado.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Ouço o nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Senador Jarbas Passarinho, solicito a V. Ex^a que não conceda mais apartes e que o do Senador Jutahy Magalhães seja breve, porque V. Ex^a já ultrapassou em 22 minutos do tempo destinado ao seu pronunciamento.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Eu gostaria que V. Ex^a fosse tão equânime quanto o antecessor de V. Ex^a na Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Não tenha dúvida que o serei.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Que concedeu ao nobre Líder Divaldo Suruagy, num determinado momento, 50 minutos a mais. Mas como eu sou um pobre Partido, eu me rendo à coação legítima de V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — É porque temos dois ilustres Senadores que pretendem fazer uso da palavra.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Eu colaborei, Sr. Presidente.

O Sr. Jutahy Magalhães — Senador Jarbas Passarinho, quando vejo V. Ex^a com tanto microfone na frente, não me atrevo a entrar no mesmo rumo, porque V. Ex^a os usa como uma artilharia pesada jogada contra nós, uma artilharia móvel. E eu preferiria que V. Ex^a estivesse com microfones, iguais aos daquela artilharia de costa lá

do Rio de Janeiro, com o canhão voltado sempre para o mesmo rumo, que não vê o que está atrás ou o que está do lado.

O SR. JARBAS PASSARINHO — O que agora já é museu!

O Sr. Jutahy Magalhães — Exatamente. Mas, inclusive, fugindo desse tipo de debate que estamos tendo, tão agradável, tão interessante para o Senado, porque estamos mostrando que estamos vivos, estamos falando. O que gostaria era de pedir a ajuda de V. Ex^a. V. Ex^a foi meu Líder, foi meu Presidente e...

O SR. JARBAS PASSARINHO — E tive muita honra nisso.

O Sr. Jutahy Magalhães — E eu sei o quanto seria valiosa a ajuda de V. Ex^a — se eu pudesse contar com o seu auxílio — para uma sugestão que apresentei à Assembléia Nacional Constituinte. Estamos discutindo, aqui, o problema da dívida externa. Ouvimos falar sobre o problema de que a dívida não foi feita em benefício do País, dessa ou daquela maneira. Então, para mostrar que o Congresso deve ter uma participação maior no exame dessas questões, que deve ter uma participação bem acentuada na fiscalização financeira do País, apresentei uma proposta criando a figura do Auditor-Geral da República, que seria nomeado, praticamente criado pelo Congresso, através das suas Comissões pertinentes da Câmara e do Senado, o qual teria o seu nome apresentado, para exame do Congresso, pelo Presidente do Senado, que é o Presidente do Congresso. Esta é uma figura que existe no Congresso americano. Esses elementos são altamente técnicos e preparados economistas para fazer a apuração de todas essas questões financeiras do País, da aplicação do Orçamento, enfim, de todos esses problemas que dão margem para que as CPI possam realmente funcionar em benefício da apuração e do esclarecimento da opinião pública, e não como temos, infelizmente, no País, em que a CPI tem que ser ou para atacar a honra de alguém ou então para ser aquele elemento de elogios, por parte dos governistas, que sempre acham que as coisas estão certas. Então, acredito que, tendo a ajuda de V. Ex^a, principalmente na Comissão de Sistematização da qual V. Ex^a fará parte, possamos criar essa figura no Congresso Nacional, para podermos ter a explicação necessária, para defendermos e estudarmos, aqui, com essa Assessoria Técnica, aquilo que estamos procurando trazer.

Agora, apenas para apimentar um pouco o meu aparte. V. Ex^a ouviu o Líder do PFL falando sobre o problema do PMDB. Agora veja V. Ex^a a incoerência que estamos vivendo, que estamos acostumados a ver e temos, às vezes, que ficar calados, mas às vezes aproveitamos a tarde para podermos dizer alguma coisa. O PFL faz parte de uma Aliança Democrática, o PFL faz parte dessa Aliança para apoiar o Governo ou o PFL fica dizendo que a economia brasileira está mal, que a economia do PMDB não presta, fazendo as críticas e participando do Governo? Aquilo que eles dizem que nós não podemos fazer, eles fazem.

O Sr. João Menezes — O PMDB não deixa!

O Sr. Jutahy Magalhães — Então vemos as bases do PFL; as Lideranças do PFL nos Estados pedirem para ir para a proposição. Por isso

digo, francamente, para apimentar esta questão: não sou favorável à Aliança Democrática, acho que estraçalhamos nos nossos Estados e estamos mantendo aquela situação esdrúxula do nosso tempo de Arena e de PDS; das sublegendas, que se digladiavam nos Estados e vinham se unir na área federal para benefício de uns poucos, que, infelizmente, são os mesmos poucos que estão usando até hoje do Poder em nosso País.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Acho que entendo o recado indireto de V. Ex^a, mas primeiramente devo dizer que foi muita honra minha tê-lo como Vice-Líder meu, aliás do Governo, e como meu companheiro de Mesa-Diretora nesta Casa, sempre com alta probidade e alta correção.

Quanto à parte final do aparte de V. Ex^a, tenho receios de me envolver...

O Sr. Jutahy Magalhães — Quero que primeiro V. Ex^a diga se vai ser o meu advogado naquilo que propus.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Certo. Começaria dizendo: em primeiro lugar já vai o nosso companheiro Virgílio Távora, participando como participa, desta comissão especial para perquirir a origem até da dívida externa, e vai com instruções completas e liberdade de inclusive levantar a procedência da dívida. Veja V. Ex^a que não temos receios disso, queremos até levantar a procedência da dívida. Falei em países estrangeiros aqui, que não podem justificar a dívida que fizeram, e nós podemos justificar a dívida — quem o fez foi Divaldo Suruagy, esse grande Senador, no momento em que citou cinco apenas dos vários projetos, dois dos quais merecendo uma ressalva parcial. Mas, V. Ex^a contará comigo para esse objetivo.

Quanto a parte final do discurso de V. Ex^a é que receio me entrometer nesta luta entre Frente Liberal e PMDB, porque há um velho ditado popular que diz que "em briga de marido e mulher, não devemos meter a colher". Não sei se trata de marido e mulher, porque o PMDB é o "PMDB" e a Frente Liberal, é a "Frente Liberal" fico em dificuldade de salientar isso sem uma certa maldade que pode ser interpretada sem ser o meu desejo.

Sr. Presidente, tenho feito um esforço até para não comentar os apartes, para poder chegar a corresponder ao que V. Ex^a pede, mas até tomaria a iniciativa de pedir a prorrogação da sessão, para não prejudicar companheiros nossos que desejam usar a palavra.

Quero encerrar ouvindo o aparte final do Senador Gerson Camata.

O Sr. Gerson Camata — Nobre Senador Jarbas Passarinho, cumprimentando-o pelo costumeiro brilhantismo com que se houve nas suas colocações, discordando em parte de algumas, mas o discurso de V. Ex^a e as intervenções do Deputado Ruy Bacelar deixaram assim bem claro como está confusa a situação política brasileira hoje, que, a meu ver, repito, decorre da confusa situação da economia nacional. Tivemos aqui nesta segunda parte da sessão uma situação assim entre kafkiana e pirandelliana, porque o Partido do Governo está acusando o Partido de Oposição de apoiar o Governo e o Partido da Oposição está acusando o Partido do Governo de não defender o Governo.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Isso é mais Pirandello que Kafka.

O Sr. Gerson Camata — Mostra realmente a confusão como está. Mas, parece que traçada uma linha, o Partido de Oposição, na voz de V. Ex^a, na palavra do Senador Virgílio Távora e nos apartes colocados, provou quem é oposição e o Partido do Governo começou a provar que vai defender o Governo. Muito obrigado.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Sr. Presidente, concluirei. Quero apenas dizer que em relação ainda à parte final da quase acusação que nos faz o nobre Senador Ruy Bacelar...

O Sr. Ruy Bacelar — Permite V. Ex^a um aparte? Já que fui tantas vezes citado?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Ouço V. Ex^a.

O Sr. Ruy Bacelar — A conclusão a que chego, nobre Senador, é que todos nós defendemos o Brasil, queremos uma solução certa para a Nação brasileira, tanto o PDS, como a Frente Liberal, o PMDB, o PDC, todos os partidos; toda a Nação brasileira quer encontrar uma fórmula que venha a atender aos desejos do povo brasileiro. A única discrepância que existe é que acham que nós outros, que defendemos uma eleição para o próximo Presidente da República após a promulgação da Nova Constituição, por acharmos que essa promulgação, essa nova Constituição passa a ser o divisor de água entre o Brasil da transição para o Brasil da plenitude democrática, signifique ser contra o Governo do Presidente Sarney e só serem favoráveis ao Presidente Sarney aqueles que defendem seis anos. Aliás, até com certa coerência, baseado no pressuposto de que o Presidente Sarney foi eleito pela Constituição em vigor, que prevê seis anos. É respeitável a defesa, a coerência. Mas, de uma maneira geral o que entendo, depois do brilhante discurso de V. Ex^a e dos apartes aqui de eminentes colegas, é que todos nós, Senadores, representantes do povo brasileiro, queremos a melhor solução para atender e sairmos desta difícil crise que estamos vivendo. Obrigado a V. Ex^a.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Sem dúvida, este é o nosso papel e onde nós nos reencontramos, mais uma vez, para glória meu.

Mas, quanto ao mandato, no meu Partido, ele é questão aberta. Eu defendi, e por isso me agrediu de algum modo, a primeira colocação de V. Ex^a em relação ao mandato de seis anos, feita no aparte, ainda, ao Senador Divaldo Suruagy, eu defendi, repito, uma colocação puramente legal. A Constituição brasileira prevê seis anos. S. Ex^a foi eleito por ela, como foi o Dr. Tancredo Neves, como fomos nós, eleitos segundo as normas daquela Constituição e da Legislação decorrente.

Depois de votada e promulgada a Constituição de 1967, houve 27 emendas. A 25^a emenda, já votada no dealbar da Nova República, portanto, no momento da euforia maior, a 25^a emenda deu provimento, exatamente, à eleição direta para Presidente da República. Aquela que eu disse que foi uma frustração nossa não ver aprovada, quando o Presidente Figueiredo mandou a mensagem e teve de retirá-la. Não alterou o mandato. Deu provimento a como se eleger o Presidente, como um Vice-Presidente deveria ser eleito, numa chapa

única, sem votação nominal e pessoal, e não alterou o mandato. Então, o mandato permaneceu validado pela própria Nova República.

O que fez a Assembléia Nacional Constituinte? Autolimitou-se. No momento em que apareceu essa coisa esdrúxula, porque nós já podemos nos chamar de velhos Parlamentares, conhecemos o processo legislativo e nunca vimos projeto de decisão, apareceu o projeto de decisão, como se os outros todos, inclusive o projeto de resolução fossem projetos de indecisão. Então, aparece o projeto de decisão que era, segundo toda a Frente Liberal supunha, uma ameaça à mutilação do mandato do Presidente José Sarney. Entrou em entendimento com o Partido de V. Ex^a, e os dois Partidos majoritários, arrasadoramente majoritários, na Constituinte, fizeram com que passasse uma decisão, que faz com que o projeto de decisão só seja admissível para os casos de ameaça ao funcionamento da Constituinte. Ora, não me consta que o mandato do Presidente seja uma ameaça ao funcionamento da Constituinte. Então, aí, agradeço a V. Ex^a quando diz que por coerência, defendemos isso.

O Sr. Ruy Bacelar — Respeito.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Não que me agrade. É verdade que há membro do meu Partido a que realmente isso agrada e diz que quanto mais tempo o Governo passar, melhor para nós, do PDS. É possível! Há membro do meu Partido que se valeu dessa hipótese. Eu por exemplo, na Constituinte, defenderia o mandato de 5 (cinco) anos para os futuros Presidentes. Acho 4 (quatro) anos pouco, na medida em que no primeiro ano se governa com o orçamento anterior. Tive essa experiência, governei com o orçamento do Governador que foi deposto por um processo revolucionário e eu tive que cumprir o seu orçamento, não era a minha filosofia de Governo, mas eu tive que assumir. No segundo ano era minha, mas não sou o caso, porque tive apenas um ano e sete meses de governo. Mas vamos tomar quatro anos. No segundo ano, o governo governa; no terceiro, a sucessão está nas ruas, se já não está no segundo ou no primeiro, e no quarto ano é a eleição. Então, um administrador tem um ano e meio para administrar o País. Aqui há vários governadores de período de quatro anos, que poderão dizer se eu estou cometendo alguma heresia.

Então, com 5 (cinco) anos nós tivemos duas experiências vantajosas no País; foram a de Juscelino Kubitschek de Oliveira e do Presidente Eurico Dutra, duas experiências vantajosas. Por isso eu defendo 5 (cinco) anos.

Mas quando me perguntam qual é o mandato atual do Presidente Sarney, eu sou defensor do Direito positivo, se eu sou defensor e fui preparado para isso, para defender a lei e a ordem, não fui preparado para defender a desordem e a falta da lei, eu tenho que reconhecer que são 6 (seis) anos.

O Sr. Ruy Bacelar — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Eu já havia encerrado, mas é irresistível o apelo de V. Ex^a.

O Sr. Jutahy Magalhães — Eu espero que seja irresistível o meu apelo também.

O SR. RUY BACELAR — Quem questiona o mandato do atual Presidente é o próprio Presidente Sarney, quando diz e declarou peremptoriamente, quando subscreveu a emenda que mandou, propondo as eleições diretas ao Congresso.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Dizem que isso não consta da mensagem. Mas eu concordo com V. Ex^a.

O Sr. Ruy Bacelar — Na mensagem não, mas em declarações dele em jornais, V. Ex^a defende com coerência, eu repito, o mandato de 6 (seis) anos, no pressuposto de que o Presidente foi eleito da atual Constituição. Constituição em vigor. Mas isso não impede...

O SR. JARBAS PASSARINHO — Constituição, Senador, que jurou defender.

O Sr. Ruy Bacelar — ... que nós outros defendamos o mandato de 4 (quatro) anos.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Pois não, sem dúvidas.

O Sr. Ruy Bacelar — Quatro anos, não, uma eleição após a promulgação da Constituição.

O SR. JARBAS PASSARINHO — E também não me inscrevo entre aqueles que podem admitir...

O Sr. Ruy Bacelar — Além do mais, eminente Senador, o mandato do Presidente Sarney, no meu entender, nada tem a ver com o mandato dos futuros Presidentes da República.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Concorro. E eu não me inscrevo entre aqueles que V. Ex^a citou, com razão, queixando-se, porque V. Ex^a ou quem a fizer a apresentação de um projeto de votação imediata, estará sendo impatriota ou estará sendo objeto de um ataque pessoal ao Presidente da República. Não me inscrevo, apenas divirjo.

O Sr. Rui Bacelar — E quando eu defendo essa tese é por princípio, é por doutrina, não é em face da conjuntura econômica, de maneira alguma. O mandato de um Presidente da República não pode ser alargado ou diminuído a depender da circunstância eventual.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Sr. Presidente, eu ia concluir mas o Presidente que antecedeu V. Exa. nesta Casa, pede-me um aparte.

O Sr. Jutahy Magalhães — E que aqui estou contra o que estava fazendo lá.

O SR. JARBAS PASSARINHO — De maneira que diante dessa prova de coerência, eu sou obrigado a ouvir S. Exa. mas é uma obrigação que, ao mesmo tempo, é dever e alegria. Ouço V. Exa.

O Sr. Jutahy Magalhães — Mas aqui é rapidíssimo. É uma mera pergunta sobre o mandato do Presidente. V. Exa. tem toda razão quando diz que o Presidente pela Constituição atual tem um mandato de 6 anos. Mas também o Presidente, pela soberania da Constituinte, a Constituinte pode mudar esse período de mandato, não

no decorrer da Constituinte. Por isso eu não considero como válida aquela tese proposta de se fazer a mudança do mandato do Presidente, através de um projeto de decisão, mas tem que ser através da futura Constituição, estabelecendo qual o mandato atual, porque pode, inclusive, mudar até o nosso, que também fomos eleitos.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Aí é que a interpretação entre nós é discordante. Eu que já fui apelidado aqui de jurista do Realengo, tenho muito receio de discutir com V. Exa. um assunto dessa natureza. Mas tenho a impressão de que nesse ponto as nossas posições são inconciliáveis.

O Sr. Jutahy Magalhães — Pelo menos V. Ex^a é jurista de Realengo, eu nem de Realengo sou. Então, vê v. Ex^a que eu considero que a Constituinte tem o poder para fazer. E mais do que isso, o Presidente da República também considera, tanto que inúmeras vezes declarou que a Constituinte estabeleceria o prazo de seu mandato. E já há um precedente na Constituinte, no próprio período do Presidente Dutra, quando, de acordo com S. Ex^a, foi diminuído o seu mandato, por um ano, mais houve um acordo.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Foi diferente porque havia uma ruptura completa do ordenamento jurídico. Havia uma ditadura, aquela sim. Nós somos dessa geração, embora V. Exa. seja mais novo do que eu, naquela época havia uma ditadura em que não havia eleição nem para "miss", quanto mais para Vereador, Deputado ou Senador. Era proibido eleger.

O Sr. Virgílio Távora — E contra a qual tanto o pai de S. Exa. conspirou conosco em tempos passados.

O Sr. Jutahy Magalhães — Com muita honra e sempre consciente daquilo que estava fazendo, não por qualquer outro tipo de razão, como V. Exa. sempre movido por interesses públicos e nacionais.

O SR. JARBAS PASSARINHO — E por quem nutro profunda admiração, V. Exa. sabe.

Sr. Presidente, encerro afinal, para tranqüilidade de V. Exa. Mas se por esse tempo que tomei do Senado tiver prejudicado alguns companheiros que ainda desejam usar da palavra, na hora em que se antecipar o momento do encerramento, pedirei a V. Exa., por uma questão de ordem, a prorrogação da sessão. (Muito bem!)

Durante o discurso do Senador Jarbas Passarinho, deixa a cadeira da Presidência o Senador Jutahy Magalhães, que é ocupada pelo Senador Francisco Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— Sr. Senador Jarbas Passarinho, não fora o impositivo regimental, esta Presidência continuaria a ouvi-lo por muito mais tempo.

Concedo a palavra ao nobre Senador Leite Chaves.

O SR. LEITE CHAVES PRONÚNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMBD — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A crise econômica que ocasionou a depressão econômica de 1929 nos Estados Unidos e as alterações políticas provocadas pela guerra 1939/45 teve repercussões profundas na política de desenvolvimento do chamado "terceiro mundo", com influência nos processos de descolonização na África e de mudanças sócio-econômicas na América Latina.

O Brasil, pressionado pelas circunstâncias internacionais, iniciou, em 1930, um processo de substituição das importações, que acelerou o processo de industrialização, motivando alterações profundas no setor agrícola, que gradualmente perdeu sua hegemonia política e social.

A transferência do poder do campo para o meio urbano influenciou sensivelmente a formação das políticas agrícolas, direta ou indiretamente, que passaram a ser elaboradas dentro de uma ótica de estímulo à acumulação capitalista no setor urbano industrial, cabendo ao setor primário o papel tradicional de fornecedor de mão-de-obra, matérias-primas, e muitas vezes de capital.

Este processo ocorreu sobre forte influência do Estado, e, com a finalidade de apresentar um marco conceitual sucinto, apresentamos quais as principais idéias que influenciaram a formação da política agrícola no Brasil a partir de 1960.

Esta aproximação teórica objetiva situar a necessidade de evitar os erros do passado quando da elaboração de políticas governamentais, capazes de interferir positiva ou negativamente no desenvolvimento do país nas próximas décadas.

2 — Comentários ao modelo de desenvolvimento agrícola brasileiro

De acordo com os teóricos mais conservadores da teoria do desenvolvimento, o papel do setor agrícola no desenvolvimento econômico seria satisfatório se atendidos cinco aspectos, a seguir:

a) produção de alimentos a baixo preço para as cidades;

b) fornecimento da mão-de-obra para a indústria;

c) transferência de recursos para o setor industrial;

d) criação de mercado consumidor no campo para os produtos industriais;

e) geração de divisas através da exportação de matérias-primas.

À primeira vista, estas funções do setor agrícola, dentro de uma concepção de política nacional desenvolvimentista, foram realizadas através dos vários Planos Nacionais de Desenvolvimento consubstanciados por medidas de incentivos às exportações, à expansão das indústrias de fertilizantes e defensivos, ao aumento da mecanização, a melhoria tecnológica via pesquisa e extensão, a concessão do crédito subsidiado, a implantação de redes de armazenagem, além de outros instrumentos de política agrícola que foram implementados ao longo dos últimos anos.

Entretanto, o quadro atual da agricultura brasileira indica que, de alguma forma, estes objetivos não foram atendidos plenamente e, quando o foram parcialmente, as consequências foram distin-

tas daquelas previstas quando da elaboração dos planos.

No Brasil, após a Segunda Guerra Mundial, cessadas as condições favoráveis que levaram ao processo de industrialização da década de 30, ficou clara a necessidade de adotar um modelo de desenvolvimento capaz de reativar a economia nacional. A política de industrialização apresentava-se com duas opções básicas: a expansão do mercado interno por mudanças estruturais na sociedade ou por uma maior articulação com o capitalismo internacional, através de linhas de crédito, compra de empresas nacionais por estrangeiros, importação de tecnologia, maior participação nos mercados externos.

Ambas as estratégias, de cunho capitalista, envolviam ideologias de caráter mais ou menos nacionalista, mas ambas encarando o problema agrícola a partir de duas noções:

a) os problemas do abastecimento dos centros urbanos decorriam da estrutura fundiária, caracterizada pela dicotomia latifúndio (ineficiente)-minifúndio (subsistência) que explicaria o atraso tecnológico traduzido na incompetência de produzir gêneros alimentícios baratos. Nesta visão, o "atraso" do setor agrícola era visto como um obstáculo ao desenvolvimento nacional.

b) as relações de produção no campo brasileiro, por não serem capitalista (trabalho não assalariado) retardavam a expansão do mercado consumidor.

Em ambos os casos, a transformação do setor agrícola era considerada essencial à expansão do modelo capitalista de desenvolvimento. Com base nestas premissas, foi promulgado o Estatuto da Terra, com o objetivo de corrigir distorções da estrutura agrária, viabilizando o estabelecimento do modelo capitalista no campo. Também dentro desta ótica foi adotada a legislação trabalhista no campo, implementada a pesquisa agropecuária com ênfase em tecnologias ditas modernas (utilização de insumos químicos, mecanização) e incentivada a formação de um parque industrial voltado para a tecnologia agrícola.

Hoje, doze anos após a I Plano Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola (PNFCA), a produção estimada de nutrientes (NPK) é da ordem de 1.969 mil toneladas, 370,8% superior às 531 mil toneladas produzidas em 1974. O país apresenta-se quase auto-suficiente em fertilizantes nitrogenados e fosfatados, dependendo totalmente da importação para atender à demanda por fertilizantes potássicos. Em que pese esta dependência, alterou-se, significativamente, o setor dos fertilizantes que, segundo previsão do Sindicato da Indústria (SIACESP), faturou em 1985 1,6 bilhões de dólares. (1)

No setor de defensivos agrícolas (inseticidas, herbicidas, fungicidas), o crescimento também foi grande. O consumo de defensivos agrícolas evoluiu de 27,2 mil toneladas, em concentração técnica, em 1970 para 60,6 mil em 1975, alcançando 80,9 mil toneladas em 1980. A partir de 1978, as relações de trocas na agricultura se tornaram desfavoráveis aos produtores, iniciando-se um processo de redução no uso de defensivos

agrícolas, permanecendo, entretanto, o uso indiscriminado em algumas áreas com efeitos adversos sobre a população (2). Em 1983 e 1984 o consumo aparente foi de 34,4 mil toneladas e 50,2 mil toneladas, respectivamente.

Também expandiu-se no campo a mecanização, com um aumento significativo do uso de tratores e demais implementos, notadamente nas regiões sudeste e sul. "O número de tratores em operação cresceu a taxas médias anuais de 11,4% entre 1963/78, mantendo-se a motomecanização crescente entre 1978 e 1981, a taxas anuais de 10,5%. De um total de 80,0 mil unidades em operação em 1963, estima-se que existiam no campo 543,0 mil tratores em 1981. Tal modificação na combinação dos fatores de produção agropecuária ensejou que entre 1960 e 1980 (dados censitários), a densidade de uso de tratores na área com lavouras passasse de 468,4 ha/trator para 92,7 ha/trator. A relação pessoal ocupado na agricultura/trator passou de 255 pessoas/trator em 1960 para 39 pessoas/trator, em 1980. Observa-se que a participação da população economicamente ativa (PEA) na agricultura, na PEA total do Brasil, retrocedeu de 54%, em 1960, para 30%, em 1980. Vale ressaltar que, enquanto a PEA total cresceu a taxas médias anuais de 3,3%, entre 1960 e 1980, a PEA agrícola evoluiu de apenas 0,3%, denotando seja a crescente importância dos setores industrial e de serviços na composição do produto real da economia, seja a motomecanização, compelindo a população rural a migrar para os centros urbanos." Em termos de mão-de-obra, a noção de que as relações não capitalistas de trabalho eram um entrave a ser eliminado, os números do Censo indicam que houve um acréscimo de 86,8% na mão-de-obra contratada no período 70/80, notadamente em empresas de capital-intensivas das regiões sul e sudeste. Neste quadro de alteração das relações tradicionais de produção, a adoção da legislação trabalhista no campo motivou o surgimento de uma categoria de trabalhadores conhecidos como "bóias-frias", problema de grande magnitude dentro da agricultura brasileira. (3).

"Em 1980, a participação da população urbana no total da população atingira 67,6%, contrastando com 44,7%, em 1960. Em termos absolutos, o contingente da população rural em 1980, em relação a 1960, era menor em 150 mil pessoas (38.767 mil habitantes em 1960, e 38.620 mil em 1980), enquanto a população urbana entre as duas décadas crescera a taxas anuais médias de 4,8% (31.303 mil habitantes, em 1960, contra 80.479 mil, em 1980).

O pessoal ocupado na agropecuária cresceu de apenas 0,3%, entre 1960 e 1980, passando de 15.634 mil pessoas no primeiro ano, para 21.110 mil, no último. Os dados agregados, entretanto, não revelam as alterações ocorridas nas relações de trabalho no campo brasileiro, porquanto o êxodo rural entre 1960 e 1980 envolveu cerca de 30 milhões de pessoas.

A modernização da agricultura e a expansão da pecuária forçaram a participação maior dos trabalhadores temporários, sem vinculação formal com o empregador e a expulsão dos moradores para áreas não férteis ou para as periferias

dos grandes centros ou mesmo de pequenas cidades. O desenvolvimento do capitalismo no campo, especialmente na região Centro-Sul, deslocou a pequena produção de subsistência, obrigando a mão-de-obra que antes provia a reprodução da família a se assalarar. A figura dos "volantes", "bóias-frias" povoa atualmente o campo e a periferia urbana brasileira, absorvida sazonalmente nas diversas áreas de concentração da produção. O deslocamento interestadual de famílias inteiras ou da cabeça do casal, por ocasião da colheita de café, da cana, algodão ou laranja, tornou-se uma constante, incorporando parcela dos parceiros, arrendatários e posseiros, além de pequenos produtores no contingente dos assalariados rurais temporários.

Entre 1960 e 1970, a mecanização acelerada no campo acelerou o processo migratório, levando a que o número de trabalhadores permanentes se reduzisse de cerca de 20%, passando de 1.429 para 1.155 mil (censos agropecuários), enquanto a redução no número de trabalhadores temporários fora de 50% (de 2.983 para 1.488 mil).

A mudança nas relações de trabalho é evidenciada pelo aumento no número de empregados e a redução de parceiros mostrada pelos censos agropecuários de 1970 e 1980. O número de empregados passou de 2.644 para 4.939, no período, tendo os parceiros reduzido sua participação no mercado de trabalho de 602 mil, em 1970, para 493 mil, em 1980," (4)

No que se refere à mudança da estrutura fundiária, peça chave do discurso, no início da década de sessenta, alterações posteriores, de ordem política, levaram a considerar que o processo de penetração capitalista, efetuado pela integração à economia de mercado dos produtos agrícolas e da força de trabalho, seria suficiente para superar o atraso crônico creditado ao campo pelos teóricos econômicos de desenvolvimento.

"Em 1960, os estabelecimentos (unidades de produção) com área igual ou superior a 1.000 hectares representavam cerca de 0,9% do total de propriedades e 44,2% de área total. Em duas décadas de vigência do Estatuto da Terra (promulgado em 30-11-64), pouca ou nenhuma modificação ocorreu na estrutura fundiária. Os dados do censo agropecuário de 1980 sugerem que os estabelecimentos maiores de 1.000 hectares correspondiam a 1% do total de propriedades rurais e cerca de 45% da área total. Por outro lado, os estabelecimentos menores de 500 hectares representavam 90% do total de estabelecimentos e ocuparam apenas 20% da área total recenseada, situação idêntica à observada em 1960.

- As estatísticas cadastrais do INCRA que se referem ao imóvel rural (unidade de propriedade e posse da terra) mostram que em 1967, os imóveis com área total superior a 1.000 hectares ocupavam 46,9% da superfície total dos imóveis rurais no Brasil, proporção esta que se elevou para 58,3% em 1984. A participação dos imóveis com área inferior a 100 hectares se reduziu entre 1967 e 1984, de 18,7% para 14%, respectivamente. Destes imóveis, mais de 1,7 milhão em 1984 (66,4%) contam com a área de até 25 hectares, demonstrando que apropriação da terra limita a

expansão de agricultura, o desenvolvimento regional e a geração de rendas." (5)

Isto posto, fica patente que as políticas de modernização das últimas décadas objetivaram o estabelecimento de um modelo agrícola capaz de garantir o desenvolvimento do setor urbano-industrial, com tecnologia nitidamente capital-intensiva.

Muitos teóricos ainda discutem a sobrevivência de estruturas não capitalistas no meio rural, responsabilizando-as pela pretensa falência do setor em financiar o desenvolvimento sócio-econômico do País. Na raiz desta interpretação está a teoria dualista, bastante aceita na década passada, representada, teoricamente, pela existência de dois Brasis (Lambert-Bastide) — um "moderno", capitalista, caracterizado pelo uso de tecnologia capital-intensiva e relações de trabalho assalariado, e outro, "tradicional", com tecnologia de baixa produtividade e com relações de produção caracteristicamente não assalariadas.

Entretanto, nos últimos anos, esta tendência de encarar o desenvolvimento como a coexistência, independente e nem sempre tranqüila, entre um setor "atrasado" e outro "moderno", foi substituída pela consciência de que "atraso" e "modernização" são faces da mesma moeda e que devem ser encarados como uma única decorrência das políticas de incentivo à "modernização" do setor agrícola.

Do exposto, ficou claro que as políticas agrícolas adotadas no Brasil realmente incentivaram o uso de insumos modernos, de tecnologias "de ponta", da utilização de trabalho assalariado, de participação nos mercados externo e interno, de incentivo ao surgimento de um setor industrial profundamente relacionado ao setor agrícola.

Cabe agora, responder, sucintamente, a uma questão. Como está o setor agrícola hoje? Em que bases funciona a agricultura brasileira? Estas políticas de incentivo à "modernização" realmente satisfizeram as necessidades da sociedade brasileira como um todo?

Para responder a estas perguntas, e posicionar, claramente, qual a função do Congresso na formulação de uma política agrícola de longo prazo, resumiremos no próximo item a situação atual da agricultura brasileira.

3 — Situação Atual da Agricultura Brasileira

De acordo com as estimativas de junho efetuadas pelo IBGE, o índice do produto real da agropecuária neste ano será 7% menor que o observado em 1985, devido, principalmente, a uma quebra de 11,4% nos produtos de origem vegetal. De fato, a produção agrícola brasileira tem apresentado taxas modestas de evolução nos últimos dez anos. No período 1960/70 a área cultivada cresceu a taxas médias anuais de 2,9% entre 1973/78 e a taxa média de 1% a.a. entre 1978/84. Note-se que esta expansão foi obtida principalmente pela incorporação de novas áreas, sendo os aumentos da produtividade restritos às culturas destinadas à exportação e/ou produção de matéria-prima para a indústria.

Os produtos destinados ao abastecimento do mercado interno, tais como feijão, mandioca, ar-

roz, milho não apresentaram um desempenho satisfatório no período.

De fato, a produção **per capita** de alimentos básicos vêm decrescendo, notadamente a partir da década de 1970.

Período	Arroz	Feijão	Mandioca	Milho	Soja	Trigo
1964-68	79,9	27,4	314,6	141,0	6,7	8,0
1968-72	74,6	25,7	323,0	150,4	18,6	15,6
1972-76	76,7	22,0	259,0	155,0	72,6	21,2
1976-80	76,4	18,4	220,6	153,8	103,4	24,0
1980-84	71,1	18,3	183,0	164,8	116,9	17,5

Fonte: IBGE. Anuários Estatísticos e CEPAGRO, Apud. Almir Mesquita — "Evolução da Produção **Per Capita**. IPEA. Brasília, 1980, p. 1 (mimeo), atualizado pelo autor até 1980-84.

O Quadro 1 mostra a evolução da produção per capita de alimentos básicos no Brasil, em termos de médias quinquenais, tendo a de arroz se mantido praticamente constante, a de feijão e a de mandioca se reduzido de forma consistente, enquanto a de milho e trigo evoluíram no período, tendo a de soja se elevado por mais de 17 vezes.

As dificuldades ocorridas no abastecimento de produtos alimentícios conjugadas com a queda dos salários reais no meio urbano e rural, o baixo nível de poder aquisitivo da população e o crescente nível de desemprego nos últimos anos contribuem para que os níveis de ingestão calórico-proteica de grande parte da população seja baixo, com uma alta proporção de famintos e desnutridos.

Este decréscimo na produção de alimentos básicos ocasionou uma escassez relativa que elevou os preços contribuindo para aumentar o índice inflacionário nos grandes centros urbanos. De fato, para as diferentes regiões do País "os índices de preços de alimentação aumentaram mais rapidamente que o índice geral de preços para o Brasil e certos índices de preços ao consumidor. Por outro lado, os dados do ENDEF — FIBGE para 1974/75 revelaram uma considerável diferenciação nas estruturas de consumo de alimentos entre famílias por classes de despesa, destacando-se a muito maior importância dos alimentos de mercado interno (produtos domésticos) para as famílias nos menores níveis. Desse modo, deveríamos esperar impactos diferenciados em termos de preços e rendas reais para as famílias distribuídas por classes de despesa, durante 1967/79.

De fato, quando estimamos a evolução dos índices de preços de alimentação para as regiões Nordeste e Sul, e Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, pudemos verificar que, sem exceção, as famílias nas classes de menores despesas totais enfrentaram os maiores aumentos e, portanto, foram as mais afetadas pelas transformações em nossa agricultura (menos alimentos domésticos e mais exportáveis). Por exemplo, no Nordeste, comparando-se os aumentos em alimentação, durante 1967/79, para as famílias nas classes de menor e maior despesa, constatamos que o aumento foi de 32,9% maior para a primeira. Semelhantemente, para a região Sul e Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, o mesmo ocorreu, mas a taxas menores, de 8,7%, 10,0% e 12,7%, respectivamente. Certamente, esses resultados podem, mesmo, até agravar aqueles obtidos em termos

Quadro 1 — Evolução da Produção **per capita** de Alimentos Básicos, Brasil, 1964-83 (em Kg/hab/ano, médias móveis quinquenais).

de concentração da distribuição da renda nominal, através dos censos de 1970 e 1980, no sentido de mais prejudicar as famílias de menores rendas. (7)

Entre janeiro e dezembro de 1983, "enquanto o índice de Custo de Vida em São Paulo (FIPE) subiu 164,1%, o índice específico para alimentação cresceu 213,5%. No mesmo período, na cidade do Rio de Janeiro, os respectivos aumentos foram de 177,9% e 227,5% (Fundação Getúlio Vargas). Em ambos os casos, tivemos os preços de alimentação subindo quase 20% acima dos índices médios de preços ao consumidor que, por sua vez, já incluem os preços de alimentos. Ao nível de atacado, índice de Preços por Atacado — Oferta Global, estimado pela Fundação Getúlio Vargas, os produtos agrícolas se elevaram 29% mais que o índice médio (incluindo produtos agrícolas e industriais) e 45% mais que o índice de preços de produtos industriais. Ao nível de preços recebidos pelos produtores agrícolas, o aumento durante janeiro-dezembro de 1983 foi de 256,7%, enquanto a inflação brasileira, medida pelo índice geral de preços — Disponibilidade interna (Fundação Getúlio Vargas), foi, no mesmo período, de 211%." (8)

Entretanto, é preciso que fique claro que o índice de Relações de Troca foi favorável à agricultura apenas em 1983, devido a problemas climáticos que causaram sensíveis quebras de safra. Nos últimos 20 anos, a relação de troca via de regra não foi favorável ao setor rural, indicando que a escassez, decorrente do aumento da oferta não beneficiou a agricultura. A escassez só não foi maior devido à redução do poder aquisitivo da população em geral. A reversão deste quadro, na hipótese de um aumento da renda real, notadamente nos grupos de baixa renda, caracterizaria de imediato uma grave situação de insuficiência no abastecimento interno.

Outro aspecto a ser considerado é que a produção de alimentos, notadamente feijão e mandioca são característicos da pequena propriedade, produzidos quase sempre com o objetivo da subsistência, obtendo na comercialização do excedente a renda monetária necessária à aquisição de produtos essenciais (sal, querosene, velas etc.) à manutenção da família. Evidentemente que este produtor, embora definitivamente engajado na economia de mercado, não responde a estímulos de preço e crédito da mesma forma que o produtor-empresário, totalmente dependente do mercado para sua sobrevivência. (9)

Isto torna evidente que qualquer política de estímulo à produção de alimentos deve, necessariamente, traduzir-se numa política de apoio ao pequeno e médio produtor, considerando suas especificidades e a consciência do risco por eles assumido quando vinculam a sobrevivência da família aos azares da economia de mercado.

Dá a exposto, ficou claro que nos últimos 20 anos o modelo de desenvolvimento adotado não estimulou a produção de alimentos básicos, gerando um quadro de carência. A situação atual da agricultura brasileira, no que se refere ao abastecimento interno, tanto dos produtos de origem vegetal quanto dos produtos de origem animal, é de escassez, tendendo a agravar-se com o aumento da renda real no setor urbano-industrial.

No que se refere ao papel da agricultura como fornecedora de mão-de-obra aos setores secundários e terciários, como ficou demonstrado no item anterior, o modelo de desenvolvimento agrícola adotado liberou um grande contingente de mão-de-obra para o campo. De fato, do documento "Diretrizes para uma Política Agrícola Nacional — Ano 2.000", publicado pelo Ministério da Agricultura em fevereiro de 1986 transcrevemos o seguinte parágrafo, muito elucidativo sobre o problema da migração interna.

"Em 40 anos a população do País quase que triplicou, e nos próximos 30 anos estima-se que seja duplicada. Esse crescimento demográfico foi acompanhado do amor exódo rural da história contemporânea. Entre 1940 e 1980, ou seja, em 40 anos, a população rural decresceu em termos relativos de 70% para 30% no total da população do País. Esta velocidade na transferência do campo para a cidade, associada a um processo de industrialização poupador de mão-de-obra, fez crescer a subocupação o desemprego e a marginalidade na periferia das cidades. Em 1984, o País encerrou o ano com 15 milhões de desempregados e uma população empobrecida, pois 54% da População Economicamente Ativa só recebiam até três salários mínimos, e 12%, — ou seja, 16 milhões, recebiam menos de um salário mínimo."

Sumarizando, o objetivo do modelo teórico dos anos 50/60 que considerava o setor rural como uma fonte abundante de mão-de-obra, criando assim um exército-de-reserva proletário nos grandes centros urbanos, impedindo, pelo excesso da oferta, o aumento dos salários reais e favorecendo a acumulação no setor capitalista, foi plenamente atingido. Entretanto, ao final da década de 70, ficou plenamente constatado que esta política de liberação da mão-de-obra rural, baseada em pressupostos teóricos decorrentes da Revolução Industrial européia, teve efeitos catastróficos no Brasil, levando a uma situação atual bem caracterizada no texto anteriormente citado. É praticamente impossível reverter esta situação — o Brasil hoje é um país nitidamente urbano e sua população rural necessita de uma política econômica-social capaz de fixá-la no campo, evitando, simultaneamente o agravamento do problema da superpopulação urbana e a redução, a níveis críticos, da população rural economicamente ativa.

Também na transferência de recursos para o setor urbano industrial, a agricultura colaborou de forma notável, desde o início do processo de

industrialização. Na década de 1930, a substituição das importações realizou-se em parte, devido à transferência dos excedentes financeiros do café. Recentemente, esta transferência ocorreu através de "restrições e impostos de exportação, reforçados por uma política de controle de preços internos que consistia na interferência direta do governo nos mercados agrícolas, via tabelamento, vendas de estoques oficiais abaixo dos custos, importações concessionais e atuação direta nos mercados atacadista e varejista, vendendo produto processado". (10)

É de destacar o fato de que a intervenção do governo no mercado de produtos agrícolas foi uma das maiores responsáveis por esta transferência de recursos, provocando no meio rural dificuldades na manutenção do processo de investimento, essencial ao desenvolvimento tecnológico do mesmo.

Quanto à "exportação de produtos primários, ainda que reduzida em termos relativos pela presença crescente das vendas de produtos manufaturados, continuou a representar importante parcela da geração de divisas. Em 1963, os produtos agropecuários (principalmente em sua forma bruta) contribuíram com 82,6% no valor total das exportações brasileiras, participação esta que se reduziu para 53,9% em 1978, 42,9% em 1981 e 40,5% em 1984. Saliente-se, contudo, a crescente participação de produtos processados de origem agrícola no comércio externo brasileiro". (11)

De modo geral, o setor agrícola sempre respondeu bem à necessidade de gerar divisas, expandindo a produção tanto pela incorporação de áreas novas quanto por melhorias tecnológicas traduzidas no aumento do rendimento.

Aqui cabe uma observação essencial, ao entendimento dos mercados agrícolas: o governo brasileiro, ao longo dos anos, sempre interferiu nos mercados interno e externo, quer concedendo estímulos, quer proibindo exportações, quer estabelecendo preços e quotas. Infelizmente, nem todas estas intervenções foram positivas.

"A necessidade de uma profunda reformulação nos procedimentos de interferência do governo nos mercados agrícolas fica patente quando se analisam as intervenções, levadas a efeito no passado, para todos os produtos tomados em conjunto, e, principalmente, seus resultados. O Brasil perdeu a auto-suficiência no milho, e no arroz e experimentou crises agudas no abastecimento de feijão. Perdeu a posição de um dos principais exportadores de algodão e passou a até mesmo importar a fibra de tempos em tempos. A área de soja estagnou e ocorreram dificuldades persistentes no abastecimento de óleo (de soja).

A agricultura, no momento em que foram suprimidos os benefícios creditícios, passou a depender de uma mudança das regras do jogo no mecanismo de preços e não poderia mais tolerar;

a) tabelamentos e controles indiretos de preços que estatizam os preços de venda;

b) subsídiação de importações;

c) subsídiação nas vendas e preços dos estoques do governo, vendidos com o objetivo indisfarçável de controlar (deprimir) preços; e

d) o enfraquecimento gradual e persistente dos agentes de mercado que adquirem produto na safra, impedindo que os preços desabem.

Tampouco poderia ser aceito o desmantelamento do sistema de financiamento de comercialização, que é a base de sustentação do mercado e da renda agrícola. Em nenhuma agricultura de mercado pode ser tolerado qualquer destes tipos de intervenção.

O governo estatizou na prática grande parte do mercado de estoques. Ao longo dos anos recentes, tem comprado cada vez mais crescentes proporções das safras, mesmo quando estas são escassas, à medida que promove um grande aperto de liquidez no momento em que vence o custeio e não aceita uma variação de preços na entressafra que permita a cobertura dos custos da armazenagem. Na entressafra, é o grande fornecedor de estoque e assume cada vez mais a responsabilidade pelo suprimento do mercado. A consequência natural deste processo é que, a cada ano que passa, cada vez mais, grandes quantidades de produto que seriam consumidos normalmente dentro do ano e carregados pelo setor privado transitam pelos estoques do governo. Com isso o governo, pressionado por economizar recursos escassos, onerado por vendas a preço subsidiado, procura comprar sempre que possível mais barato, reduzindo preços mínimos ou importando com preços externos baixos. O que é obviamente uma política de grande risco, senão suicida.

A intervenção recente nos pregões das bolsas enfraqueceu um dos mecanismos mais importantes para o desenvolvimento agrícola, qual seja o sistema privado de compra e venda diretas. A realização de vendas de estoques governamentais nas bolsas com preços prefixados para manterem baixos os preços de mercado causaram grande disfunção na operação das mesmas, sobre ter criado um mercado paralelo de ágios do produto, fora dos pregões.

Em suma, pela sua forma de interferência e pelo seu porte, o governo gera risco acima do risco natural do mercado e cada vez mais expulsa a comercialização privada, quando seu papel deveria ser o de absorver parte dos riscos da comercialização. Ao exacerbar os riscos, não contribuiu para fazer crescer a oferta. Gradualmente, o setor privado retira-se do mercado, pois, para o risco institucional, o risco do próprio governo, não há seguro possível. Permanecem no mercado apenas os especuladores — atravessadores que subsistem em mercados de grandes risco e escassez, justamente aqueles que no seu discurso o governo procura combater. As condições propícias para o aparecimento de atravessadores, que retêm produto quando há escassez grave, são criadas pelo próprio governo.

Além de tudo isso, a desproteção estrutural do setor agrícola contrasta com os elevados níveis de proteção conferidos a outros setores da economia. A taxaço imposta ao setor agrícola tornou-se dependente de crédito externo, de preços fixados pelo governo, do custo do dinheiro e do mercado internacional, nem sempre acessível a todos os produtos. Os benefícios gerados pelas maxidesvalorizações do cruzeiro não foram estendidos à agricultura que, por muitos anos, foi taxada com a sobrevalorização do cruzeiro. A combinação de proibição de exportação com a política de redução de preços internos, sobre ser profundamente injusta do ponto de vista distributivo teve efeitos

alocativos severos e penalizaram a agricultura inutilmente. (12)

Outro aspecto a ser considerado, a geração de um mercado no campo para produtos industriais: ficou comprovado o aumento no uso de produtos químicos (fertilizantes, inseticidas) e maquinaria agrícola por parte dos produtores. Isto também gerou uma grande dependência deste segmento da indústria das flutuações do mercado agrícola, quer sejam geradas por fenômenos climáticos, quer ocorram por influência do governo. Por exemplo, a entrega de fertilizantes no primeiro semestre de 1986 foi 4,4% inferior à quantidade comercializada em 1985 no mesmo período, devido principalmente ao Plano Cruzado. Este motivou indefinições quanto à tabela de preços máximos e levou os agricultores a não procurarem formar estoques para evitar os preços inflacionados no período pré-plantio. Também a espera pela divulgação dos Valores Básicos de Custeio (VBC) ocasionou esta retração nas vendas. (13)

Atualmente, a agricultura brasileira consome grandes quantidades de produtos industrializados diretamente na produção agropecuária. Entretanto, este consumo, relacionado à adoção de tecnologias "modernas", capital-intensivas, está localizada em algumas regiões e algumas culturas. Em 1985, 92% dos fertilizantes foram consumidos na Região Centro-Sul, tendo a cana-de-açúcar absorvido aproximadamente 40% do total da produção. (14)

Assim, observamos que efetivamente ocorreu uma maior integração entre os setores agrícolas e industrial, mas cabem as seguintes observações sobre os resultados deste processo:

a) os produtos gerados no setor industrial, no caso insumos e máquinas, tiveram sua utilização restrita, dentro do cenário da agricultura brasileira à região Centro-Sul e às culturas de exportação ou industriais;

b) a utilização destes produtos, efetuada de forma intensa em algumas áreas e/ou culturas, nem sempre foi eficiente em termos econômicos e muitas vezes ocasionou sérios problemas ambientais (poluição, decadência de qualidade do solo e da água, intoxicações, destruição da fauna e flora nativas);

c) a manutenção dos baixos níveis de produtividade, aliada a problemas de mercado, privou a maioria da população rural, notadamente pequenos produtores em regime não empresarial, de participar mais ativamente do mercado de bens de consumo produzidos na área urbana (vestuário, alimentação, serviços diversos).

Esta constatação de que a modernização, aqui definida simplesmente pela adoção de técnicas de produção capital-intensivas e a presença de força de trabalho assalariada, atingiu apenas uma parcela dos produtores brasileiros, motivou uma migração rural mais intensa que o desejável, não foi capaz de atender a demanda interna por alimentos e levou o governo a estabelecer o Plano de Reforma Agrária e incentivar a fixação do pequeno produtor no campo através de programas especiais.

A Reforma Agrária é uma tentativa de corrigir as distorções fundiárias, viabilizando a permanência do pequeno e médio produtor no campo, garantindo a produção de alimentos básicos e incorporando este contingente de mão-de-obra ao mercado consumidor do País.

No que se refere à política energética, a produção de álcool evoluiu a taxas elevadas devido aos incentivos recebidos. Hoje, o setor energético da agricultura espera uma nova definição de seus limites e objetivos, pois o acréscimo da área cultivada com cana-de-açúcar entraria em conflito com os objetivos de produção de alimentos e geração de divisas via exportações agrícolas.

Sumarizando as principais características da agricultura brasileira temos que:

a) a produção de alimentos básicos não aumentou de forma a satisfazer a demanda interna, mesmo considerando que esta apresenta-se comprimida pela redução da renda real;

b) o estabelecimento do modelo de desenvolvimento adotado promoveu intensa migração para o setor urbano, ocasionando problemas de subemprego e marginalidade;

c) a agricultura dita moderna é restrita a algumas regiões e culturas, sendo grande a proporção de agricultores que vivem ao nível de subsistência;

d) a exportação de produtos agrícolas e produtos agrícolas industrializados vem diminuindo sua participação na pauta das exportações, embora tenha aumentado em termos reais nos últimos anos. É de se destacar também a maior diversificação da pauta dos produtos agrícolas, anteriormente dominada pelo café;

e) inexistia um plano de médio prazo para o setor de produção animal, notadamente pecuária de corte e de leite;

f) existe uma profunda interrelação entre os setores industriais e agrícola no que se refere à produção de insumos químicos e maquinária;

g) a estrutura fundiária, nos últimos anos, foi caracterizada pela manutenção do binômio latifúndio-minifúndio, merecendo destaque o surgimento de algumas propriedades, grandes e pequenas, de cunho nitidamente empresarial;

h) o governo tem interferido sensivelmente tanto no mercado externo quanto interno, muitas vezes de forma inadequada, prejudicando o setor;

i) o sistema cooperativo apresentou-se viável apenas na região Centro-Sul; entretanto nos últimos anos, notadamente no Rio Grande do Sul, várias cooperativas apresentaram-se com graves problemas econômicos. O sistema, como um todo, encontra-se prejudicado;

j) a produção de álcool anidro atingiu níveis satisfatórios, mas seu crescimento motivou o deslocamento de culturas alimentares pela competição por área cultivável. Nos últimos anos, foi observada redução nos incentivos governamentais ao programa energético da agricultura.

4 — Agricultura e Constituinte

De acordo com os problemas detectados e atendendo a interesses nacionais, o atual Governo estabeleceu para a agricultura os seguintes objetivos:

“1) Contribuir para estabelecer no país um padrão de desenvolvimento econômico dinâmico, que resgate a justiça social, e reduza as grandes disparidades econômicas e sociais existentes.

2) Aumentar a produção de alimentos para garantir a auto-suficiência no abastecimento nacional e formar estoques estratégicos a nível adequado a fim de evitar a especulação.

3) Elevar o nível de emprego e de renda rural.

4) Produzir excedentes exportáveis de produtos agropecuários.

5) Produzir matérias-primas agropecuárias a nível capaz de garantir o abastecimento da indústria nacional.

6) Colaborar com o MIRAD a fim de viabilizar o processo de Reforma Agrária.

Para se atingir os objetivos citados, requer-se as seguintes prioridades:

“elevar o nível da produtividade das atividades agropecuárias, através do emprego de tecnologias adequadas às condições reais existentes nos diversos ecossistemas do país, utilizando-se do planejamento por bacias e microbacias hidrográficas;

ampliar e intensificar as áreas de irrigação e eletrificação rural, como instrumento para elevar a produtividade, dar segurança à produção e fixar o homem na atividade agropecuária produtiva e rentável;

estender a rede de armazenagem, com prioridade para o Programa de armazéns comunitários;

ampliar a utilização de sementes selecionadas, através da intensificação do programa de produção e distribuição de sementes melhoradas da SNAP, EMBRAPA e EMBRATER; garantir de preços mínimos que cubram os custos operacionais;

estabelecer novo sistema de financiamento da agricultura que atenda às necessidades e os riscos inerentes aos diversos processos produtivos e aos diferentes tipos de agentes sociais;

democratizar a formulação de políticas e a tomada de decisão referentes à agricultura e ao abastecimento;

estabelecer uma política de biotecnologia para a agropecuária; instituir o zoneamento agroecológico para o País.” (15)

Evidentemente, estes são aspectos que devem constar de um Plano de Desenvolvimento Agrícola. Pela sua própria natureza, a Constituição não pode incluir muitos aspectos da vida econômica e social, caracterizados pela mobilidade dos recursos e a necessidade de reajustes frequentes para a obtenção dos objetivos pré-estabelecidos.

Entretanto, para assegurar ao setor agrícola e a sociedade como um todo garantias de um desenvolvimento harmônico, alguns aspectos da política agrícola podem constar da Carta Magna.

Dentre estes aspectos, dois são de maior importância:

a) garantir a propriedade privada da terra, ressaltando no entanto seu valor social com a finalidade de permitir a reforma agrária e a adoção de medidas conservacionistas quando necessárias;

b) estabelecer que o Executivo, ao início do Governo, deve apresentar seu plano plurianual para o setor agrícola, ao Congresso, devendo este apreciá-lo e, periodicamente, promover seu acompanhamento e avaliação. É essencial que o agricultor disponha de uma política de médio prazo e que esta política seja examinada por um Congresso capaz de influir na elaboração e condução da mesma.

Além destas duas medidas, essenciais ao estabelecimento de sua política agrária adequada à situação brasileira, podemos sugerir alguns itens de interesse para o setor agrícola:

a) Que aos Estados seja permitido legislar sobre conservação dos recursos naturais, bem como a utilização, produção e comercialização de agrotóxicos e demais insumos químicos.

b) Os preços mínimos e as normas de crédito e seguro agrícola devem ser divulgados no mínimo seis meses antes do início do plantio da safra a qual se referem

c) Os recursos destinados à pesquisa agrícola, efetuados por órgãos do governo, universidades ou fundações, oriundos de dotação orçamentária, não devem ser inferiores a 10% do Produto Interno Bruto do setor no ano imediatamente anterior.

d) Todo município cuja receita da agricultura compreenda mais de 60% da receita total deverá contar com escola técnica agrícola, de 1º ou 2º graus.

e) Ao produtor agrícola que, comprovadamente, investir na recuperação e preservação do meio ambiente, será concedido desconto proporcional no imposto devido, conforme regulamentação a ser baixada pelos Ministérios da Fazenda, da Agricultura e do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

Evidentemente, estas sugestões abrangem apenas alguns aspectos que poderiam ser incluídos quando da elaboração da Nova Constituição. Acreditamos que o setor agrícola, através de suas entidades de classe e dos seus representantes no Congresso Nacional, contribuirá para que a Constituição a ser elaborada proporcione, aos agricultores e a totalidade da sociedade, sólidas bases para o desenvolvimento futuro do País.

Referências Bibliográficas

1. ———; **Mercado Mais Fértil para o Setor de Adubos**, Dirigente Rural, vol. XXV, nº 7, julho 1986, pág. 8 a 10.
2. ———; **A Evolução Recente da Produção e do Consumo**, Ciência Hoje, vol 4, nº 22, janeiro/fevereiro de 1986, pág. 50 a 52.
3. SECOM/MA — **I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República — Agricultura — Diagnósticos**; Brasília, Ministério da Agricultura, junho de 1985, pág. 19 a 20.
4. Idem, pág. 27/28.
5. Idem, pág. 21/22.
6. Idem, pág. 04/05.
7. Melo, Fernando H; **Prioridade Agrícola. Sucesso ou Fracasso?**, São Paulo, Pioneira, 1985, pág. 7.
8. Idem, pág. 11.
9. Castro, Ana Celia et alii; **Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira, Síntese das Transformações**, Brasília, BINAAGRI, 1978, Parte II, pág. 63 a 89.
10. Lopes, Mauro de Rezende; **A Intervenção do Governo nos Mercados Agrícolas do Brasil, O Sistema de Regras de Interferência no Mecanismo de Preços**, Brasília, Companhia de Financiamento da Produção, 1986, pág. 9.
11. SECOM/MA; *ibidem*, pág. 13.
12. Lopes, Mauro de Rezende; *ibidem*, pág. 32 e 33.
13. SECOM/MA; **Ações do Ministério da Agricultura no Primeiro Semestre de 1986**, Brasília, Ministério da Agricultura, 1986, pág. 33.
14. ———; **Mercado Mais Fértil para o Setor de Adubos**, Dirigente Rural, vol. XXV, nº 7, julho de 1986, pág. 8 a 10.
15. Ministério da Agricultura; **Diretrizes para uma Política Agrícola Nacional**. Ano 2000, Brasília, Ministério da Agricultura, 1986, pág. 18 e 19.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária de segunda-feira, a seguinte.

ORDEM DO DIA

1

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1986 (nº 7.679/86, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que atribui ao Tribunal de Contas da União, a partir do exercício de 1986, a fiscalização da aplicação pelos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, inclusive por suas entidades da Administração Indireta e Fundações, das transferências de recursos federais, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 1.024, de 1986, da Comissão — **de Finanças**.

2

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 254, de 1986, de iniciativa do Presidente do Tribunal Federal de Recursos, que altera a redação do art. 4º da Lei nº 7.007, de 29 de junho de 1982, e dá outras providências. (Dependendo de parecer.)

3

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 10, de 1987 (apresentado pela Comissão de Legislação Social, como conclusão de seu Parecer nº 1, de 1987), que autoriza o Governo do Estado do Pará a alienar à Empresa Santa Marta Agroindústria Ltda. terras públicas de sua propriedade localizadas no Município de Moju e medindo até 12.000 ha (doze mil hectares), tendo

PARECERES, sob nºs 2 e 3, de 1987, das Comissões:

— **de Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade; e — **de Agricultura**, favorável.

4

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 16, de 1987, de autoria do Senador Louremberg Nunes Rocha, que altera a Resolução nº 1, de 1987, do Senado Federal, que estabelece normas de elaboração legislativa durante o período de funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte. (Dependendo de parecer.)

5

Mensagem nº 109, de 1983 (nº 193/83, na origem), submetendo à apreciação do Senado Federal processo de interesse do Senhor Horácio Sabino Coimbra, que trata da ratificação de alienação de terras devolutas, situadas na faixa de fronteira, efetuada originalmente pelo Estado de Mato Grosso. (Dependendo de parecer.)

6

Mensagem nº 337, de 1986 (nº 468/86, na origem), relativa à proposta para que seja autorizado o Governo do Estado de Rondônia a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 150.000,00 OTN, para os fins que especifica. (Dependendo de parecer.)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)
— Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JOÃO MENEZES NA SESSÃO DE 4-5-87 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. JOÃO MENEZES (PFL — PA. Como Líder.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Antes de iniciar o meu pronunciamento, quero aqui expressar a grande alegria do Partido da Frente Liberal ao ver retornar aos nossos trabalhos o Senador Marco Maciel. Fica aqui o nosso abraço e a nossa certeza de que S. Exª irá trazer uma contribuição muito efetiva, nesta hora difícil que o País atravessa.

Mas, começando, Sr. Presidente, o nosso pronunciamento, queremos ler, a capa da revista **Visão**, do dia 29 de abril, que diz o seguinte:

"Brasil 87. Queda dos investimentos e do consumo. Insolvências. Falta de matérias-primas e taxas de juros estratosféricas, complementado com a crônica indefinição política. Esse é o quadro de um país no caos."

Sr. Presidente, realmente, nesta hora o País atravessa uma fase de grandes dificuldades, de grande incompreensão e, sobretudo, no nosso entender, de uma grande falta de interesse público.

Se examinarmos, verificaremos que, na verdade, as nossas reservas em dólares que chegarem a 11 bilhões; hoje estão quase no fundo do poço. A nossa dívida interna é avassaladora. Ultrapassou todos os índices que se possa pensar e com isso traz um desconcerto no País, porque todos aqueles que trabalham para os órgãos públicos não recebem o resultado do seu trabalho, não recebem o resultado dos seus serviços nem o preço dos materiais e empregados e com isso fica tudo paralisado, e tudo sem andamento.

O Sr. Nelson Carneiro — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JOÃO MENEZES — Pois não!

O Sr. Nelson Carneiro — V. Exª me permita que eu interrompa, quando V. Exª já deixou expressa a sua manifestação pelo retorno a esta Casa do Ministro Marco Maciel e já focalizava outro assunto. Permita-me voltar ao inicial. Ao referir à presença do Ministro Marco Maciel em nossas Bancadas, depois de haver exercido os altos cargos que lhe foram destinados pelo Governo Federal, eu gostaria de acentuar que todos nós saudamos a Marco Maciel, com a maior efusão. Mas, curiosamente, lamentamos que desta Casa se tenha afastado aquele trabalhador infatigável, constante, que é o Senador Nivaldo Machado. Estou certo de que os que acompanharam S. Exª lastimam que Pernambuco não tenha direito a quatro Senadores, quebrando a tradição e a Legislação

brasileira, porque, de tal forma, o Senador Nivaldo Machado se impôs ao reconhecimento, à amizade e ao apreço dos que com ele conviveram, que todos nós saudamos a volta de Marco Maciel, ao mesmo tempo em que lastimamos a ausência de Nivaldo Machado. Ele foi, durante dois anos, nesta Casa, não só no Plenário como nas Comissões, um Senador eficiente, trabalhador, atento e deu a esta Casa e ao País uma valiosa contribuição. Neste momento em que, por haver reassumido o cargo o nobre Senador Marco Maciel, Nivaldo Machado se afasta, queria deixar nos anais e no discurso de V. Exª este misto de alegria por voltar Marco Maciel e este misto de pesar por ter saído daqui Nivaldo Machado.

O SR. JOÃO MENEZES — Muito grato pelo aparte de V. Exª, que já antecipou o que eu guardava para o final do meu discurso para prestar homenagem ao nosso colega.

O Sr. Divaldo Suruagy — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JOÃO MENEZES — Concedo o aparte a V. Exª

O Sr. Divaldo Suruagy — O Senador Nelson Carneiro traduziu, com muita fidelidade, as emoções que dominam a todos nós com assento nesta Casa. O Senador Marco Maciel se fez credor do respeito e da admiração do povo brasileiro, não só pela sua atuação ministerial mas, principalmente, como grande legislador que foi na Assembleia Legislativa, na Casa de Joaquim Nabuco, lá na Cidade do Recife, Deputado Federal, Presidente da Câmara, Senador da República. Mas, ao mesmo tempo que nós nos sentimos invadidos pela alegria do seu retorno, também nos sentimos dominados pela tristeza da perda, um dos melhores Senadores que Pernambuco poderia ter mandado para o Senado, que foi o Senador Nivaldo Machado. Nivaldo, que foi Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, é um daqueles homens obstinados, batalhadores que conseguiu o respeito e a admiração de todos os seus pares graças à sua dedicação e ao seu espírito público. Quero comungar das palavras do Senador Nelson Carneiro e dos votos de boas-vindas expressos por V. Exª, Senador João Menezes.

O SR. JOÃO MENEZES — Muito obrigado a V. Exª.

Mas, Sr. Presidente, continuando, dizia eu que a nossa dívida interna alcança um teto estarrecedor e com isso há uma paralisação enorme no País pela falta de trabalho, pela falta de aplicação da atividade de muitos brasileiros.

A desordem econômica, financeira e política está acentuada em todos os quadrantes. Não há um da vida pública que não esteja, sendo carcomido pela desordem econômica, financeira e política.

A parte social também está numa situação degradante. Greves a todo momento, a toda hora, e o nosso Ministro do Trabalho, Sr. Almir Pazianotto, homem que veio de São Paulo, e é também do PMDB, vai deixando a coisa correr, passando por bom moço, sem exercer, na realidade, as funções de alternador, as funções de regulador das ações entre empregados e trabalhadores.

Todos esses assuntos poderiam ser resolvidos normalmente, sem maiores consequências, e, pe-

lo contrário, passam a ocupar os órgãos de divulgação, dando uma demonstração de que os Partidos políticos não encontram dimensão de grandeza em suas cúpulas.

O Sr. Marcondes Gadelha — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JOÃO MENEZES — Muito me honra o aparte de V. Exª

O Sr. Marcondes Gadelha — Nobre Senador João Menezes, quero associar-me ao entusiasmo de V. Exª pela volta a esta Casa do eminente Senador Marco Maciel e, bem assim, pelo seu retorno ao comando do Partido da Frente Liberal. Inegavelmente, trata-se de um Líder de extraordinária qualificação, que já passou por quase todas as instâncias da vida pública, e chega num momento extremamente oportuno, quando a Assembléia Nacional Constituinte começa a moldar o novo sistema econômico, político e social do País, começa a estabelecer o modelo de convivência social que vamos legar para os nossos filhos e para os filhos de nossos filhos. Este é o momento oportuno e o PFL, inclusive, começa a manifestar-se hoje com uma proposta concreta, quase que um modelo inteiro de Constituição, que será conduzido, também pelo Senador Marco Maciel quando assumir definitivamente as suas funções à frente do Partido. V. Exª levanta um outro tema de grande oportunidade, que é a crise política, econômica e social que o País está vivendo. Acredito, Senador, que V. Exª abre uma fileira nova de discussões, que é sobre o envolvimento mais direto da classe política com essa crise que nos engolfa a todos. A crise não é só do Poder Executivo. A crise não é só da economia. A crise não é só dos empresários e nem é dos trabalhadores. A crise é da sociedade como um todo. Temos, os políticos, que assumir, nesse momento, posições corajosas. É isso que se exige. Estamos vivendo uma fase de recessão. Mas não podemos deixar que essa recessão econômica se transforme em uma depressão psicológica e todos comecem a sentar no meio-fio para chorar, sem apresentar propostas concretas de solução para o drama que estamos vivendo. Tenho absoluta certeza que com esta convocação de V. Exª, que com esta invocação à responsabilidade coletiva da classe política, teremos eco nas duas Casas do Congresso. Teremos eco em todas as Câmaras de Legisladores deste País. E, certamente, a sociedade se envolverá com um problema que tem que ser resolvido por nós mesmos. Creio, nobre Senador, que a fase de turbulência começa a amainar. Creio que a fase de dificuldade, esta fase tempestuosa que acabamos de viver, por conta de mudança nos Ministérios, tende agora a ceder lugar para o bom senso, para a razão e para o entendimento. O Presidente da República foi o primeiro a fazer este apelo para que nós venhamos a esquecer as nossas divergências e as nossas dificuldades em nome de uma causa maior que está em jogo que é a da transição democrática e, mais ainda nobre Senador, da própria consolidação da democracia como idéia, força, capaz de realizar o progresso e o desenvolvimento. Porque esta é a questão de fundo que está em jogo, neste problema. É a crença na democracia como instrumento de realização do progresso. Se este modelo democrático que está sen-

do montado não conseguir realizar o que vem sendo esperado por brasileiros e brasileiras durante anos a fio, não tenha dúvida nenhuma, nobre Senador, logo começará a descrença dos próprios valores da democracia a minar, a solapar as bases da sociedade, levando a uma tendência para uma ressurreição do autoritarismo, do caudilhismo, do populismo ou de outras formas que acabam definitivamente por negar acesso à participação popular.

O SR. JOÃO MENEZES — Fico muito honrado com o aparte de V. Exª, que, realmente, apanha um trecho inicial do nosso discurso. Vamos ver se nós podemos entrar realmente na tese que nós propomos a defender aqui nesta tarde.

Falamos no Partido. Queremos dizer, antes de continuarmos que o Presidente José Sarney tem tido uma enorme paciência, bom senso e uma habilidade para atravessar esta fase que vem sendo assaltada pelas disputas de interesses personalísticos. Ele tem tido toda paciência, ele tem tido todo cuidado, porque os interesses pessoais, os interesses individuais vão se chocando a cada instante e a cada momento, criando dificuldades, sobretudo, perante a opinião pública, como se fossem casos da maior importância quando, às vezes, são meras questões de lana-caprina.

Quando falei na parte econômico-financeira e política, queria atribuir a responsabilidade ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro. E não quero atribuir essa responsabilidade à-toa. É porque toda a organização econômico e financeira do País foi ditada, e é ditada até o presente momento, exclusivamente, pelo Movimento Democrático Brasileiro. Isso ninguém pode negar.

O Plano Cruzado estava aí, o Plano Cruzado que o Presidente fez numa hora difícil, para tirar o País das dificuldades — o Plano Cruzado I — que duraria, talvez, de 90 a 120 dias, por causa da influência do PMDB, através dos órgãos das finanças públicas, através de todos os órgãos de representação que ele — PMDB — tem no Governo, não deixaram que esse plano terminasse onde deveria e o prolongaram até a eleição e montaram este esquema para ludibriar o povo e obter o resultado enganoso perante eleitorado e conseguiram atingir seus objetivos.

Não procuraram saber quais os meios, mas procuraram saber quais os fins: os fins eram obter o resultado eleitoral; os meios, a situação difícil que o povo brasileiro está atravessando.

Esta responsabilidade o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, por aqueles que o representam na cúpula financeira, na cúpula econômica e na cúpula social, não podem tirar das costas, porque são os grandes e únicos responsáveis pelo desgaste que temos tido até hoje.

O Plano Cruzado II só conseguiu aparecer quando? Depois que o PMDB tinha ganho as eleições em quase todos os Estados da Federação, tinha saído vitorioso em quase todos os Estados é que veio esse Plano Cruzado II, do qual ele já procurou retirar a sua responsabilidade, quando continua e pretende continuar com a direção econômica e financeira. Acredito até que não seja o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, na sua integração total, mas um grupo o está fazendo assim, está usando o Poder, está enganando o povo, criando dificuldades a todos os momentos.

Eu me lembro, ainda, quando assumiu o Ministério do Planejamento, o Dr. João Sayad. Ele assumiu com aquela sua pose de homem de uma "sorbone tupiniquim", pensando, talvez, que com aquele seu aspecto, com aquela sua barba, vinha trazer para o povo conhecimentos que este não possuía. Ele não tinha nenhum conhecimento das necessidades populares; podia conhecer as necessidades do seu gabinete, mas de relacionamento com o público nada sabia, e nos levou a esse estado de insolvência em que, sobretudo e principalmente, a classe média tem sido sufocada e a classe pobre vem sofrendo as maiores dificuldades.

O desrespeito do PMDB e de alguns dos seus governadores para com o Presidente José Sarney é terrível...

O Sr. Carlos Chiarelli — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JOÃO MENEZES — Darei, daqui a pouco, o aparte a V. Exª

Queria dizer o seguinte: que os governadores se esquecem que tinham os seus bancos estaduais, quase todos, no vermelho, e ninguém respeitava o Presidente. Todo mundo quer que o Banco continue como em alguns Estados, no vermelho e que o governo continue a dar dinheiro, que continue a fazer todas aquelas ajudas aos que estão em dificuldades, e por essa razão pressionam o Presidente, por essa forma direta ou por uma forma indireta. Esta é a grande realidade.

Aqui está, por exemplo, o jornal **O Globo**, que noticiou o desrespeito total do Presidente do PMDB. Quando se tratou de nomear um homem para o Governo, dizia ele aos jornalistas: " Perguntem ao cidadão José Sarney. Conhecem ele?" Ora, meus amigos, não pode haver mais desrespeito do que uma coisa como esta por parte de um homem que tem sido beneficiado e que tem beneficiado seu Partido por todos os meios, formas e fundos.

Eu me honraria muito com o aparte do meu Líder.

O Sr. Carlos Chiarelli — Estimado e ilustre Senador João Menezes, estamos a ouvi-lo sobre tema absolutamente pertinente. Gostaria apenas de, no ensejo de sua manifestação e da análise que faz sobre a realidade político-partidária do País, lembrar que não somos dependentes da Aliança Democrática hoje, como alguns querem fazer ver. Nós somos, na verdade, sustentáculos da Aliança Democrática. Não estamos neste contexto de coligação em razão da obtenção ou da possibilidade de usufruir cargos. Estamos, nesta composição de forças, ajudando a preservar, em nome dos interesses maiores do País, uma transição tranquila e democrática; estamos dando sustentação política forte a um Governo numa hora em que, efetivamente, a democracia ainda é adolescente; estamos não pelos cargos, mas conscientes de que temos um encargo, e o encargo é dar condições, estrutura, força e vigor a essa Aliança Democrática. Temos compromissos com a transição, com a democracia, com a Nova República, e particularmente, com o Presidente José Sarney, neste momento de dificuldades, de enormes dificuldades decorrentes de um quadro de política econômica extremamente indefinida e insegura, que nós nunca ditamos, pela qual nunca fomos responsáveis, mas que temos, em termos de coesão,

num processo de postura harmônica partidária, dando cobertura. Nós, em nome desta ligação afetiva e efetiva com o Presidente, estamos a assegurar ao Governo a estabilidade de apoio político-partidário, sobretudo Parlamentar, porque nós somos uma bancada unida, nós sabemos quantos somos; não somos uma maioria formal formada de várias minorias, que na prática deixam de ser uma maioria real. Este é um aspecto importante neste processo. Não somos, como alguns parecem querer dar a entender, sobretudo alguns Governadores, talvez, sob o impacto de uma vitória obtida em função não do cabo eleitoral mas do general eleitoral José Sarney, de quem agora pretendem se descartar, que, na verdade, foram muito mais instrumento do que sujeitos ativos dessa vitória, posseiros, invasores ou intrusos do Governo. Dele compartilhamos por direito de conquista. Nós asseguramos a viabilidade do Governo, nós o elegemos, e sem os nossos votos não seria governo. Nós demos mais do que isto, por direito de conquista: nós asseguramos a este Governo a maioria nas cotações parlamentares, por sermos claramente um partido unido, onde prevalece a unidade nem sempre a quantidade. Quem foi indispensável para eleger, quem dá sustentação coesa e confiável para administrar, tem titularidade no Poder, ao qual não chega como carona ocasional nem vai ser desembarcado por amuos de grupelhos inconformados e regionais. Estranhamente fala-se e ameaça-se com diretas. Quem tem medo dessas eleições diretas? Nós, partidariamente, não, não temos o menor receio. Mas será bom para o País que elas ocorram já? Será bom que nós as tenhamos antes de sequer termos tomado a postura de definir o sistema de governo? Eleger quem, quando e para quê? Com que poderes, com que atribuições, em que sistema de governo? Será que não há um mínimo de relação de causa e efeito no processo dessa proposta? Ou será que nos esquecemos — nos esqueceremos é força de expressão retórica — ou será que se esqueceram, aqueles que estão a postulá-las para novembro deste ano, para março do ano que vem, para junho do ano que vem; que foram eleitos para uma Constituinte, que ela era, até bem pouco, aquilo que se disse ao povo: prioridade intransponível da História, e que já estamos começando a escrever as primeiras palavras desse texto constitucional? Será que estão pensando que vamos considerar biodegradável a Constituinte? E vamos transformar os Constituintes todos em cabos eleitorais e postergá-la do processo histórico brasileiro? São estas as questões que me assomam numa hora como esta, quando vejo alguns, querendo parlamentarizar selvagememente o presidencialismo, ameaçarem o Presidente da República como encurtamento agressivo do seu mandato, como se esse mandato estivesse indexado politicamente ao êxito de uma política econômica cuja responsabilidade é dos próprios detratores. É fantástico o processo; alguém é autor do espetáculo, ator do espetáculo, e senta na primeira fila da platéia para vaiar aquele que desempenha o papel que ele próprio escreveu. É verdade, ou querem entrar de carona. Essa transformação, essa transfiguração do réu em vítima é que realmente me assombra nesta hora. E para que não fiquemos, meu ilustre Senador João Menezes, a vender ilusões para o povo é que faço este simples e transitório registro. É pre-

ciso que se fale a verdade sobre a necessidade de medidas concretas, e não da idéia de vender ilusões, fantasias, mitos e campanhas eleitorais para formar novos mitos, e assim continuar postergando um processo de soluções.

O SR. JOÃO MENEZES — Muito obrigado a V. Ex^a pelo aparte. Que realmente trata de um posicionamento não só do PFL, como também da classe política em nosso País.

Mas vou continuar honrado que estou com os apertes que me estão sendo dados, para ver se chego pelo menos ao meio da tese a que me proponho a defender.

O que quero dizer é o seguinte:

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro ganhou as eleições sob a proteção do Presidente José Sarney e agora quer obter vantagens: não aceita e impõe ministros. Esta é a grande realidade, o PMDB ganhou porque o Presidente José Sarney o levou à vitória, deu todos os instrumentos, sacrificou-se, e levou o Partido à vitória. E a cúpula do Partido, que não é a totalidade, parece que não entende isso.

Aqui está, por exemplo, o caso da quase nomeação do Sr. Tasso Jereissati para o Ministério da Fazenda. O que aconteceu? Aqui está a notícia no jornal **Correio Braziliense**, "Tasso denuncia o veto de Ulysses. Acusa o Presidente do PMDB de antidemocrático e desarticulado". O **Jornal do Brasil** diz: "Tasso critica amigos pessoais de Ulysses". E faz um estudo sobre a situação do grupo de Porto Galo em Angra e no Lago Sul de Brasília. Tem mais:

"Sem o apoio do PMDB, Tasso Jereissati recusa convite para substituir Funaro. Também a citação do nome do Ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares, para a chefia do Gabinete Civil não agradou à cúpula peemedebista."

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — (Fazendo soar a campanha) — Solicitaria ao orador que cumprisse o tempo, em respeito ao grande número de inscritos na lista de oradores.

O SR. JOÃO MENEZES — Vou cumprir, Sr. Presidente. Mas, gostaria que V. Ex^a entendesse que houve uma homenagem aqui ao Senador Marco Maciel e o meu tempo foi quase todo tomado, preciso, pelo menos, armar o esquema do discurso a que me propus fazer.

Gostaria, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de falar sobre a imposição do Ministro da Fazenda. Impôs-se um novo Ministro da Fazenda, como se já não bastasse o que existia e que nos deixou essa herança — ele era um homem do PMDB. Sei que dói dizer isto, mas é preciso, porque é a verdade nua e crua. E, agora, nos impuseram um novo Ministro do PMDB.

Eis o que diz o jornal **Correio Braziliense**: "Ulysses impõe Bresser". Está aqui outro que diz: "Ulysses decide indicar Bresser". A **Folha de S. Paulo**: "PMDB exige o cargo do Ministro da Fazenda".

V. Ex^a vêem que estamos procurando falar sobre um assunto interessante e que precisa ser posto a público. Temos que estar de escalpelo em punho, mostrando o que está acontecendo. Este País não pode ser governado por um grupinho do PMDB. Queremos o acordo da Aliança Liberal; queremos o respeito mútuo; queremos

que para ela venham outros Partidos: o PSB, o PDS, o PTB, o PDC e outros. Vamos todos nos unir, numa luta em defesa deste País, em defesa desta Nação, em defesa desta população que está sendo sacrificada, humilhada por medidas que não lhe atendem as menores necessidades.

Tivemos, finalmente, a escolha do Ministro do Interior. Ele é do PFL, foi escolhido como homem do PFL, é um homem do Nordeste e do PFL. E que mal há nisso? Todo mundo já se levantou contra o Ministro, e vou mostrar para V. Ex^a, estão aqui os jornais. Desta maneira, o nosso País está andando por caminhos tortos.

Devemos ter a coragem de enfrentar esses ataques e dizer a verdade. Foi nomeado um Ministro de Pernambuco, homem de Pernambuco, indicado pelo PFL. Então, se briga, se grita, se reclama, porque ele é do PFL ou porque terá uma grande área de ação política? O Ministério está diminuído: tem a SUFRAMA, a SUDENE, a SUDCO, a SUDAM, têm os "banquinhos", têm os índios... Será que para nós do PFL, ficarão só os índios? (Risos.) Não, estão reclamando por causa do Ministro nomeado ou será que ninguém quer um homem do Nordeste? O PMDB, pela sua cúpula, não o Partido, repeliu um homem do Nordeste para o Ministério da Fazenda. Agora, está brigando por outro que é do Nordeste, que é de Pernambuco, e não querem. Por quê? Porque pode ser que ele tire o Superintendente da SUDENE, em Pernambuco.

Mostro aos amigos da Liderança do PMDB o que diz o **Jornal do Brasil**: "Sarney pergunta se Costa Couto é do PMDB". Teve que perguntar! (Risos.) Diz mais o seguinte: "Arraes ameaça romper com o Governo Sarney". Por quê? Porque vai nomear um homem de Pernambuco, e o Arraes ameaça romper. Está aqui: "Carlos Wilson, desolado, reclama de Ulysses e culpa-o pela sua decepção" — e diz "gato e sapato" de Ulysses, aqui, neste jornal.

Então, não serve por que é do Nordeste e também do PFL? Por que não pode exercer? Por que há a ameaça de que a SUDENE venha para o PFL, que a SUDAM venha para o PFL, que a SUFRAMA venha para o PFL, que esses banquinhos e os índios venham também para o PFL? Ou é por causa do homem? A briga é por causa dos lugares ou por causa do Ministro? Quería saber o que é, onde está a verdade? Se a briga é por causa do Ministro ou se é pelos lugares. Este é o ponto da questão. Temos que levar ao conhecimento da opinião pública, que tem de saber desses fatos para não continuar sendo enganada e no engodo.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro. Fazendo soar a campanha.) — Lembramos ao orador que o seu tempo já excedeu em mais de 50%.

O SR. JOÃO MENEZES — Vou terminar, Sr. Presidente.

O Partido da Frente Liberal, pela sua Bancada no Senado da República, já se decidiu a defender aquilo que a Constituição determina, que é o mandato de seis anos. É o que está escrito na Constituição, e nós, Senadores, assinamos um documento em defesa deste fato. Porque há uma confusão geral, como disse o nobre Líder, Senador Carlos Chiarelli, quando me aparteou: querem eleições diretas, querem eleições em novembro,

querem eleições em março, em fevereiro... O que querem mesmo é dar um golpe branco. E nós, do PMDB — e digo nós, porque fui fundador do PMDB, trabalhei com ele em todas as horas difíceis — queremos agora dar um golpe. Dar um golpe como? Acabando com o mandato do Presidente, um golpe branco. Não deixa de ser um golpe branco falar-se das diretas, e reduzir o prazo do mandato do Presidente agora, em cima dessa confusão toda que aí está, não tem cabimento. Para vermos que não tem cabimento, até Dom Luciano já se manifestou, pela dificuldade que teríamos em fazer uma eleição direta imediata, neste País — está que é a realidade. Mas, o que se quer é o seguinte: é o lugar do Presidente da República. Vamos arranjar uma forma? Qual seria a forma? O Presidencialismo é difícil porque para o Presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, que é meu amigo, em São Paulo está difícil. Está difícil porque estão na sua frente o Sr. Fernando Henrique Cardoso, o Sr. Orestes Quêrcia, o Sr. Mário Covas e o Sr. Almino Afonso. (Risos.) Então, não dão vez para que S. Ex.^a, seja para Governador ou para Senador, cargos para os quais o Deputado Ulysses Guimarães vem lutando há muitos anos. Esta que é a grande realidade. Logo, eles têm que arranjar uma situação. Qual é a situação? Talvez, transformar isto num Parlamentarismo, em que elege-se o Primeiro-Ministro, os outros Ministros serão destituídos ou não do Governo, de acordo com o que for decidido pelo Congresso, contanto que não se mexa no Primeiro-Ministro.

O Sr. Leite Chaves (PMDB — PR) — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOÃO MENEZES (PMDB — PE) — Pois não! Ouço o aparte de V. Ex.^a

O Sr. Leite Chaves (PMDB — PR) — (Início fora do microfone.) — Embora tenha por V. Ex.^a um grande respeito, eu não concordo, absolutamente, com V. Ex.^a e creio que V. Ex.^a não está falando com seriedade, sobretudo quando pertenceu, no passado, ao PMDB. V. Ex.^a soube como nós nos formamos e como nos constituímos...

O SR. JOÃO MENEZES (PMDB — PA) — Soube...

O Sr. Leite Chaves (PMDB — PR) — ...e o que foi que V. Ex.^a viu?

O SR. JOÃO MENEZES (PMDB — PA) — ...e sei como estão agindo, eu sei tudo e posso falar. Se me provocar muito eu vou falar, eu sei como tudo foi feito. Agora, o que eu não posso é me sujeitar...

O Sr. Leite Chaves (PMDB — PR) — Nobre Senador, se V. Ex.^a me concedeu o aparte, tenha a fineza de ouvir-me...

O SR. JOÃO MENEZES (PMDB — PA) — Se V. Ex.^a der o aparte normal, dentro do respeito ao Senado, caso contrário, não dou.

O Sr. Leite Chaves — Então, nobre Senador João Menezes, veja V. Ex.^a que a Nação brasileira através do PMDB quase chegou ao poder com as nossas teses. Faleceu, entretanto, o Presidente Tancredo Neves. Quer dizer, é um País de contradições, de antíteses. Chegamos a esta situação. Somos nominalmente governo — apenas nominalmente — mas não participamos efetivamente

do Governo. Por quê? Porque o nosso programa não está sendo cumprido, observado. Então, V. Ex.^a procura subestimar os anseios nacionais. O que é que se deseja, agora? Um parlamentarismo presidencialista. Acabou a fase de presidencialismo. O Rui Barbosa, que esteve nesta Casa durante muitos anos, passou a velhice arrependido de o ter introduzido no País. Ele viu que o presidencialismo é uma escola de formação de tiranos, de despotas e, aqui, no Brasil causou esse tipo de regime com quem? Com o caudilhismo do Sul e o sentimento militarista comum à América Latina. Hoje, a Nação se conscientizou e viu que a grande alternativa é esse parlamentarismo misto que a própria Nação indicou para o País, através dessa Comissão presidida pelo Senador Afonso Arinos, organizada pela Nação e por ela custeada. Custeou-a para fazer um anteprojeto que apresentava um mínimo ético político, e um mínimo ético social para essa realidade. Digo que essa nova forma de regime vem calhar, vem se ajustar à realidade que passamos a viver como uma luva à uma mão em desespero.

O SR. JOÃO MENEZES — Muito grato a V. Ex.^a A questão é que não estou aqui dizendo que o parlamentarismo é ruim. O que estou dizendo é que não se pode arranjar uma fórmula para aguentar e resolver o problema pessoal de três ou quatro pessoas. Isso é que não pode, pois não é parlamentarismo. O parlamentarismo é um sistema sério, importante, é um sistema de Governo e não um arranjo.

Mas continuando, Sr. Presidente, quero terminar, dizendo que não se aborrega comigo, porque sou do Norte e hoje ninguém quer os nortistas. Tudo que é do Norte é cortado, é vetado.

Vou terminar este pronunciamento de hoje, embora não tendo podido chegar à minha tese principal, mas vou terminá-lo dizendo que se eu pudesse e tivesse facilidade de falar com o Presidente da República eu diria: "Presidente José Sarney", não mexa mais em ministro algum, fique com os ministros que são de sua confiança. Agora, se os ministros estiverem trabalhando para eles, não para Vossa Excelência, então os mude. Os ministros do Presidente não podem estar pedindo uma coisa contra o Governo. Ah! Isso não pode, isso não dá! Mas, aqueles que forem seus amigos, fique com eles, pois não vão reclamar. Porque todos que Vossa Excelência põe reclamam daqui, cada um quer puxar a brasa para sua sardinha. Então, fique com os de sua confiança, trabalhe com eles. Coloque este País para a frente. Vossa Excelência tem sustentação do PFL, tem sustentação dos homens responsáveis do PMDB, tem do PDS, do PTB do PDC e do PDT enfim de todas a classe política. Ponha este País para a frente. O que precisamos é, realmente, uma confraternização geral, precisamos deixar dessa luta personalística de cada um em querer uma pontinha para si e se esquecendo dos interesses públicos. Isto é que nós precisamos.

Renovo o apelo que fiz no dia da comemoração do aniversário de morte do Presidente Tancredo Neves, que a Aliança Democrática se junte, e funcione com o PMDB, com o PFL e que os outros partidos venham também para cá, pois este País precisa de tranquilidade.

Sr. Presidente, finalizando peço que faça transcrever nos anais da nossa Casa o artigo de hoje de **O Globo**, intitulado "O Brasil não pode pagar

o preço da insensatez". É um artigo de muita importância, de muita profundidade e que precisa ficar registrado nos anais desta Casa, para a história.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Senadores e me desculpem a demora.

Era o que tinha a dizer. (Palmas!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JOÃO MENEZES EM SEU DISCURSO: BRASIL NÃO PODE PAGAR O PREÇO DA INSENSATEZ

Sarney tem-se mantido fiel ao PMDB. Até agora.

Em fevereiro de 86, quando a comissão executiva do partido foi surpreendida pela instituição do cruzado, o Presidente entregou o sucesso e a consagração popular à legenda da agremiação.

Foi exatamente com essa bandeira que o partido se apresentou às urnas.

Quando se tornaram necessários ajustamentos no Plano Cruzado para evitar que ocorressem as atuais dificuldades com inevitável inflacionária, o Presidente atendeu veementes apelos dos candidatos peemedebistas a fim de que as medidas corretivas só fossem tomadas após 15 de novembro.

Obtida a vitória eleitoral, o Governo desencadeou a correção de rumos na economia. Os líderes do PMDB assumiram então uma posição de crítica à delonga de providências, esquecendo-se de que eles mesmos a haviam solicitado.

Agravada a crise, apresentaram-se para escolher o novo ministério. Em princípio, estabeleceram que a cada pretendente não bastava ser membro do PMDB. Era preciso constar de uma lista de indicações, na qual é de justiça reconhecer que se incluíam os nomes notoriamente mais adequados.

Numa postura de comedimento alicerçada na tranqüila consciência da sua autoridade e dos comandos de que dispõe, Sarney empenhou-se em conciliar os interesses do País com os de partido.

Aconteceu que surgiram divergências entre elas partidárias. O resultado é conhecido. Iniciou-se a reforma ministerial com uma carência de credibilidade cujas causas estão menos no Palácio do Planalto que nos conciliábulos e disputas dos que querem ser ministros ou padrinhos de ministros.

Na escalada de ambições, não tardaram a surgir os que sonham com a Presidência da República tão sofregamente que não podem sequer aguardar as decisões da Constituinte. E nesse sentido, passaram a apregoar que não adianta mudar os auxiliares do Presidente, já que para se restabelecer um clima de esperança na retomada do desenvolvimento social e econômico do País, impõe-se um golpe de Estado contra José Sarney, afastando-o do poder.

Os golpistas falam em "Diretas já". Não precisavam repetir esse slogan ultrapassado, pois em virtude de mensagem enviada ao Congresso pelo próprio Sarney em 15 de maio de 1986 e transformada em emenda constitucional, as eleições presidenciais são obrigatoriamente diretas.

Por incrível que pareça, os líderes dessa iniciativa no PMDB estão acusando o Presidente de não saber resistir às suas próprias reivindicações partidárias.

Enquanto isso, as agremiações de oposições assistem ao espetáculo de um partido que veta companheiros e tenta destituir da chefia do Estado, por um golpe branco, o seu presidente de honra a cuja popularidade em novembro devem o mandato que ora lhes possibilita ameaçá-lo.

Samney, ao que tudo indica, não se acha disposto a renunciar às suas responsabilidades. Nem a acumpliciar-se com manobras golpistas contra seu governo. Deve recordar que em 64, quando o Presidente da República saiu do palácio para uma companhia de oposição, esvaziando o poder, este não ficou sem dano. Pelo contrário, foi dura e iplacavelmente ocupado durante vinte anos.

Além disso, Samney tem razões para confiar em que a maioria para confiar em que a maioria do PMDB não esquece que integra o partido de Tancredo, cujas lições não podem ser traídas.

E a maior lição que o grande mineiro nos legou foi a da sua decisão de aceitar a ordem constitucional vigente, inclusive o sistema de eleição indireta, para lutar pacificamente pelo poder.

Confiou no discernimento do povo, assegurando-lhe que não havia necessidade de se apelar para expedientes entijurídicos. Confiou no espírito público do eminentes brasileiros que integravam o partido da situação, convocando-os para um esforço comum numa Aliança Democrática.

A nação aceitou seus argumentos. A Aliança transformou-se em realidade no instante em que Samney decidiu-se a ser seu companheiro.

Tancredo e Samney chegaram assim ao poder por força de um consenso nacional, dentro da ordem jurídica vigente mediante uma eleição indireta.

Na ocasião, o fundador da Nova República prometeu que aquela seria a última eleição indireta para a Presidência e que seria convocada a Constituinte, adiantando que antes da mesma a ordem constitucional em vigor seria escomada de todos os seus dispositivos de arbítrio, deixando claro que não se preocupava em rever o passado, mas em prover o futuro. Essas promessas foram rigorosamente cumpridas por Samney.

Dessa maneira, o Brasil deu ao mundo o único exemplo da transição de um regime de exceção para a plenitude democrática, sem violência nem ruptura da vigência de normas jurídicas fundamentais.

Negar a legitimidade do mandato de Samney seria portanto negar a da eleição de Tancredo e da estrutura constitucional que regeu as últimas eleições e a própria convocação da Constituinte.

A segunda lição de Tancredo foi a de que há que se conquistar a opinião pública sem apelar para subterfúgios ou meias-verdades.

Campanhas eleitorais não consistem a finalidade da democracia. A eleição é o processo essencial e insubstituível que assegura, dentro de prazos jurídica e rigorosamente fixados, a alternância do poder, refletindo as variações do julgamento da maioria.

A democracia também não é o sistema de presidentes descartáveis nas horas de crise. Mas, sim, o regime em que a opinião pública, através da imprensa, de comícios e dos pronunciamentos no Congresso, pode e deve exercer o direito de

oposição a todas as medidas que não se afigurem identificadas com o interesse nacional.

Neste momento há que se exercer esse direito, exigindo-se da classe política que ao invés de tentativas golpistas empenha-se em que os trabalhos da Constituinte se desenvolvam ao ritmo e na medida que honrem a confiança que levou 60 milhões de brasileiros às urnas.

E ao Presidente Samney exija-se que, ao administrar as pressões que se lhe deparam, imprima um tom mais firme ao seu comando.

A hora é de trabalho. O retorno da inflação, a moratória da dívida externa e o clima de perplexidade a que chegamos por delongas resultantes de exigências eleitorais ainda são corrigíveis.

Para isso, impõe-se que o maior partido da situação — cujos dirigentes no Congresso e nos governos estaduais são hoje os maiores depositários das esperanças da Nação — siga o exemplo da colaboração que vem sendo dada pelas demais agremiações, inclusive as da oposição.

Desviar esforços para uma ruptura da ordem jurídica, tentando convencer o Povo ou as Forças Armadas de que vivemos num regime ilegítimo, seria definitivamente uma aventura impatriótica e insensata.

Insensatez tem preço.

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 26, DE 1987

A Comissão Diretora do Senado Federal, no uso de sua competência e de suas atribuições regulamentares,

Resolve:

Art. 1º Os cargos de Assessor Legislativo de provimento efetivo a que se refere este Ato ficam localizados, mediante transposição, em parte especial do Quadro de Pessoal do Senado Federal, excetuados os cargos de que trata o artigo 4º da Lei nº 5.900, de 9 de julho de 1973.

§ 1º As vagas existentes no Quadro de Pessoal do Senado Federal ficam remanejadas, para o atendimento do disposto neste Ato, vedado o aumento do número total de cargos e a transformação de empregos em cargos.

§ 2º O remanejamento de que trata o parágrafo anterior constará de anexo integrante deste Ato, a ser publicado após esgotado o prazo previsto no § 1º do artigo 2º do presente Ato.

Art. 2º Os cargos de Assessor Legislativo, parte especial, são integrados por:

I — atuais ocupantes de cargo de provimento efetivo, aprovados no concurso público de provas e títulos para função de assessoramento, homologado pela Comissão Diretora na 13ª e 16ª reunião, de 13 de setembro e 31 de outubro de 1972, e servidores que ocupam ou tenham ocupado o cargo em comissão de Assessor Legislativo, neles investidos após processo seletivo específico, de caráter eliminatório;

II — atuais ocupantes do emprego de Assessor Parlamentar, aprovados no concurso público de provas e títulos homologados pelo Ato da Comissão Diretora nº 4, de 1985.

§ 1º Os servidores incluídos neste artigo poderão optar, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da vigência deste Ato, pela permanência nos respectivos cargos efetivos de origem.

§ 2º Fica assegurado aos servidores incluídos no item II, bem assim aos atuais servidores aprovados no concurso público de que trata o item I, o direito de exercer o emprego em comissão de Assessor Parlamentar, parte suplementar, extinto quando vagar.

§ 3º Em decorrência da aplicação do disposto neste artigo, ficam extintos os atuais empregos permanentes de Assessor Parlamentar.

Art. 3º Aos cargos de Assessor Legislativo providos em caráter efetivo de que trata este Ato corresponde a escala de remuneração do Grupo-Direção e Assessoramento Superior, nível 3, assegurados os mesmos direitos e vantagens dos cargos isolados e aqueles aplicáveis aos servidores do Quadro Permanente do Senado Federal, inclusive a representação mensal.

Parágrafo único. A remuneração do emprego em comissão de Assessor Parlamentar equivale à do cargo de Assessor Legislativo, parte especial.

Art. 4º Após a aplicação do disposto no artigo 2º deste Ato, os cargos de Assessor Legislativo, parte especial, que vierem a vagar durante o prazo de validade do Concurso Público para Assessor Parlamentar somente poderão ser providos habilitados nesse concurso.

Art. 5º A Subsecretaria de Administração de Pessoal e demais órgãos do Senado Federal ficam autorizados a adotar as medidas necessárias ao atendimento do disposto neste Ato, inclusive o apostilamento dos títulos de nomeação dos servidores por eles abrangidos.

Art. 6º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Comissão Diretora, 6 de maio de 1987.
— Humberto Lucena — José Ignacio Ferreira
— Lourival Baptista — Jutahy Magalhães —
Odacir Soares — Dirceu Carneiro.

ATO DO PRESIDENTE Nº 128, DE 1987

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno, e de acordo com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 007815/87-5, Resolve:

Aposentar, por invalidez, Mario de Melo Franco, Adjunto Legislativo, Classe "única", Referência NS-17, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos dos artigos 101, inciso I, e 102, inciso I, alínea "b", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com os artigos 428, inciso III, § 2º, 429, inciso III, e 414, § 4º, da Resolução SF nº 58, de 1972, e artigos 2º, parágrafo único, e 3º, da Resolução SF nº 358, de 1983, e artigo 3º da Resolução SF nº 13, de 1985, e artigo 1º da Lei nº 1.050, de 1950, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 102, § 2º, da Constituição Federal.

Senado Federal, 7 de maio de 1987. — Humberto Lucena, Presidente.

ATO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO Nº 7, DE 1987

Dispõe sobre a prestação de serviços extraordinários de apoio administrativo à Assembléia Nacional Constituinte.

O Primeiro-Secretário do Senado Federal, no uso de suas atribuições legais,
Resolve:

Art. 1º Denomina-se serviço extraordinário de apoio administrativo à Assembléia Nacional Constituinte no Senado Federal o prestado em período de plantão compreendido entre 19:00 e 23:00 horas, nos dias úteis, e aos sábados, domingos e feriados, em horário a ser previamente determinado.

Art. 2º Como retribuição ao serviço extraordinário efetivamente prestado serão devidas as gratificações estabelecidas na Tabela I, anexa, e as constantes da Tabela II, do Ato nº 8, de 1987, da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, vedado acréscimo em caso de prorrogação do horário fixado para os dias úteis.

Art. 3º Poderão prestar serviço extraordinário a totalidade dos servidores lotados nos seguintes órgãos:

- I — Subsecretaria de Comissões;
- II — Subsecretaria de Taquigrafia;
- III — Subsecretaria Técnica de Operações e Manutenção Eletrônica; e

IV — Seções de Telex, de Telefonia e de Transmissão, do Serviço de Telecomunicações da Diretoria Geral.

Art. 4º Poderão, ainda, indicar servidores para prestação de serviço extraordinário, ressalvado o disposto no artigo anterior, a Diretoria Geral e as Secretarias até o percentual de 20% (vinte por cento), sobre a lotação de cada órgão, cabendo à Assessoria o percentual máximo de 30% (trinta por cento) e à Subsecretaria de Assistência Médica e Social o de 10% (dez por cento).

Art. 5º O Primeiro-Secretário poderá autorizar outros servidores a prestarem o serviço extraordinário a que se refere este Ato para suprir eventuais necessidades de serviço.

Art. 6º Os Assessores integrantes da Assessoria do Senado Federal prestarão serviço extraordinário de acordo com o disposto em Ato específico da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

Art. 7º Os servidores serão indicados, a cada dia, nominalmente, pelo titular do órgão, com a determinação das atribuições e cargos respectivos, para efeito de cálculo da retribuição prevista na Tabela I.

Art. 8º Os servidores serão indicados tendo em vista a necessidade de serviço aos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Art. 9º Poderá ser estabelecido rodízio entre os servidores, tendo em vista a conveniência do

serviço e a eficácia do atendimento aos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Art. 10. As gratificações constantes da Tabela I, a serem arbitradas de acordo com as atribuições e cargo do servidor, são mensais, sendo devidas, proporcionalmente, pelo comparecimento do servidor.

Art. 11. Os servidores assinarão folha de ponto, consignando a entrada e saída, devendo a mesma ser encaminhada, no mesmo dia, ao Coordenador-Geral dos Trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte no Senado Federal, rubricada pelo Diretor ou substituto devidamente autorizado.

Art. 12. As despesas decorrentes deste Ato serão atendidas à conta das dotações orçamentárias específicas do Senado Federal, retroagindo seus efeitos à data da instalação das Comissões e Subcomissões da Assembléia Nacional Constituinte, em relação aos servidores que, por absoluta necessidade de serviço, estiveram de plantão.

Art. 13. Em nenhuma hipótese poderá haver acumulação de gratificações no atendimento aos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Art. 14. Os casos omissos serão resolvidos pelo Primeiro-Secretário.

Art. 15. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 7 de maio de 1987. — **Jutahy Magalhães**, Primeiro-Secretário.

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

TABELA I

(anexa ao Ato do Primeiro-Secretário)

Nº 07, DE 1987

GRUPOS	ENCARGOS	TAREFAS TÍPICAS	GRATIFICAÇÃO (em Cz\$ 1.000)
I	supervisão e assessoramento	supervisão e assessoramento superiores	16
II	coordenação	atividades de coordenação administrativa	13
III	controle e assistência administrativa	atividades de chefia setorializada	10
IV	execução	serviços operacionais (datilografia, xerox e motorista)	8
V	serviços auxiliares	copa e mensageiro	5